



Daniel Argolo Estill

**DE ARTESANATO A INDÚSTRIA – A
TRADUÇÃO GLOBALIZADA**

**Autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada na
era da informação**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Marcia do Amaral Peixoto Martins

Rio de Janeiro

Setembro de 2017



Daniel Argolo Estill

**DE ARTESANATO A INDÚSTRIA – A
TRADUÇÃO GLOBALIZADA**
**Autoria, texto de partida, tradutor e texto de
chegada na era da informação**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Marcia do Amaral Peixoto Martins
Orientador e presidente
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Maria Paula Frota
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Paulo Fernando Henriques Britto
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Janine Maria Mendonça Pimentel
UFRJ

Profa. Érika Nogueira de Andrade Stupiello
UNESP

Profa. Monah Winograd
Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Daniel Argolo Estill

Professor auxiliar da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tradutor e gerente de projetos de tradução desde 1992 e sócio da empresa Arquitexto Traduções. A partir de 2006, passou a se dedicar também à tradução editorial de ficção e não ficção, com livros traduzidos para as editoras Objetiva, Bertrand, Companhia das Letras, entre outras. Jornalista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), mestre em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (1995) e doutor em Letras pelo Programa de Pós-graduação Estudos da Linguagem da PUC-Rio (2017).

Ficha Catalográfica

Estill, Daniel Argolo

De artesanato a indústria – a tradução globalizada. Autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada na era da informação / Daniel Argolo Estill; orientadora: Marcia do Amaral Peixoto Martins. – 2017.

130 f.; 29,7 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2017.

Inclui referências bibliográficas

1. Letras – Teses. 2. Conceito de tradução. 3. Tecnologia da tradução. 4. Tradução especializada. 5. Globalização. 6. Autoria. I. Martins, Marcia do Amaral Peixoto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Aos meus pais, pela vida
A Adriana, Beatriz e Gabriel, por mais vida
A Guar e Timtim, companheiros fis

Agradecimentos

À professora Marcia do Amaral Peixoto Martins, pela imperturbável orientação, precisa e pontual, e pela presença tranquilizadora que, a cada encontro ao longo desse percurso, me deixou mais confiante.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Pesquisa, CNPq, que, desde 1951, sobrevive às incertezas de nosso país, pela bolsa de fomento com que fui agraciado.

À PUC-Rio, pela bolsa de estudos, gentilmente prorrogada, inclusive, e que me possibilitou frequentar essa casa e conviver com um ambiente acadêmico único e inspirador.

Aos professores do curso de tradução da PUC-Rio, Paulo Henriques Britto e Maria Paula Frota, dos quais só tive a oportunidade de ser aluno no doutorado, mas que me acompanham com amizade e acolhimento desde muito antes.

À equipe de pós-graduação da PUC-Rio pela dedicação, em especial a Francisca Ferreira de Oliveira, pela paciência com esse professor ocasional e aluno ansioso.

A Yasmin Fong, pelo depoimento sobre os processos de tradução no Facebook, e a Renato Beninatto, pela ajuda com os relatórios da CSA.

A minha mãe, Clélia Estill, e minhas irmãs, Flávia e Denise, e aos meus sogros, Azis e Aidê, pelo amor e suporte contínuos em tempos difíceis. Ao meu pai, Denis Edward Estill, *in memoriam*.

A Hena Lemgruber, inspiradora, motivadora e amiga.

A Adriana Ceschin Rieche, que me apresentou a tradução e constrói a vida ao meu lado. E aos meus filhos, Beatriz e Gabriel, pelo constante apoio e muitos ensinamentos.

Resumo

Estill, Daniel Argolo; Martins, Marcia do Amaral Peixoto. **De artesanato a indústria - a tradução globalizada. Autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada na era da informação.** Rio de Janeiro, 2017. 130. p. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Neste trabalho, analiso de que forma a tradução, nos últimos quarenta anos, deixou de ser uma atividade praticada em moldes artesanais para se transformar numa indústria bilionária e se tornar o “idioma da globalização”. Para desenvolver essa análise, dialogo com propostas teóricas de autores canônicos para o estabelecimento de uma historiografia e de uma sociologia da tradução, e com aspectos das linhas sistêmicas e funcionais dos estudos da tradução. A partir desses diálogos, sugiro algumas adaptações teóricas e metodológicas para redimensionar o conceito de tradução diante de seu protagonismo no mundo globalizado, com foco na tradução especializada. Após uma breve análise da história conceitual da tradução, levando em conta as mudanças recentes em suas práticas, concluo mostrando de que forma essas transformações se fazem mais visíveis nos conceitos de autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada, considerando a tecnologia presente em cada um desses quatro elementos a materialização dessas transformações, com especial atenção às tecnologias específicas da tradução.

Palavras-chave

Conceito de tradução; tecnologia da tradução; tradução especializada; globalização; autoria

Abstract

Estill, Daniel Argolo; Martins, Marcia do Amaral Peixoto (Advisor). **From artisanship to industry - the globalized translation. Authoring, source text, translator and target text in the information era.** Rio de Janeiro, 2017. 130 p. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study analyzes how, in the last forty years, translation has ceased to be an artisanal activity to become a billionaire industry and the "voice of globalization". To develop this analysis, I discuss theoretical proposals from canonical authors for the establishment of a historiography and of a sociology of translation, and some aspects of systemic and functional lines of translation studies. Based on these ideas, I suggest some theoretical and methodological adaptations to update the concept of translation as a protagonist in the globalized world, focusing on specialized translation. After a brief analysis of the conceptual history of translation, taking in account recent changes in its practices, I conclude by showing how these transformations became more visible in the concepts of authoring, source text, translator and target text, considering the technology used in each one of these four elements as the materialization of these transformations, with special attention to translation-specific technologies.

Keywords

Translation concept; translation technology; specialized translation; globalization; authoring

Sumário

1 Introdução	9
1.1. Objetivos.....	16
1.2. Estrutura da tese.....	16
2 Fundamentação teórica	19
2.1. História ou historiografia da tradução?	19
2.2. Metodologia historiográfica da tradução.....	22
2.2.1. História fora do mapa.....	22
2.2.2. Tradutores fora da história	23
2.2.3. Teorias fazem a história.....	24
2.2.4. A prática é a história	26
2.3. História e historiografia — abordagens pretendidas.....	31
2.4. A sociologia da tradução.....	32
2.4.1. As teorias sistêmicas e a sociologia.....	33
2.4.2. As teorias funcionalistas e a sociologia.....	39
2.4.3. Tradução e poder.....	43
2.4.4. Contribuições da sociologia	46
2.5. Tradução: conceito ou palavra? O recurso à história dos conceitos aplicada ao conceito de tradução.....	50
3 Os conceitos de tradução ao longo da história	54
3.1. Um conceito universal de tradução?	54
3.1.1. Protótipos, laços de família e conceitos “desocidentalizados” de tradução.....	55
3.1.2. As oscilações do conceito de tradução	58
3.2. Conceito de qual tradução?	62
3.2.1. A tecnologia tipifica a tradução	65
3.2.2. Tradução analógica e tradução digital.....	67
4 De artesanato a indústria: um panorama histórico da tradução globalizada	70
4.1. O cenário histórico: a revolução da microinformática	70
4.2. A tradução e sua tecnologia.....	72
4.3. O lugar da tradução	74
4.4. Qualidade e tecnologia	76
4.5. A tradução é a mercadoria	78
4.6. Tradução sem tradutores?	79
4.8. Tradução é colaboração	83
5 Autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada: elementos fixos de um conceito móvel	87
5.1. Gideon Toury, gerente de projetos de tradução	87
5.2. Elementos fixos de conceitos em movimento.....	90
5.2.1. Autoria	90
5.2.2. Texto de partida.....	91
5.2.3. Tradutor	92
5.2.4. Texto de chegada	94
6 Conclusão: Tradução é um projeto de conceitos em movimento	96
7 Referências bibliográficas	100

1 Introdução

O presente trabalho se propõe a analisar a transformação da tradução no contexto da globalização, em que a atividade trocou suas práticas artesanais por procedimentos de alta tecnologia, até se tornar uma indústria bilionária no intervalo de algumas décadas. Considero as ideias de autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada como elementos básicos para o conceito geral de tradução e foco das transformações e da tecnologia desenvolvida especificamente para a atividade. Ao longo do trabalho, procuro mostrar de que forma a tradução e a tecnologia juntas funcionam como importantes alicerces de todo o movimento de globalização atual.

Para desenvolver essa análise, busco o apoio de alguns pesquisadores canônicos para o estabelecimento de uma historiografia e de uma sociologia da tradução, e de certos aspectos das linhas sistêmicas e funcionais da disciplina. A partir do diálogo com esses autores e abordagens, sugiro algumas adaptações teóricas e metodológicas para redimensionar o conceito de tradução diante de seu protagonismo no mundo globalizado, com foco na tradução especializada. Após uma breve análise da história conceitual da tradução, levando em conta as mudanças recentes em suas práticas, concluo mostrando que essas transformações podem ser melhor vistas através de uma reflexão sobre os quatro elementos mencionados, autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada, considerando a tecnologia presente em cada um deles como a materialização dessas transformações. Dedico especial atenção ao advento das tecnologias específicas da tradução, como os sistemas baseados em memórias de tradução e a tradução automática, como delimitador histórico para o novo lugar social da tradução.

A dimensão industrial e global que a tradução assumiu em tempos recentes naturalmente não passou despercebida pelos estudos da tradução, mas a pesquisa acadêmica voltada para essas transformações ainda precisa superar algumas dificuldades. A primeira é o fato de não termos um distanciamento histórico do processo ora em curso. A segunda, consequência da primeira, é não contarmos

ainda com uma revisão das teorias hoje disponíveis mais direcionada para essa realidade industrial tão recente da tradução.

Partindo de uma metodologia baseada na historiografia e na sociologia da tradução, procuro minimizar essas dificuldades voltando-me para os quatro elementos chave da tradução, principalmente na modalidade escrita. Mesmo tratados de maneira diferente ao longo da história, esses quatro elementos sempre foram vistos como constantes constitutivas do que em geral se entende por tradução.

A substituição do papel pelo meio digital ampliou nossa capacidade autoral para criação e desenvolvimento de conteúdos diversos, com implicações diretas sobre toda a cadeia de produção de informação, incluindo, naturalmente, toda forma de tradução. Novos meios, novos produtos. Não apenas novas maneiras de traduzir, mas novos tipos de produtos a requerer tradução. O mais importante, no entanto, não são as novidades tecnológicas ou as ferramentas de tradução por si só, mas o significado de terem sido desenvolvidos instrumentos específicos para a tradução no atual contexto histórico, algo inédito na história da humanidade. As ferramentas especializadas são um reflexo das novas demandas, dos novos tipos e volumes de tradução. Refletem exatamente os novos processos autorais de criação de conteúdo de partida e a nova natureza dos produtos contendo alguma forma linguística a demandar tradução. Todo esse conjunto opera dentro do contexto histórico maior da globalização.

Por tecnologia, refiro-me aos recursos utilizados pelo ser humano para ampliar suas capacidades naturais. Sendo assim, a escrita em suas muitas formas é, por si só, uma forma tecnológica para ampliar a capacidade humana de comunicação. Desse ponto de vista, a tradução e suas tecnologias próprias formam um todo tecnológico cujo propósito é ampliar a capacidade expressiva e de comunicação do ser humano. O que se observa hoje, portanto, é o aprimoramento de uma tecnologia milenar que finalmente chega ao formato de ferramentas especializadas para auxiliar especificamente à tradução, e não à escrita em geral. Tal especialização é consequência da complexificação dos processos de autoria e dos suportes dos textos/conteúdos de partida, com efeitos imediatos sobre o que entendemos por tradutor e textos/conteúdos de chegada.

Ao analisar de que forma a tecnologia atua hoje não apenas como aspecto instrumental, mas também como fator de demanda para cada um desses elementos, pretendo mostrar de que forma ela se transformou na marca visível das diferentes

etapas do fluxo de trabalho da tradução escrita, refletindo as forças envolvidas em cada momento deste fluxo, e implicando a necessidade de se buscar uma ressignificação do conceito geral de tradução conforme praticada no momento presente.

A tecnologia sempre esteve presente na atividade tradutória, fosse nos instrumentos de escrita, fosse no material de suporte, desde as listas bilíngues em sumério e eblaíta encontradas em tabuletas de barro nas ruínas da cidade de Ebla, remontando a 2.500 a.C. Em 2003, Michael Cronin, professor da Dublin City University, em seu livro *Translation and Globalization*, assinalou a importância de se estudar a tradução segundo suas relações com as “coisas”, ou com o mundo material, tecnológico:

Por coisas, nos referimos aqui a todas as ferramentas ou elementos do mundo material usados por tradutores ou que os afetaram em seu trabalho ao longo dos séculos. Embora as ferramentas sejam rotineiramente descritas de maneira instrumental na esparsa literatura sobre tecnologia da tradução, refletir sobre as relações da tradução com a tecnosfera é algo, em geral, muito pouco explorado. Ainda assim, como em qualquer outro domínio das atividades humanas, é impossível conceber a tradução fora do mundo material em que ela habita. (Cronin, 2003, p. 10)¹

Ainda que as tecnologias e todo o mundo material, no qual a tradução e todos nós estamos inseridos, tenham se transformado ao longo dos séculos, os quatro elementos — autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada — se mantiveram presentes nas visões que constituíram o conceito geral de tradução. Em boa medida, as transformações do conceito geral de tradução refletiram transformações nas visões históricas sobre esses quatro elementos. Para eles, convergem todos os tipos de tradução, e é neles que os impactos tecnológicos têm maior visibilidade. É nessa área que o encontro entre tradução e tecnologia se manifesta, e é onde as mudanças decorrentes da globalização incidem igualmente com maior peso. Novas modalidades, produtos, práticas, enfim, o mundo material em transformação, afetaram diretamente todo o universo da tradução, afastando a conceituação desses elementos cada vez mais das visões tradicionais de uniformidade da operação tradutória.

¹ A não ser quando indicado, todas as referências foram traduzidas por mim.

Por outro lado, a permanência desses quatro elementos como constitutivos e identificadores de textos traduzidos ao longo dos séculos nos proporciona uma base relativamente estável para superarmos as dificuldades mencionadas anteriormente — impossibilidade de distanciamento e carência de massa crítica teórica voltada para as novas realidades da tradução.

Em termos metodológicos, trabalhar com esses quatro elementos também permite abordar a tradução como uma sequência de tarefas, com começo, meio e fim — uma visão bastante simplificada da realidade atual, como veremos ao longo deste trabalho, mas funcional para efeitos de reflexão e de compreensão de sua lógica interna e social. Em termos simples e lineares, da autoria resulta um texto de partida a ser submetido a um tradutor que, por sua vez, gera um texto de chegada.

De um ponto de vista mais tradicional, a ideia de tradução como uma sequência de atividades pressupõe que cada um dos elementos esteja ligado ao anterior por uma relação de dependência, com algum componente de ligação de um para outro. Ou seja, para que determinada tarefa subsequente a uma tarefa anterior possa ser iniciada, é preciso que a tarefa anterior esteja total ou parcialmente concluída. Sendo assim, para que um tradutor possa começar a trabalhar na produção do texto de chegada, é preciso que o texto de partida já exista total ou parcialmente. Isso implica que a sequência de ações das quais o texto de partida resulta, a que chamamos de autoria, já deverá ter ocorrido total ou parcialmente. Aquilo a que chamo de tradutor também pode ser considerado como a operação tradutória em si, ou seja, uma sequência de atividades passíveis de serem realizadas por diferentes meios que são iniciadas a partir do texto de partida e das quais resulta o texto de chegada. Conforme iremos vendo ao longo do trabalho, diversos fatores fizeram com que essa linearidade perdesse contornos claros, mesmo que o senso comum continue a considerar a tradução como uma sequência lógica e uniforme.

De um certo ponto de vista teórico, a ideia de pseudotradução, de Gideon Toury, permite conceber a tradução não como um resultado de uma ação anterior, mas como uma decisão autoral de nomear um determinado texto como tradução:

Como pessoas imersas na cultura, os produtores de textos muitas vezes têm clara para si a posição que o traduzir e as traduções têm em suas culturas, que pode ir de braços dados com alguns traços linguísticos textuais identificáveis (...). Ocasionalmente, eles podem até mesmo resolver usar essa sua clareza de maneira ativa e apresentar, ou mesmo, compor, seus textos como se fossem verdadeiras traduções. São textos que foram apresentados como traduções sem corresponderem

a textos de partida que jamais existiram em outras línguas – daí a inexistência factual de “operações de transferência” e relacionamentos tradutórios – que podem ser chamados de pseudotraduções, ou traduções fictícias. (Toury, 1995, p. 40)

Esse procedimento dificilmente se aplica à tradução especializada, conceito que será examinado mais adiante, pois é improvável que alguém decida produzir um texto sobre, digamos, um dispositivo médico, ou de teletransporte, inexistente e identificar esse texto como uma tradução sem a intenção, declarada ou não, de fazer ficção, ou seja, literatura. No entanto, a possibilidade da existência de traduções sem textos de partida e sem tradutor já sinaliza que a relação direta entre texto de partida e texto de chegada pode não ser tão óbvia quanto suposto pelo senso comum. De qualquer modo, o fato de um texto ser considerado traduzido, mesmo sem a existência real de um texto de partida, diz ao leitor que esse texto de partida supostamente existiu, e supostamente foi objeto do trabalho de um tradutor. Ou seja, autoria e texto de partida, mesmo sem existir de fato, são evocados como forma de legitimar que determinado texto seja visto como o texto de chegada de um processo tradutório. Neste caso, autoria e texto de partida são ausências presentes.

Na atualidade, a passagem do suporte analógico para o digital e depois do digital para o virtual, ou seja, textos que existem não apenas numa única mídia, mas “na nuvem”, implicou grandes transformações na produção e nas características de textos e conteúdos de partida. Essas passagens desestabilizaram toda a cadeia de produção das traduções e sua presumida linearidade. Por paradoxal que possa parecer, essa passagem para o mundo virtual resultou numa relação ainda mais intensa da tradução com o mundo das coisas a que Cronin se refere, no caso, com o mundo das coisas da tecnosfera.

No “mundo das coisas”, e de um ponto de vista instrumental, a tecnologia pode ser identificada como um elemento de ligação visível entre uma fase e outra dessa combinação de atividades que constituem o fluxo de trabalho do qual resulta a tradução. Dada a complexidade que a produção tradutória adquiriu na era da internet, tornou-se necessário desenvolver tecnologias específicas para lidar com o crescente dinamismo e diversidade que hoje são intrínsecos à atividade.

A evolução da tecnologia reflete as forças socioeconômicas envolvidas na produção do objeto para o qual a tecnologia é desenvolvida. No caso do fluxo de trabalho da tradução, diferentes tecnologias foram usadas em diferentes momentos da história. Seguir o caminho das “coisas da tradução” pode nos dizer muito sobre

como chegamos ao momento presente, em que a tradução se transformou numa indústria central no contexto da globalização.

O triângulo globalização, tecnologia e tradução já vem sendo objeto de pesquisa de diversos autores, e, em muitos artigos, é comum encontrar a conclusão de que é importante aumentar a dedicação a essas questões, mas sem efetivamente partir para um questionamento teórico mais amplo. Michael Cronin afirma que a tradução é a expressão da globalização, uma vez que cada país ou comunidade traduz elementos da economia global e informacional para suas respectivas circunstâncias locais (Cronin, 2003, p. 34). Cronin aborda a tradução por seu papel na globalização, e, embora traga contribuições valiosas sobre a importância da tecnologia neste processo, não é esse o seu foco principal.

No capítulo “Redefining Translation in a Global Age”, publicado em seu livro *Translation*, de 2014, Susan Bassnett assinala que:

De maneira inquestionável, o papel do tradutor está mudando, e a confusão em torno da terminologia da tradução reflete o crescente desconforto com o conceito tradicional de tradução como transferência interlingual. A tradução, em algumas áreas, pode ser descrita como uma atividade híbrida, colaborativa, que exige diferentes habilidades dos tradutores, enquanto que as expectativas do público também foram alteradas radicalmente, mudando o tempo de produção com o qual os tradutores trabalhavam no passado. (Bassnett, 2014, p. 145)

Após uma longa avaliação da atividade tradutória em diferentes mídias globais de comunicação de massa, a autora conclui afirmando que:

Programas de conscientização intercultural, desenvolvidos para substituir a aquisição da competência de outra língua, também questionam o que a tradução é, e o que faz. O que temos hoje é um mundo onde a tradução é crucial, na medida em que, como Michael Cronin sugere, a globalização não poderia acontecer sem tradução; no entanto, é um mundo onde ainda *não há um entendimento claro do que acontece na tradução nem, tampouco, sinais de uma reavaliação do papel e do status dos tradutores*. (2014, p. 145, grifo meu)

Jeremy Munday, apresentando o artigo de Tony Hardley, “Technology and translation”, incluído na antologia *The Routledge Companion to Translation Studies*, de 2009, considera que a tecnologia de tradução foi “negligenciada pelas teorias predominantes da tradução, embora tenha se tornado indispensável para o trabalho dos tradutores” (Munday, 2009, p. 15). O próprio artigo de Harley mencionado por Munday, embora faça uma descrição minuciosa dos recursos

tecnológicos utilizados em projetos de tradução, não chega a oferecer uma reflexão teórica sobre o assunto.

Já Mary Snell-Hornby, no capítulo “The globalization turn”, de seu *The Turns of Translation Studies: New Paradigms or Shifting Viewpoints*, chama a atenção para os efeitos da globalização sobre línguas e culturas minoritárias diante das forças hegemônicas da padronização cultural globalizada. Considerando o papel da tradução nesse contexto, Snell-Hornby assinala que os estudos da tradução, em certa medida, se alijaram de alguns dos aspectos que representam as transformações dos modos da tradução nas últimas décadas:

Ao mesmo tempo, áreas como terminologia, tecnologia da linguagem (com os sistemas de memória de tradução) e tradução por máquina continuaram a se desenvolver de maneira rápida e independente, predominantemente, *no entanto, através de disciplinas vizinhas, como a linguística e a ciência da computação, na verdade mais em paralelo do que internamente aos estudos da tradução.* (Snell-Hornby, 2006, p. 133–134, grifo meu)

Na sequência, Snell-Hornby, citando Karl-Heinz Stoll, assinala que os objetos fundamentais dos estudos da tradução se mantêm, ou seja, o trabalho textual com toda a sua complexidade contemplada pelas diferentes teorias e abordagens que constituem o núcleo fundante da disciplina:

Em meio a todas essas variáveis fugazes, no entanto, como Stoll admite abertamente, os componentes fundamentais da competência tradutória se mantiveram constantes. Os tradutores ainda precisam de proficiência nos idiomas envolvidos, conhecimento básico das abordagens teóricas relevantes dos estudos da tradução, expertise na área traduzida e competência cultural. (Snell-Hornby, 2006, p. 133–134)

Novas formas de traduzir e novas modalidades de tradução vêm ampliando sobremaneira os questionamentos sobre o lugar e o papel social da tradução, parte delas com o potencial de até mesmo desestabilizar esses “componentes fundamentais da competência tradutória” mencionados por Snell-Hornby. Basta lembrar das traduções amadorísticas vorazmente consumidas que vicejam pela internet — muitas vezes de livros e filmes inteiros — sem que seu público tenha qualquer grande expectativa de proficiência por parte dos tradutores. Outras variáveis, como prazo e preço, também podem ter precedência sobre a qualidade do texto de chegada, como ocorre quando as organizações optam por resultados com qualidade classificada como *good enough*, ou seja, textos de chegada alegadamente

de menor qualidade linguística segundo padrões tradicionais de avaliação, mas suficientemente aceitáveis para as necessidades reais de seus leitores, ou clientes.

A nova situação global da tradução nestas primeiras décadas do século, quando nunca tantos traduziram tanto de tantas formas diferentes, requer, portanto, novos questionamentos teóricos dentro dos estudos da tradução. Na introdução ao seu *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation* (1998), Bassnett e André Lefevere destacaram as mudanças nas abordagens dos estudos da tradução entre a década de 1970 e o final dos anos 1990, quando o livro foi publicado. Tais mudanças, afirmavam, eram visíveis principalmente pela diferença entre as perguntas feitas na época da fundação da disciplina e aquelas presentes no momento em que eles escreviam, cerca de vinte anos mais tarde. No princípio, questionava-se a própria possibilidade da tradução, um questionamento que, com o tempo, começou a ser considerado “absurdo”, segundo os autores, graças à introdução da historiografia nas pesquisas. Para os autores, foi a pesquisa historiográfica da tradução que levou ao questionamento da indagação inicial sobre a possibilidade ou não da tradução: “por que estão interessados na viabilidade de algo que já é feito quase que no mundo inteiro há pelo menos quatro mil anos?” (Bassnett & Lefevere, 1998, p. 1).

As novas perguntas que se seguiram questionaram a função dos textos traduzidos nas culturas de chegada, os motivos que levaram a que determinados textos fossem traduzidos e outros não, quem eram os iniciadores das traduções, e diversas outras que colocaram a atividade num contexto histórico e social mais amplo. Essa ampliação do enfoque das pesquisas se deu em boa parte devido à “virada cultural” dos estudos da tradução, na década de 1980, quando os pesquisadores passaram a ver as traduções como discursos passíveis de análises específicas, que “jamais eram produzidas num vácuo e que também jamais eram recebidas num vácuo” (Bassnett & Lefevere, 1998, p. 3).

É para esse contexto de dúvidas sobre a dimensão social da tradução dentro da globalização que Maria Tymoczko traz questionamentos ainda mais inquietantes sobre o papel da tradução no processo de globalização:

Até que ponto as trocas culturais serão multidirecionais na era da globalização, e até que ponto as assimetrias de poder, recursos e tecnologias significam que essas “trocas culturais” se tornarão um eufemismo para a aculturação sob os padrões ocidentais ou dominantes internacionalmente para os vários povos em todo o mundo

que até recentemente levavam suas vidas segundo estruturas locais de conhecimento, crenças e valores? Até que ponto as “trocias culturais” se tornarão um padrão de referência para a abertura e exploração de novos mercados pelo mundo? Que papéis os tradutores e traduções desempenham em meio a isso? Serão os tradutores instrumentais para a definição de cultura e terão poder para iniciar e moldar a interface cultural? Ou tradutores e suas traduções estarão implicados na destruição do local pelo global, servindo basicamente de instrumentos para os interesses e forças dominantes? A maneira como definimos a tradução e pensamos sobre ela terá muito a ver com as respostas a essas perguntas. (Tymoczko, 2007, p. 4-5)

Para ilustrar o cenário que suscita esses questionamentos, Snell-Hornby nos lembra que “o domínio da tecnologia nas nossas vidas significou que os textos técnicos viessem a ocupar 75% dos tradutores profissionais, e novas áreas de trabalho, tais como redação técnica, gestão de conteúdo e localização de software foram criadas” (Snell-Hornby, 2006, p. 133).

O que Snell-Hornby descreve, em linhas muito gerais, é a chamada indústria da tradução, que inclui as diversas novas áreas de atuação profissional surgidas no contexto da globalização. A tecnologia instrumentalizou a tradução para que esta pudesse cumprir sua função comunicativa entre as inúmeras partes envolvidas na globalização. Ao mesmo tempo, a expansão da globalização gera novas tecnologias, que geram novas demandas por novas traduções, numa expansão contínua, que se autoalimenta.

Assim, é para a prática tradutória mediada pela tecnologia que convergem todos esses questionamentos e lacunas: desde a seleção do conteúdo de partida, seguindo pela decisão de como este será desenvolvido, de que forma chegará à tradução e quais serão os recursos humanos e tecnológicos empregados nessa tradução para o desenvolvimento de conteúdo de chegada, que, por sua vez pode ser multifacetado e destinado a usos diversos. Daí se conclui que autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada tornaram-se conceitos complexos, nos quais estão implicados os fatores culturais, históricos, sociais e econômicos que constituem o cenário mundial da globalização.

Como já dito, ao analisar de que maneira essas transformações tecnológicas afetaram esses conceitos fundamentais, espero contribuir para uma discussão mais ampla visando a expansão e a atualização do conceito geral de tradução. Tenho claro que todas essas conceituações são dinâmicas, e que esta pesquisa refletirá a minha perspectiva pessoal de tradutor atuante no mercado há mais de vinte anos, mas também me permitirá considerar a própria dinâmica social dentro da qual a

tradução acontece hoje em dia. Considerando minha história de 25 anos como tradutor e pequeno empresário da área, em combinação com uma recente prática acadêmica, escrevo pensando nos colegas de mercado assim como nos de academia. Procurei assim chegar a um texto que fosse informativo e bem fundamentado teoricamente, capaz de interessar a esses diferentes públicos.

1.1. Objetivos

O estudo proposto tem os seguintes objetivos:

1. Estabelecer as bases teóricas para a revisão do conceito geral de tradução e de seus subconceitos fundamentais de autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada à luz das recentes transformações sócio-históricas resultantes do atual momento de ampliação global dos mercados e culturas.
2. Rever algumas discussões sobre o conceito de tradução e identificar suas transformações históricas, concluindo pela necessidade de sua atualização diante da globalização.
3. Analisar o processo histórico de transformação da tradução de prática artesanal para a condição de indústria global e agente da globalização. Para tal, desenvolver a ideia de que a tradução globalizada não mais opera segundo a relação unidirecional cultura local de partida/cultura local de chegada, mas sim de uma visão multidirecional de cultura global/diversas culturas locais.
4. Demonstrar como o conceito de tradução especializada passou a ser tipificado pela tecnologia especializada de tradução, resultante das demandas tradutórias globalizantes, caracterizando-se fortemente como uma área específica e mercadologicamente hegemônica dentro do universo tradutório geral.
5. Concluir com as implicações dessas transformações sobre os conceitos fundamentais da tradução de autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada.

1.2. Estrutura da tese

Começo por considerar as opções teóricas com potencial mais produtivo para o meu trabalho, estabelecendo a fundamentação teórica no capítulo dois. Creio que a combinação de abordagens baseadas na historiografia e na sociologia da tradução permitirá tratar meu objeto de maneira tanto diacrônica quanto sincrônica. Diacrônica pelo exame de como alguns aspectos conceituais da tradução foram apresentados em diferentes momentos da história. Sincrônica, pois é importante analisar as forças sociais presentes nas visões de tradução correntes. Além disso, referendarei alguns aspectos da discussão conceitual utilizando princípios da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), desenvolvida por Quentin Skinner e Reinhart Koselleck. Desta forma, poderei considerar a evolução das reflexões e das práticas tradutórias dentro de seus respectivos contextos sociais em momentos históricos específicos, evitando a armadilha do anacronismo, descrita pela história dos conceitos como a aplicação de um conceito presente sobre um passado em que esse conceito ou não existia, ou tinha uma significação bem diferente da atual.

André Lefevere, Anthony Pym, Şehnaz Tahir Gürçağlar são alguns dos autores que se dedicaram a refletir sobre a historiografia da tradução e apresentar suas próprias propostas metodológicas. Dada a importância de suas contribuições, não é possível falar de historiografia da tradução sem dialogar com suas ideias. O pano de fundo desse diálogo inclui debates metodológicos como o das possíveis ênfases historiográficas nas traduções em si ou nos tradutores que as produziram, ou ainda nas teorias e reflexões sobre tradução em diferentes momentos.

Os aspectos sociológicos da prática e da conceituação atual da tradução serão abordados com o recurso de algumas abordagens e metodologias que aos poucos vêm constituindo uma vertente importante dos estudos da tradução, a sociologia da tradução. Autores como Michaela Wolf, Daniel Simeoni, Johan Heilbron e Gisèle Sapiro, Jean Marc Gouanvic e Moira Inghilleri vêm se dedicando a incorporar aos estudos da tradução conceitos de sociólogos pós-estruturalistas como Pierre Bourdieu, Bernard Lahire, Bruno Latour e Niklas Luhmann. Alguns deles procuram ampliar a abrangência das teorias sistêmicas e funcionalistas dos estudos da tradução, como a dos polissistemas e dos estudos descritivos, com o instrumental

teórico desses sociólogos, principalmente de Bourdieu, sobre o qual concentrarei minha atenção.

Na sequência da fundamentação teórica, no capítulo três, apresento algumas visões conceituais da tradução segundo autores que se dedicaram a diferentes formas de refletir sobre ela. Esse capítulo me permitirá mostrar sucintamente de que forma a tradução foi vista ao longo de sua história e como essas diferentes visões se refletem na conceituação e na prática atuais de diferentes tipos de tradução.

No capítulo quatro, apresento o panorama histórico do período em que se passam os acontecimentos principais que norteiam minha reflexão geral sobre os conceitos. Boa parte deste panorama, que abrange um período de aproximadamente trinta anos, baseia-se em minha própria experiência como pequeno empresário, gerente de projetos de tradução e tradutor de textos técnicos e literários.

No capítulo cinco, concluo destacando algumas das características centrais dos conceitos de autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada no contexto da tradução globalizada, conforme vistas ao longo do trabalho. A permanência desses subconceitos como elementos estáveis do conceito geral de tradução é o que permite a Snell-Hornby afirmar que os “componentes fundamentais da competência tradutória” se mantêm (Snell-Hornby, 2006). Também é a permanência desses elementos que permitiu a Gideon Toury formular sua noção de “tradução presumida”, baseada nos postulados da “existência de um texto de partida”, “de um processo de transferência” e “de uma relação entre texto de partida e de chegada” como universais para qualquer conceito de tradução (Toury, 1995).

A seguir, portanto, inicio o desenvolvimento propriamente dito pelos fundamentos teóricos com os quais dialoguei para referendar minha própria reflexão.

2 Fundamentação teórica

Neste capítulo, analisarei algumas vertentes teóricas relevantes para o desenvolvimento da tese. Conforme dito na introdução, as principais abordagens referenciadas por mim tratam, em primeiro lugar, da historiografia da tradução e, em segundo, da sociologia da tradução. Além disso, recorro à teoria da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) como forma de justificar o tratamento da tradução não apenas como uma operação textual, implicada na significação léxica de tradução, mas como um conceito com uma longa tradição histórica.

O diálogo com a historiografia da tradução permite a comparação entre práticas passadas e presentes. As mudanças entre um momento e outro se refletem não apenas no instrumental técnico usado pelos tradutores, mas também na própria visão do que seja a tradução e seus subconceitos.

A sociologia da tradução contribui com o instrumental teórico que permite que consideremos o lugar social da tradução, e dos tradutores, na contemporaneidade. A mudança de patamar econômico da atividade, em composição com os meios de produção da indústria, tornou a atividade tradutória tão disseminada que é preciso analisar esse fenômeno socialmente.

2.1. História ou historiografia da tradução?

Embora o interesse pela tradução seja bastante antigo, remontando a Heródoto, como nos lembra Douglas Robinson em seu *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche* (Robinson, 2002), foi só a partir dos anos 1990, no contexto da virada cultural dos estudos da tradução, que as abordagens predominantemente linguísticas deram lugar a questionamentos sobre como escrever a história não apenas da tradução, mas da própria construção da disciplina. Configurava-se assim o início de uma historiografia da tradução.

A atual noção de historiografia implica a percepção de uma narrativa da história mediada por um narrador, reconhecendo as interferências de cunho cultural

e subjetivo na seleção, organização e análise dos objetos de pesquisa. Essa concepção contrapôs-se à tradicional visão positivista da objetividade e neutralidade do fato e tem suas origens nos anos 1970/80, com a Nova História, os estudos culturais e a filosofia desconstrutivista.

Um dos aspectos importantes dessa mudança foi a introdução da noção de historiografia. Deixou-se de ver a história como uma sequência lógica e racional de eventos liderados por grandes vultos, cujo resultado natural, segundo a visão positivista, seria o progresso humano, e passou-se a adotar a concepção de narrativa histórica resultante de uma construção discursiva. Ou seja, o registro histórico não era mais considerado como um dado objetivo, mas sim uma narrativa concebida a partir de múltiplos pontos de vista, sujeita a forças e interesses diversos. Como consequência, a noção de verdade histórica absoluta foi substituída pelo reconhecimento da possibilidade de verdades históricas relativas, passíveis de serem conhecidas em diferentes versões. Nas palavras do filósofo e historiador Peter Munz, citado por Sehnaz Tahir Gürçağlar no capítulo “Translation History”, do livro *The Routledge Handbook of Translation Studies*, “O passado é bem real. Mas as histórias que contamos sobre ele são construções” (Gürçağlar, 2013, p. 132).

Em seu texto, Gürçağlar apresenta alguns autores e suas perspectivas sobre métodos e possíveis abordagens para a escrita da história da tradução e assinala a ambivalência do conceito de história da tradução resultante da dicotomia história/historiografia. O primeiro sentido é o da “história real”, voltado para “a maneira como a tradução foi praticada, utilizada ou conceitualizada no passado”, ou seja, trata das práticas tradutórias do passado e seus produtos, incluindo a história dos tradutores por trás delas e suas reflexões sobre o que era, ou o que deveria ser, a tradução. O segundo sentido é o do “estudo de como a história da tradução foi escrita, ou seja, a historiografia da tradução” (Gürçağlar, 2013, p. 131–132).

História ou historiografia, para Lieven D’hulst – um dos autores referidos por Gürçağlar –, ambas as formas podem se beneficiar das perguntas que estruturam o discurso narrativo desde os retóricos da Antiguidade. *Quis, quid, quando, ubi, cur, quomodo, quibus auxiliis* – quem, o quê, quando, onde, como, por quê, e a quem interessa – são as questões que já fundamentavam o discurso de Cícero e que, ainda hoje, guiam o jornalismo tradicional, por exemplo. O formato narrativo lógico implicado por essas perguntas e suas respostas é o que assegura o “efeito de realidade” de uma suposta objetividade do texto historiográfico. Se, por um lado,

essas perguntas podem ser vistas como pontos de partida para a definição do objeto de pesquisa historiográfica sobre tradução, como propõe D'hulst (D'hulst, 2010), por outro, podem servir para mascarar a subjetividade do discurso científico. É por essa linha de questionamento que seguiu o pós-estruturalismo.

A presunção de uma realidade única e uniforme do discurso histórico é o objeto central das críticas pós-estruturalistas. A desconstrução desestabilizadora do pós-estruturalismo não questiona exatamente o conteúdo da narrativa, mas a própria narrativa. O *como* e o *por quê* desconstrutivistas se referem a como e por que uma determinada narrativa está sendo estabelecida e não ao conteúdo propriamente dito. Paul Bandia cita o historiador desconstrutivista britânico Alun Munslow para explicar esses questionamentos.

Historiadores da virada desconstrucionista ou linguística, como todas as pessoas conscientes do caráter indeterminado da sociedade pós-moderna e da natureza autorreferencial da representação, estão conscientes de que a narrativa histórica escrita é a re-representação do conteúdo histórico. Essa consciência emergiu no último quarto do século XX, levando todos os historiadores a pensar autoconscientemente sobre como usamos a linguagem, a tornarem-se especialmente conscientes do caráter figurativo de nossa própria narrativa como o meio através do qual relacionamos o passado à história escrita. Isso significa aprofundar a ideia de que nossa linguagem opaca constitui e representa a realidade em lugar de corresponder a ela de maneira transparente, de que não existe uma verdade histórica cognoscível absoluta, de que nosso conhecimento do passado é social e perspectivo, e de que a história escrita existe no âmbito de estruturas de poder determinadas culturalmente. (Munslow, 1997, p. 25², citado em Bastin & Bandia, 2006, p. 48)

Para Bandia, a história da tradução “ainda é vista, predominante e essencialmente, como a documentação linear de práticas e teorias tradutórias do passado, como essas se relacionam ao presente e de que forma podem nos ajudar a traçar o curso para o futuro”. Vista dessa forma, diz Bandia, a história da tradução frequentemente é considerada como

uma subdisciplina dos estudos da tradução, secundária por natureza, e os historiadores como meros arquivistas cuja tarefa principal é registrar e documentar as diversas tendências e discursos predominantes na cada vez mais abrangente disciplina dos estudos da tradução. Em outras palavras, os estudos da tradução se voltaram para sua história para alcançarem profundidade, reconhecimento e autenticidade (Bastin & Bandia, 2006, p. 46).

² Munslow, A., **Deconstructing history**, London, New York: Routledge, 1997.

Bandia não apenas é a favor de que se adote uma abordagem desconstrutivista para a história da tradução, como também defende que esta deixe de ser vista como prática secundária dos estudos da tradução e seja instaurada como disciplina autônoma, com objetivos e metodologias próprias. Se, ao se voltarem para a própria história, os estudos da tradução alcançaram “profundidade, reconhecimento e autenticidade”, por outro lado, podem ter se afastado da possibilidade de desenvolver uma historiografia da tradução mais abrangente. O que não aconteceria se a história da tradução fosse uma disciplina autônoma, como sugerem os questionamentos de Bandia.

Acredito que uma historiografia da tradução independente dos objetos usuais dos estudos da tradução poderia, de fato, ser benéfica para que as disputas de poder presentes nas fronteiras linguísticas em que a tradução opera ganhassem maior relevância. Não creio, no entanto, que seja necessária a criação de uma nova disciplina, bastando expandir os limites atuais dos estudos da tradução, o que, ao fim e ao cabo, é uma das sugestões implícitas na crítica de Anthony Pym à ausência de uma área específica para a história da tradução no roteiro para a disciplina escrito por James Holmes nos anos 1970, como veremos em alguns parágrafos.

A visão pós-estruturalista talvez já seja consensual entre os pesquisadores da tradução atuais, mas esse possível consenso não é suficiente para o estabelecimento de uma organização dos estudos historiográficos da tradução na forma de um campo de saber específico, ou mesmo de uma disciplina. Para Gürçağlar, a fragmentação do conhecimento sobre a história da tradução deve-se a fatores como a falta de dados históricos, a diversidade de abordagens e métodos e a própria natureza difusa do conceito de tradução. Eu acrescentaria ainda a dimensão transdisciplinar que o objeto tradução impõe à disciplina estudos da tradução. Por outro lado, uma formalização rigorosa do que seria uma história da tradução é incoerente com o próprio princípio da historiografia desconstrutivista.

Resta ao pesquisador, portanto, assumir a subjetividade do discurso científico, aceitar a pluralidade de abordagens e metodologias disponíveis, e, acima de tudo, considerar a possibilidade de visões diferentes da sua, mas nem por isso menos verdadeiras. Ou ainda, concordar com Gürçağlar que

uma abordagem mais equilibrada seria considerar as histórias da tradução como formas mistas de discurso, combinando vários gêneros e incluindo interpretações na

“trama” dos eventos históricos, juntando assim elementos factuais e fictícios. (Gürçağlar, 2013, p. 133)

Para uma discussão conceitual como a pretendida nesta tese, a adoção de um ponto de vista desconstrutivista significa partir de minha própria experiência como tradutor para a construção de um discurso que dialogue com a tradição. A maneira como essa tradição vem sendo abordada pela historiografia, em geral, vem seguindo três abordagens predominantes: a história dos tradutores, a história da atividade e a história das teorias, as quais examino a seguir.

2.2. Metodologia historiográfica da tradução

2.2.1. História fora do mapa

Quando, em 1972, James Holmes propôs a criação da disciplina estudos da tradução em seu artigo “The Name and Nature of Translation Studies” (Holmes, 2000), ele não incluiu em seu roteiro um campo específico para a história da tradução, como observa Anthony Pym em seu *Method in Translation History* (Pym, 1998). A preocupação com o registro histórico formal da atividade, no entanto, já existia e havia sido manifestada no quarto Congresso Mundial da Federação Internacional de Tradutores (FIT), em 1964, quando o tradutor e pesquisador húngaro György Radó defendeu a necessidade de “criar uma estrutura e um método que nos permitirá levar a pesquisa adiante até que se possa efetivamente escrever a história proposta da tradução” (Radó, 1964, p.15³, citado em Delisle & Woodsworth, 2012, p. XXIII).

O resultado da preocupação manifesta por Radó foi o primeiro livro concebido integralmente como uma história não da tradução, mas de uma série de tradutores que tiveram papéis relevantes em determinados momentos da história chamado *Translators through History*, organizado por Jean Delisle e Judith Woodsworth. Originalmente publicado em 1995 sob os auspícios da FIT — trinta anos após a ideia começar a ser esboçada —, os capítulos do livro tratam da participação fundamental de tradutores notáveis em temas como a criação dos alfabetos, o desenvolvimento e emergência das línguas e literaturas nacionais, a disseminação do conhecimento, o estabelecimento de reinados, a disseminação das

³ Radó, György. **La traduction et son histoire**. Babel, 1964/10, p. 15–16, 1964

religiões, a transmissão de valores culturais, a produção de dicionários e a própria elaboração da história. A obra de Delisle e Woodsworth tornou-se fundamental para os estudos da tradução, mas de forma alguma atendeu às crescentes e diversificadas necessidades historiográficas dessa disciplina, como veremos a seguir.

2.2.2. Tradutores fora da história

A ausência do campo da história no mapa de Holmes, segundo Anthony Pym, aponta para uma ausência anterior, que é a da figura humana dos tradutores como agentes históricos. Em sua proposta de método para a pesquisa histórica da tradução, Pym recomenda que a história da tradução seja vista como “uma área unificada para o estudo humanístico dos tradutores humanos e suas ações sociais, tanto no bojo quanto além de suas traduções materiais” (Pym, 1998, p. 4). Pym defende que seja contada a história individual dos tradutores, pois considera que, assim como as traduções têm um papel histórico, seus autores diretos são igualmente partícipes desta história e, por isso, suas biografias — algumas, até mesmo hagiografias — são objeto de interesse histórico. A ênfase nesse aspecto biográfico de Pym tem o motivo específico de dar materialidade — ou corporalidade — aos tradutores como forma de evitar a abstração decorrente de se referir a “o tradutor” ou “os tradutores” de forma intangível e generalizante. Só assim, sinaliza Pym, os “tradutores com corpos” podem ser inseridos factualmente nas histórias da tradução de que efetivamente participaram (Pym, 1998, p. 160). Não deixa de ser uma proposta afim com o que Delisle e Woodsworth fizeram, mas um dos aspectos que os diferenciam é que Pym considera importante se aprofundar na biografia desses homens e mulheres do passado de forma a colocar a tradução em seu devido contexto social, mostrando que não se tratava de uma atividade profissional, conforme é praticada hoje.

Embora os tradutores sejam os personagens principais de *Translators through History*, uma perspectiva mais ampla, conforme a proposta por Pym, buscando “o estudo humanístico dos tradutores humanos”, também teria que ir além dos tradutores cujos nomes ficaram gravados na história para contemplar a enorme quantidade de tradutores anônimos que não deixaram mais do que rastros ao longo

dos séculos, mas que sustentaram o peso de toda a tradição em que os grandes tradutores se destacaram.

“Com a escrita, nasceu a história. E a tradução também”, observam Delisle e Woodsworth (Delisle & Woodsworth, 2012, p. 3). E com a tradução, obviamente vieram os tradutores. Os registros conhecidos de traduções mais antigos datam justamente do terceiro milênio a.C., próximo ao surgimento da escrita na Mesopotâmia. As tabuletas de argila com listas bilíngues nos pares sumério-eblaíta, encontradas na esquecida, e um dia poderosa, cidade de Ebla, documentam uma sociedade complexa, na qual os escribas correspondiam a, aproximadamente, 4% da população, e eram formados em escolas onde aprendiam, entre inúmeras outras coisas, a traduzir documentos variados (Dumper & Stanley, 2007, p. 141). A arqueologia da tradução necessariamente passa pela vida social desses escribas anônimos e esquecidos, e de tantos outros que os seguiram ao longo dos milênios, mas que pouca atenção vem recebendo da historiografia da tradução.

O véu que cobre essa massa indefinida de tradutores é o mesmo que também oculta sua produção. Atualmente, essa situação persiste na figura dos “prestadores de serviços de tradução”, ou seja, os tradutores remunerados cujo trabalho é visto como altamente despersonalizado, sem qualquer tipo de reconhecimento autoral ou de propriedade intelectual. Embora esse grupo seja constituído por um número muito maior de profissionais do que os de outras áreas da tradução, como os tradutores literários ou acadêmicos, seus trabalhos e suas vidas não costumam inspirar tantas pesquisas em estudos da tradução quanto seria desejável para se chegar a um real conhecimento do perfil e da prática profissional. São os tradutores de contratos, manuais técnicos, software, documentos comerciais variados, material de treinamento empresarial, material publicitário, enfim, toda uma diversidade de conteúdos de partida que se convencionou chamar de tradução técnico-científica, mas que passarei a chamar de tradução especializada. O motivo para a adoção dessa nomenclatura será visto e detalhado no capítulo três, no qual me dedico à discussão conceitual mais específica da tradução.

Judith Woodsworth, no verbete “History of Translation”, da primeira edição da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, de 1998, menciona que “outros tipos de traduções não receberam tanta atenção quanto as traduções literárias e religiosas” (Woodsworth, 2001, p. 102). Em 2009, na segunda edição da enciclopédia, James St. André, no verbete “History”, escreve: “Em geral, a história

da tradução tem se concentrado em textos literários e religiosos”, já citando autores anteriores que haviam apontado para essa questão (St. André, 2009, p. 134). Onze anos passados, portanto, St. André reitera a mesma tendência já constatada por Woodsworth.

A distância da academia da tradução especializada equivale à dos tradutores especializados para o desenvolvimento de pesquisas e reflexões acadêmicas sobre a própria profissão. Muitos podem ser os motivos para esse distanciamento, entre eles a grande variedade e dispersão da tradução especializada e a dificuldade de se conciliar prática e pesquisa. O fato é que esse aspecto, que considero fundamental para nossa historiografia, constitui a matéria escura do universo tradutório, ou seja, todos sabem que está lá, mas ninguém sabe muito bem do que é feita — e isso, ao que parece, desde o surgimento da profissão.

2.2.3. Teorias fazem a história

A proposta metodológica de Anthony Pym é uma das muitas questões presentes nas diversas discussões sobre o que é a história da tradução, qual seria seu objeto ideal e como essa história deveria ser contada. Se por um lado enfatizar os tradutores, suas vidas e produções, representa o lado “humano” da história da tradução, outros enfoques, como a história das teorias ou a história das práticas tradutórias, são igualmente produtivos por apresentarem aspectos que uma história excessivamente centrada na figura do tradutor poderia deixar de lado.

O foco na história das teorias da tradução, por exemplo, permite que se conheça não apenas o que se pensou sobre tradução ao longo do tempo, mas também o tipo de tradução valorizada ao longo dos milênios. Alguns trabalhos são exemplares do tipo de informação e de conhecimento que pode resultar dessa linha de pesquisa historiográfica.

Penso em primeiro lugar na antologia de textos sobre tradução reunida por Douglas Robinson, *Western Translation Theory, from Herodotus to Nietzsche*, com primeira edição em 1997 (Robinson, 2002). A coletânea de Robinson demonstra que o interesse pela tradução é milenar. O texto inicial é do século V a.C., de Heródoto, e menciona uma sacerdotisa egípcia que se dedica ao aprendizado do grego para apresentar sua religião para os gregos, e um grupo de meninos egípcios

enviados para conviver com imigrantes gregos e servir-lhes como intérpretes, após aprenderem o grego. Após fazer a compreensível ressalva de que Heródoto não se dedica às questões teóricas da tradução hoje tradicionais, Robinson destaca o interesse do historiador grego pela comunicação transcultural, pela maneira como falantes de diferentes línguas conseguem trocar ideias entre si, e pela maneira como essa comunicação se dá em contextos notadamente geopolíticos. É curioso observar que esses aspectos só começaram a ser plenamente pesquisados na segunda metade do século XX, quando os estudos da tradução começaram a se afastar das abordagens prescritivas e linguísticas e a colocar a tradução em contextos socioculturais muito mais amplos.

A partir de Heródoto, Robinson compila textos de cerca de 90 autores que, ao longo de três milênios, traduziram e escreveram sobre tradução, concluindo com Nietzsche, no final do século XIX. Lawrence Venuti organizou obra semelhante, *The Translation Studies Reader*, reunindo alguns dos principais ensaios sobre tradução dos séculos XX e XXI, dando assim sequência ao trabalho de Robinson. A coletânea feita por Venuti mostra a genealogia dos estudos da tradução, incluindo o próprio roteiro fundador da disciplina elaborado por James Holmes nas duas primeiras edições, mas omitindo esse texto na terceira⁴. Juntos, *Western Translation Theory, from Herodotus to Nietzsche* e *The Translation Studies Reader* oferecem um vasto panorama do que já se pensou sobre tradução ao longo de toda a história. No entanto, a decisão de Venuti de omitir o texto de Holmes na terceira edição de seu livro demonstra como até mesmo antologias acadêmicas podem ter um viés discursivo ideológico nem sempre manifestado claramente.

Anthony Pym, no capítulo inicial de seu *Method in Translation History*, se refere a muitos autores que trataram a história da tradução como a história das teorias da tradução, alguns deles comparecendo na coletânea de Venuti. Mencionando uma série de nomes canônicos da área — Mounin, Steiner, Berman, Vermeer, Lefevere, entre outros —, cujos escritos podem ser datados “vagamente a partir dos anos 1960” (Pym, 1998, p. 9), Pym assinala que num primeiro momento

⁴ Venuti excluiu o ensaio de James Holmes na terceira edição de sua coletânea. Para ele, o texto de Holmes contém uma visão hoje ultrapassada dos estudos da tradução, que não contempla várias linhas de pesquisa atuais, como a ética, a historiografia ou a sociologia da tradução. Venuti também critica o discurso cientificista implicado nas categorizações de teoria pura/teoria aplicada feitas por Holmes, inspiradas nas “ciências físicas” e não na linguística, e na presunção de neutralidade das abordagens descritivistas. Venuti (2012, p. 138)

as pesquisas sobre a história da tradução tinham caráter generalista e depois direcionaram-se mais para a história das teorias. Sem desconsiderar a importância da pesquisa histórica sobre as teorias, Pym considera que essa ênfase deixa a história da tradução *de facto* relegada a afirmações vagas e reducionistas. Por exemplo, para Pym, Lefevere reduz a história da tradução a uma busca incessante pela fidelidade; Mary Snell-Hornby descreve séculos de reflexão sobre fidelidade como debates de pouca consequência para o presente; e o desconstrutivismo de Rosemary Arrojo descarta os séculos anteriores como períodos obscuros de logocentrismo. Pym se refere a esses exemplos para defender que a história da tradução não pode ser reduzida àquilo que “se falou sobre tradução” ao longo da história (Pym, 1998, p. 9-10), argumento que servirá de base para sua proposta metodológica de se voltar para a história individual dos tradutores.

Por sua vez, considerar alguns milênios de textos sobre tradução como aquilo que “se falou sobre” tradução, e não levar em conta as contribuições teóricas de todos esses autores para a nossa historiografia é uma afirmação tão reducionista quanto as que ele mesmo critica. Para uma discussão conceitual, e portanto, eminentemente teórica, como a aqui pretendida, não há como não dialogar com reflexões sobre o conceito de tradução de diferentes autores e períodos. Alguns desses textos, para além da discussão mais superficial sobre fidelidade que atravessa os séculos, descrevem comportamentos e procedimentos tradutórios típicos de cada época, referem-se ao tipo de material então traduzido, e nos falam do lugar social ocupado por diferentes tipos de tradução. Também podemos ler nas entrelinhas desses textos, de maneira explícita ou implícita, referências a traduções e tradutores menos notórios, ou mesmo anônimos, qualificados ou não. Os textos antigos que falam de tradução podem ser portadores de toda uma historiografia ainda por escrever.

2.2.4.

A prática é a história

Nos itens anteriores, em que comentei o interesse historiográfico por tradutores individuais e pelas teorias da tradução, mencionei, em ambos os casos, a presença reduzida dos tradutores especializados como objeto de pesquisa. A situação não é muito diferente quando lemos textos de pesquisadores voltados para

a historiografia das práticas tradutórias. No entanto, o estudo da pragmática da tradução na era da informação globalizada, em especial da tradução especializada, é o que oferece o maior potencial teórico para o desenvolvimento desta pesquisa e para a atualização do conceito de tradução em tempos de aldeia global. Esclareço que chamo de prática, ou pragmática, da tradução todos os aspectos e agentes envolvidos na produção e recepção material de produtos traduzidos. Essa abordagem está de acordo com as teorias sistêmicas e funcionalistas da tradução, como veremos a seguir.

Şehnaz Tahir Gürçağlar identifica o crescimento do interesse pela história das práticas da tradução com o advento da teoria dos polissistemas de Even-Zohar, seguida dos Estudos Descritivos da Tradução, de Toury, entre os anos 1970 e 1980 (Gürçağlar, 2013). Segundo ela, essas abordagens teóricas fomentaram a pesquisa sobre o lugar da tradução nas diferentes culturas e em diferentes momentos de suas histórias. A seguir, faço uma breve apresentação dessas teorias, destacando seus aspectos relevantes para os objetivos desta pesquisa e apontando outros que, a princípio, não dão conta da condição atual de indústria global da tradução. Assim como uma das vertentes da linguística pragmática considera a linguagem segundo sua relação com os falantes, ou usuários, as teorias sistêmicas e funcionalistas seguem caminho semelhante ao considerar a tradução a partir da relação com seus receptores, ou usuários.⁵

A teoria formulada por Even-Zohar foi desenvolvida especificamente para seu trabalho sobre a formação da literatura hebraica, valendo-se da noção de sistemas conforme estabelecida pelos formalistas russos, em especial por Yury Tynyanov. Para Tynyanov, o termo *sistema* denota “uma estrutura de elementos em múltiplas camadas que se relacionam e interagem entre si” (Tynyanov, 1929, citado em Shuttleworth, 2009, p. 197)⁶. Even-Zohar formulou, então, o conceito de “polissistema”, ou um “sistema de sistemas”, que pode ser definido como uma estrutura aberta com funcionamento interdependente, composta de várias redes simultâneas de relações. Essas redes são estratificadas hierarquicamente em função das relações intra- e inter-sistêmicas dos seus elementos. A interação dos sistemas que compõem esse agregado heterogêneo e hierarquizado dá origem a um processo

⁵ Sobre pragmática: MARCONDES, 2000

⁶ TYNYANOV, Y. N. (1929). *Arkhaisty I novatory* [Archaists and Innovators], Moscow: Akademia, reprinted 1967, Munich: Wilhelm Fink.

interno de evolução dinâmico e contínuo, em que os vários estratos disputam entre si a posição dominante.

Even-Zohar desenvolve a noção de que a literatura traduzida é um dentre diversos outros sistemas que constituem as literaturas nacionais. O que ele propôs foi deixar de se considerar a tradução de obras estrangeiras como uma atividade individual e isolada e passar a ver a incorporação dessas obras às literaturas nacionais como uma atividade sistêmica, em estreita relação com os sistemas literários nacionais. Essas relações vão desde a seleção dos títulos a serem traduzidos às influências que esses títulos traduzidos têm sobre a produção literária local. O processo de incorporação dessas obras estrangeiras também reflete a percepção que a cultura de chegada tem delas e a concepção corrente do tipo de tradução a ser adotada. Entre os critérios fundamentais a dirigir as traduções está a ideia do público ao qual a tradução se destina. Um bom exemplo disso, em meio a inúmeros outros, são as traduções das obras clássicas greco-romanas, que ajudaram a modelar toda a literatura ocidental através de sucessivas traduções e retraduições, ora em verso, ora em prosa, ora como adaptações infanto-juvenis, ora como obras eruditas. O estudo dessas traduções e retraduições feitas ao longo dos séculos permite não apenas conhecer a história literária de determinada cultura, mas também as transformações da ideia de tradução ao longo da história dessa cultura a partir de sua prática.

Even-Zohar esclarece que “o termo ‘polissistema’ é mais do que uma convenção terminológica. Tem o propósito de tornar explícita a concepção de um sistema como algo dinâmico e heterogêneo em oposição à abordagem sincrônica (Even-Zohar, 2010, p. 42). Junto à ideia de polissistema como um sistema de sistemas estratificados, Even-Zohar introduziu também o fator diacrônico como parte dessas dinâmicas e interações, criando assim as condições para a historicização dessas relações entre os diferentes sistemas. O estudo dessas dinâmicas e interações explicita as disputas dos diferentes sistemas pela posição central e possibilita a concepção da literatura traduzida como um sistema em si, ocupando posições ora periféricas, ora centrais, conforme as situações históricas da cultura de chegada e de suas relações com as culturas de partida (Even-Zohar, 2000).

O enfoque da teoria dos polissistemas na prática tradutória está na ênfase em dois aspectos: o primeiro, na seleção das obras a serem traduzidas, o segundo, na

adoção de normas, comportamentos e políticas determinantes para a maneira de trabalhar do tradutor. Ou seja, dentro de uma visão sistêmica e funcional, o estudo dos aspectos empíricos — a escolha das obras e a prática tradutória em si — é o que permite compreender o conceito de tradução em determinado momento histórico.

No caso dos Estudos Descritivos da Tradução, conforme a teorização proposta por Gideon Toury, o objeto de pesquisa pode ser qualquer texto que tenha circulado pela cultura de chegada com estatuto de tradução. Essa abordagem permite obter informações preciosas sobre o tipo de percepção e expectativas específicas de cada cultura sobre a tradução (Gürçağlar, 2013).

A teoria dos polissistemas oferece instrumentos úteis para esta pesquisa. Meu interesse primário é pela pesquisa em tradução especializada — cuja conceituação é discutida no capítulo três — e que, uma vez tratada como um dos sistemas integrantes do sistema tradutório geral, pode ter seu lugar dentro dos estudos da tradução um pouco melhor definido. Claramente, isso ajudará na discussão conceitual subsequente por delimitar melhor o objeto da pesquisa.

A abrangência do que pode ser considerado “prática da tradução” combinada à amplitude dos Estudos Descritivos da Tradução, formulados por Gideon Toury, abre um imenso guarda-chuva sob o qual poderemos incluir inúmeros aspectos conceituais de nosso interesse. Em especial, a noção de tradução presumida, formulada por Toury no contexto de seus estudos descritivos, proporciona alguns componentes metodológicos de especial interesse, que serão explorados no capítulo final, em que vínculo esta noção à disciplina de gerenciamento de projetos.

Partindo da noção de que a literatura traduzida constitui um dos sistemas literários da cultura de chegada, conforme postulado por Even-Zohar, Toury adota o princípio de que podem ser consideradas traduções “todas as manifestações apresentadas ou vistas como tal no âmbito da cultura de chegada, não importando sobre qual base” (Toury, 1995, p. 32). Com essa proposição, Toury evita estabelecer uma definição geral do que seja tradução e transfere o ônus da classificação para a sociedade em que determinados “textos (ou outros fenômenos)” (p.31) sejam considerados como tal. Essa concepção, considera ele, permite a abordagem não do que seja a tradução “*em geral*, mas aquilo que se revela *na realidade*” (p.32). Desta forma, Toury procura uma solução empírica e objetiva para o conceito de tradução, baseada numa visão pragmática. Assim, os Estudos Descritivos da Tradução

propõem-se a se afastar de definições essencialistas, supostamente estáveis e atemporais, e, portanto, a-históricas. Do ponto de vista descritivo, a história da tradução se dá pelos estudos das diferentes práticas tradutórias conforme os contextos sócio-históricos da cultura de chegada.

Para que um texto seja presumido como sendo uma tradução, Toury estabeleceu três postulados (Toury, 1995, p. 33):

1. Postulado do texto de partida — ainda que não necessariamente conhecido, pressupõe-se a existência de um texto na língua de partida, lógica e cronologicamente anterior ao texto de chegada em questão.

2. Postulado da transferência — presume-se que houve um processo de transferência de determinadas características do suposto texto de partida para o texto de chegada.

3. Postulado da relação — a relação entre o texto de partida e o texto de chegada se dá pelas características comuns vinculantes dos dois textos.

As pressuposições desses três postulados permitem presumir alguns outros elementos. A existência de um texto de partida pressupõe um processo anterior de autoria desse texto. A transferência entre texto de partida e texto de chegada pressupõe a ação de um sujeito tradutor empenhado em sua tarefa específica de traduzir. A pressuposição da relação entre os dois textos é a conclusão desse processo, uma vez que essa relação resulta de que todos os elementos anteriores tenham operado corretamente de forma a não romper a ligação estabelecida desde a autoria do texto de partida à recepção do texto de chegada por seus leitores. No entanto, em se tratando de postulados, vistos “dentro de um quadro de referência voltado para a cultura alvo (...) são dados, e não factuais (...). Dessa forma, em vez de constituírem respostas, levantam questões a serem abordadas por qualquer pessoa disposta a estudar tradução em contexto” (p. 33).

A noção de tradução presumida possibilitou desdobramentos nos estudos da tradução que não seriam possíveis dentro de uma visão tradicional e dualista de tradução como algo diretamente vinculado e dependente de um original e da cultura de partida. Ocorre que, quando formulada, sua teoria não tinha como levar em conta os processos recentes de globalização, em que uma enorme parcela dos bens produzidos, sejam bens culturais, de consumo ou de capital, são desenvolvidos desde o princípio com o objetivo de serem incorporados por culturas, ou mercados, ou economias, internacionais. Com essa realidade em vista, o desenvolvimento, ou

autoria, de diversos produtos atuais não se limita apenas ao uso e consumo pela cultura de partida. Na concepção dos bens globalizados, leva-se em conta até mesmo os instrumentos materiais a serem usados em suas traduções, pois dependem de um aparato tecnológico uniforme que vai da concepção ao consumo. A função estratégica da tradução se dá dentro dessa linha de produção e na facilitação do consumo do produto final.

Em contraponto à ideia de que a tradução resulta de uma demanda da cultura alvo e é por ela definida, conforme a abordagem descritivista de Toury, uma perspectiva globalizante da tradução aponta na direção inversa. As demandas de consumo das culturas periféricas são criadas a partir de produtos concebidos e desenvolvidos pelas culturas centrais. A tradução, nesse contexto, é uma necessidade da cultura de partida, pois esta depende materialmente da exportação e consumo dos bens que produz pelas centenas de culturas de chegada a que esses bens se destinam. Dentro do processo industrial em que a tradução se vê incluída, conceitos como internacionalização e localização têm a finalidade declarada de tornar os produtos o mais culturalmente neutros possível, manipulando a linguagem de forma a facilitar a absorção desses produtos pelas culturas alvo. Dentro deste contexto, a tradução é o principal recurso linguístico usado para a incorporação desses bens pelas culturas a que se destinam. Se um objeto, como um telefone celular, é concebido ergonomicamente para ser usado por seres humanos de qualquer origem, o que viabiliza o seu uso em diferentes culturas é que ele possa ser linguisticamente compreendido e incorporado como um objeto da vida diária de cada uma dessas culturas.

Dois aspectos apontam para a necessidade de adaptar a teoria dos polissistemas e os Estudos Descritivos da Tradução em suas abordagens à prática tradutória para sua adoção na pesquisa sobre a tradução, vista não mais como artesanato, mas como indústria. O primeiro é o fato de terem sido concebidas especificamente para lidar com o sistema de literatura traduzida como parte do polissistema literário, e o segundo é terem sido desenvolvidas numa época em que a tecnologia de informação e a globalização eram ainda incipientes e não se falava em tradução como indústria.

Segundo esse primeiro aspecto, o sistema da literatura traduzida está naturalmente incluído no polissistema da literatura e tem suas peculiaridades estabelecidas conforme a interação com as literaturas nacionais. A tradução

especializada faz parte dos polissistemas de suas respectivas áreas de especialização e segue suas normas específicas. A tradução especializada em textos da área médica tem suas características definidas, em boa parte, pelo polissistema da medicina, o mesmo ocorre com a tradução de textos jurídicos e a área legal, ou com a tradução do conteúdo linguístico de *software* e o sistema geral da tecnologia da informação. A princípio, todas as áreas de especialização da tradução terão traços comuns enquanto prática tradutória, mas serão peculiares no que se refere às características de cada área. Em todas elas, a tradução cumpre sua função de auxiliar na transmissão de informação e promover a incorporação dessa informação pela cultura de chegada.

O segundo aspecto a ser considerado na aplicação dessas teorias ao universo atual da tradução, conforme dito acima, é a necessidade de atualização para lidar com uma condição inexistente na época em que foram concebidas. Desde a formulação da teoria dos polissistemas e dos Estudos Descritivos da Tradução, a tradução especializada saiu de uma condição periférica para se transformar numa atividade central para a globalização. Num quadro histórico de mudanças aceleradas, é preciso adaptar as teorias às novas condições.

Produtos globalizados precisam ser altamente padronizados para alcançar o mercado global de maneira simultânea, a despeito das peculiaridades de cada cultura. Diante disso, as normas que regem o desenvolvimento desses produtos, que incluem bens de todas as naturezas, seguem princípios diferentes daqueles que antes regiam a tradução. Para os bens globais, não se trata mais de optar por estratégias de tradução domesticadoras ou estrangeirizantes, mas sim de buscar um discurso neutro, que seja absorvido sem atritos pelas culturas a que se destinam. Um bom exemplo dessa prática pode ser encontrado no guia de estilo para a localização de produtos da Microsoft para os mercados de língua espanhola:

No atual mundo da localização, a necessidade de localizar para um espanhol “neutro” ou “internacional” é um tema recorrente. O termo espanhol “neutro”, ou “internacional”, não se refere a nenhum dialeto específico do idioma, e certamente não implica a criação de uma nova língua ou a cunhagem de novos termos. Em vez disso, refere-se ao processo de encontrar termos ou frases que sejam compreensíveis ou mais adequados para um público-alvo multinacional. Por exemplo, o termo “computer” pode ser traduzido como “computadora”, “computador” ou “ordenador”, dependendo do país ou da região onde o termo é usado. Para evitar isso, nós, na Microsoft, decidimos usar “su PC” ou “equipo”. (Microsoft, 2011)

A busca pela neutralização das diferenças locais na prática da tradução global é um procedimento fundamental para o sucesso de um produto globalizado. Embora a indústria defina o termo “localização” como a adaptação dos produtos às condições locais, na prática, isso significa neutralizar diferenças, e identidades, para que os produtos sejam consumidos sem atrito ou resistência pelas culturas locais.

Esse é o tipo de prática que nos leva a concluir que, ao observarmos a tradução na época atual, é importante adotar um ponto de vista multilateral, que inclua as culturas de partida e de chegada de maneira conjunta, tendo em vista a profunda interferência da cultura de partida sobre os procedimentos tradutórios a serem seguidos pela cultura de chegada. Também nos chama a atenção para estratégias tradutórias que podem implicar a necessidade de renovação das visões teóricas estabelecidas até agora para o desenvolvimento de uma historiografia das práticas que caracterizam a tradução na era da informação.

2.3.

História e historiografia — abordagens pretendidas

Essa breve discussão sobre os recursos teóricos para a abordagem historiográfica da tradução mostra de que forma as diferentes concepções da historiografia — história dos tradutores, das teorias e das práticas — podem ser complementares. Mostra também que existem lacunas importantes na historiografia da tradução, uma vez que, conforme visto, determinados tipos de texto foram justificadamente privilegiados nas pesquisas historiográficas, dada sua importância em seus períodos específicos, enquanto que outros, menos expressivos naqueles momentos, não receberam a mesma atenção. Com as transformações decorrentes da globalização, essa relação entre textos de um tipo e de outro também se modificou.

A abordagem aqui proposta pretende dialogar com a historiografia das teorias colocando em pauta diferentes conceituações da tradução tanto em termos diacrônicos, quanto em função das tipologias textuais. O que será visto no capítulo três, onde trato das questões conceituais mais especificamente. Pela natureza da proposta, a ênfase maior será nos aspectos da atividade conforme suas práticas atuais.

A historiografia voltada para o tradutor também estará presente, mas diante de uma população crescente de tradutores, predominantemente especializados, só é possível proceder com individualizações como exemplos de situações sociais mais amplas. Para isso, conforme já mencionado, lançarei mão do instrumental já existente da sociologia da tradução, que será visto a seguir.

2.4. A sociologia da tradução

Como dito no item anterior, o interesse pela história da tradução surgiu sobretudo no contexto da virada cultural dos estudos da tradução, a partir da constatação de que traduções não são produzidas num vácuo, tampouco recebidas num vácuo. Como consequência, percebeu-se a necessidade de se investigar o que havia no lugar desse vácuo, e o primeiro momento dessa investigação foram os estudos historiográficos.

A introdução da historiografia levou à constatação semelhante quanto à dimensão social do universo tradutório. “Qualquer tradução, tanto como ação, quanto como produto, necessariamente está imersa em contextos sociais”, diz Michaela Wolf, na introdução do livro *Constructing a sociology of translation*, organizado por ela e por Alexandra Fukari (Wolf & Fukari, 2007, p. 1). Wolf descreve de que forma os estudos da tradução adotaram uma visão progressivamente mais voltada para os aspectos sociais da atividade nos anos 1970. Assim como a historiografia, essa visão sociológica também se fundamentou inicialmente na teoria dos polissistemas de Even-Zohar. Nos dias atuais, ganharam relevância temas como as relações de poder envolvidas na produção tradutória, ou o papel da tradução no contexto pós-colonial. O leque das abordagens sociológicas amplia-se continuamente e, nesta seção, destaco alguns dos aspectos sociais envolvidos na tradução de textos especializados, com alguma ênfase sobre aqueles ligados à indústria da tecnologia da informação, mas sem desconsiderar outras áreas.

Conforme visto no item anterior, o tradutor individualizado foi um dos objetos preferenciais dos estudos historiográficos. Refletindo sobre a situação do indivíduo sob uma perspectiva sociológica, Wolf busca respaldo em Venuti, para quem “as ações humanas são intencionais, mas determinadas, autorreflexivamente

mensuradas diante dos recursos e regras sociais cuja heterogeneidade permite a possibilidade da mudança a cada ação autorreflexiva” (Venuti, 1995, p. 206).

Ou seja, o fato de o trabalho ser realizado por indivíduos não faz dele um trabalho isolado, uma vez que toda tradução, enquanto ato e produto, ocorre autorreflexivamente em relação aos “recursos e regras sociais” abarcados pelo sistema tradutório. O que a sociologia da tradução pretende é analisar os aspectos interrelacionais e interativos entre as diversas instâncias sociais envolvidas nos processos tradutórios. Tais instâncias não se restringem apenas ao tradutor e seu trabalho a partir do texto de partida, mas abrangem desde a decisão de se produzir e selecionar conteúdos a serem traduzidos à maneira como esses conteúdos, uma vez traduzidos, serão recebidos e incorporados pela cultura alvo.

Assim como em outras áreas, a sociologia da tradução voltou-se predominantemente para os aspectos ligados à tradução de obras literárias e bens culturais (livros, filmes, programas de TV, etc.), e menos para outras formas de tradução inseridas no conceito mais amplo de cultura como o conjunto de saberes, hábitos e comportamentos sociais em geral. Dada a dimensão e o papel central da tradução nos processos globais de hoje, reitero a importância de se considerar os aspectos sociais envolvidos em outras formas de tradução.

Considere-se, por exemplo, os impactos sociais da tradução de produtos como o sistema operacional Microsoft Windows e todas as consequências da disseminação global da microinformática, conforme será comentado no capítulo quatro. Não é por outro motivo que empresas como Microsoft, Apple ou Google estão hoje entre as mais valiosas do planeta. Vale a pena citar um trecho da carta de Larry Page sobre a recente criação da Alphabet, como *holding* de todo o conglomerado de empresas de tecnologia até então conhecido como Google: “Gostamos do nome Alphabet porque significa uma coleção de letras que representa a linguagem, uma das mais importantes inovações da humanidade, e o núcleo de como nós indexamos as buscas do Google!” (Page, 2015).

Diante dessas novas realidades tecnológicas que estão transformando as relações sociais da humanidade em todos os níveis — do mais regional e localizado ao mais global e universalizado —, é de extrema importância que as abordagens sociológicas da tradução procurem investigar os processos tradutórios nesses contextos. Cada vez mais, tecnologia e linguagem convergem para algo indistinto,

e é disso que Larry Page está falando. A linguagem está no núcleo da tecnologia atual, e a tradução é parte indissociável deste núcleo linguístico.

Nas próximas seções, examino algumas tendências da sociologia da tradução buscando elementos que possam ser aproveitados para o aprofundamento da discussão sobre os quatro objetos principais desta pesquisa — autoria e texto de partida, tradutor e texto de chegada — no contexto atual da globalização pela via tecnológica. Para isso, uso o texto supracitado de Wolf como roteiro para dialogar com as diversas vias sociológicas adotadas pelos estudos da tradução, buscando referendar meu diálogo com fontes primárias sempre que possível, ou usando referências incluídas no próprio trabalho de Wolf.

2.4.1. As teorias sistêmicas e a sociologia

Assim como na historiografia, a teoria dos polissistemas de Even-Zohar é considerada pioneira em trazer aspectos sociológicos para os estudos da tradução, segundo Wolf. Aqui, portanto, vou retomar alguns de seus aspectos para destacar suas afinidades com a sociologia.

A teoria dos polissistemas descreve o polissistema literário em termos de sistemas distribuídos em camadas, podendo ocupar posições centrais ou periféricas, em constante disputa pela posição dominante. Embora desenvolvido para uma finalidade bastante específica, o conceito de polissistemas de Even-Zohar oferece recursos metodológicos amplos para diferentes tipos de pesquisa. Os sistemas literários — que incluem o sistema de obras traduzidas — são naturalmente parte e reflexo de diferentes sistemas socioculturais mais amplos, entre os quais também existe a possibilidade da disputa por uma posição central entre seus elementos. Considerando-se esses princípios, é possível conceber uma sociologia da tradução que leve em conta fatores extratextuais, tais como as inúmeras forças sociais, culturais e econômicas atuando sobre o universo geral da tradução conforme o funcionamento dos respectivos sistemas. Conforme assinalado antes, a tradução especializada insere-se no conjunto das práticas tradutórias gerais, mas também se insere nos respectivos sistemas das áreas de especialização.

Uma das críticas à teoria aos polissistemas é não considerar abertamente essas forças em atuação nas disputas entre centro e periferia, nos diz Wolf. Outro aspecto

criticado é o recurso a um dualismo maniqueísta entre extremos como centro *x* periferia ou canônico *x* não canônico. Além disso, Wolf cita o comentário de Edwin Gentzler de que Even-Zohar raramente conecta os textos às condições em que foram produzidos. Essa série de “desconexões” apontadas na teoria dos polissistemas, no entanto, não resultam de juízos de valor ou de visões prescritivas sobre tradução. A metodologia desenvolvida por Even-Zohar se pretende descritiva, funcional e sistêmica, contrapondo-se à enumeração e classificação positivistas dos fenômenos. Apesar das críticas, a teoria dos polissistemas foi uma das primeiras a apontar outros aspectos da tradução além dos textuais e a adotar procedimentos descritivos, abrindo novas vias de pesquisa que foram exploradas a partir de então.

Seguindo a visão sistêmica de Even-Zohar, Gideon Toury desenvolveu a ideia de que a tradução ocupa, em primeiro lugar, uma posição dentro dos sistemas sociais e literários da cultura de chegada. Segundo os princípios dos Estudos Descritivos da Tradução, desenvolvidos por Toury, as traduções atendem a uma demanda da cultura de chegada, demanda que Even-Zohar identificava como uma “falta de repertório” de um determinado sistema, o qual vai compensar essa falta buscando elementos do repertório de um outro sistema. Even-Zohar define *repertório* como o “agregado de regras e materiais que governam a produção e uso de um determinado produto” e completa a ideia definindo *produto* como “qualquer conjunto de signos executado (ou executáveis), incluindo, por exemplo, um dado ‘comportamento’” (Even-Zohar, 1990, p. 39).

Toury se baseia na teoria dos polissistemas, incluindo a noção de repertório, para desenvolver sua visão dos Estudos Descritivos da Tradução, em que a ideia de normas é central. Assim como a ideia de repertório de Even-Zohar incluía comportamentos como produtos da combinação de regras e materiais, as normas de Toury são estabelecidas levando em consideração comportamentos que tendem a se tornar padrão na produção de textos traduzidos.

Gideon Toury desenvolveu a noção de normas considerando que ser um tradutor não se reduz simplesmente à geração de elocuições consideradas traduções apenas no âmbito das disciplinas da linguagem (Toury, 1995, p. 53). Para ele, a condição de tradutor é outorgada por uma comunidade àqueles capazes de desempenhar um papel social, ou seja, cumprir uma função estabelecida socialmente, englobando a atividade, seus praticantes e/ou seus produtos, de forma tal que essa atuação possa ser considerada adequada segundo os termos da própria

comunidade (ibidem). Nessa mesma linha, ele considera que os fatores socioculturais envolvidos na atividade são até mais determinantes das características subjetivas de cada tradução do que o “aparato cognitivo” de cada tradutor. Esses fatores socioculturais formam um espectro que vai desde as regras mais estritas aos comportamentos resultantes das mais absolutas idiossincrasias. O território entre esses dois polos, diz Toury, é ocupado por “fatores intersubjetivos comumente chamados de normas” (1995, p. 54).

Toury explica que a formulação verbal dessas normas indica a consciência de sua existência, mas que essa formulação não é obrigatória para que elas sejam socialmente vigentes. São normas definidas na sociologia e na psicologia social como a

tradução de valores ou ideias compartilhadas por uma comunidade — sobre o que é certo e o que é errado, adequado e inadequado — em instruções para comportamentos apropriados e aplicáveis a situações particulares, especificando o que é prescrito e proibido, assim como o que é tolerado e permitido em determinada dimensão comportamental. (1995, p. 55)

O que ocorre na tradução é a convergência de pelo menos dois sistemas de normas, das culturas de partida e de chegada. O tradutor se vê na posição de se sujeitar mais a um sistema ou ao outro, conforme suas afiliações a este ou àquele. Pode, por um lado, produzir uma tradução *adequada*, conforme os conceitos de Toury, ao adotar as normas e as relações do texto de partida, ou *aceitável*, mediante submissão às normas do polissistema receptor. *Adequação* ou *aceitabilidade* constituem, assim, os dois polos culturais entre os quais o tradutor opera no nível textual de seu trabalho (p. 57).

A amplitude do conceito sociológico de normas nos permite considerar que elas estão presentes em todas as fases da tradução, não apenas como determinantes do trabalho do tradutor, ainda que este seja o ponto de convergência de todas as tensões em jogo. Para fins metodológicos, recorro aos conceitos de projeto/processo conforme estabelecidos pelo Project Management Institute (PMI), para assim poder enquadrar a tradução como um fluxo de tarefas especializadas realizadas por agentes especializados (PMI, 2008). Dentro dessa concepção, oriunda da disciplina gerenciamento de projetos, os quatro elementos — autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada — podem ser segmentados sequencialmente segundo esse fluxo de tarefas. Assim isolados, fica mais claro entender de que forma cada um deles

segue princípios próprios de comportamentos segundo normas específicas, mas entrelaçadas.

A criação do conteúdo de partida, por exemplo, segue normas próprias do processo de autoria, diferentes daquelas envolvidas no trabalho de tradução executado pelo tradutor. À diferença do que propõe Toury, no entanto, se pensarmos em termos de conteúdos voltados para o mercado global, as normas a serem seguidas são aquelas envolvidas no processo geral de globalização, que constitui um sistema cultural próprio. Portanto, não se pode considerar que as normas envolvidas no desenvolvimento de conteúdos globais sejam as mesmas seguidas para aspectos exclusivos da cultura de partida. Além disso, projetos de tradução de diferente natureza seguem processos igualmente diferentes e, no momento atual, em que a tradução ocupa espaços sociais cada vez mais diversificados, essa pluralidade se refletirá igualmente numa grande variação de normas que regem desde o trabalho textual aos comportamentos éticos dos agentes envolvidos.

Considere-se, por exemplo, as forças atuantes num projeto de localização de software, em que, além do rigor normativo formalizado em guias de estilo, em instruções por e-mail, e nas inúmeras interações entre clientes e prestadores de serviços, há toda uma lógica social regendo a natureza do relacionamento não apenas do tradutor com o texto, mas com toda a cultura corporativa e peso ideológico que nomes como IBM, Microsoft, Google ou Coca-Cola carregam enquanto clientes usuais de serviços de tradução. Ou, em contrapartida, o que se pode dizer de comportamentos considerados desviantes das normas estabelecidas como no caso de traduções de filmes ou livros feitas por coletividades à margem dos sistemas oficiais? Esses questionamentos serão aprofundados no capítulo quatro, em que analisarei esses novos comportamentos tradutórios.

Se pensarmos em termos matemáticos, essa visão de tradução como uma sucessão de tarefas baseadas em normas aproxima-se da ideia de função matemática, em que um conjunto de dados é submetido a um conjunto de regras/normas para gerar um conjunto específico de resultados. A diferença entre um modelo matemático e um modelo, digamos, linguístico/sociocultural da tradução é que os resultados desse último são variáveis conforme o tradutor, mesmo que os dados de entrada, e as normas envolvidas, sejam os mesmos. Para Toury, o acompanhamento das variedades comportamentais tradutórias pode possibilitar não

apenas o reconhecimento das normas prevalentes, mas também sua assimilação pelos indivíduos (Wolf & Fukari, 2007, p. 9). A “análise detalhada de todas as normas de tradução vigentes num determinado momento dentro de uma determinada sociedade idealmente proporcionaria conclusões sobre as ideias daquela sociedade sobre tradução enquanto fenômeno cultural”, diz Wolf, descrevendo o conceito desenvolvido por Toury (Wolf & Fukari, 2007, p. 8).

Embora o conceito de normas esteja relacionado a comportamentos sociais importantes, Wolf considera que Toury não chega a “conceituá-las em termos de seus contextos socialmente condicionados e dos fatores envolvidos” (Wolf & Fukari, 2007, p. 9). O aprofundamento social do conceito de normas é levado adiante por Theo Hermans, para quem a tradução é “vista atualmente como um complexo de transações que ocorre num contexto comunicativo sociocultural” (Wolf & Fukari, 2007, p. 9). Para se compreender essa “visão atual” da tradução, Hermans considera necessário levar em conta uma série de fatores que vão além, não apenas das questões textuais, mas do próprio fluxo de trabalho tradutório. Entram na equação elementos como o estudo da seleção e harmonização do código ou a posição e interesses dos agentes envolvidos no processo. Hermans defende a necessidade de se criar um quadro teórico abrangente do impacto social e ideológico da tradução, considerando que o exame das normas envolvidas pode conduzir a essa formulação, que, segundo Wolf, ainda não foi alcançada pelas abordagens sistêmicas da tradução.

André Lefevere também adotou o conceito de sistemas dos formalistas russos para inserir a noção de reescrita nos sistemas literários como instrumento de validação ou de contestação do cânone. Ao longo dos anos 1980 e 1990, Lefevere desenvolveu a noção de que a tradução é uma dentre outras formas de reescrita, que incluem também a historiografia, a organização de antologias, a crítica e a edição. Sua visão de reescrita é apresentada no livro *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*, em que dedica quatro capítulos exclusivamente à tradução como reescrita, e outros quatro para cada uma das demais atividades.

Lefevere observa que o sistema literário faz parte de sistemas sociais mais amplos, que interagem com base em relações hierárquicas. Esse controle se dá através de dois fatores, um interno e outro externo ao sistema literário. O fator interno é exercido pelos profissionais diretamente envolvidos com a produção das reescritas, intérpretes, críticos, resenhistas, professores e tradutores, enfim, por

qualquer agente que exerça algum tipo de autoridade sobre o texto em questão em sua dimensão de poética.

No contexto da criação de reescritas, Lefevere desenvolveu o conceito de *patronagem* para definir os fatores externos que atuam sobre os elementos internos ao sistema literário, que operam no nível mais próximo ao texto. A *patronagem* pode ser exercida por indivíduos ou por instituições a quem o sistema social outorgou algum tipo de poder, em geral, político ou econômico, cuja preocupação maior é com o aspecto ideológico da produção literária. Voltado para a produção literária, Lefevere menciona como patronos os editores, governos, autoridades, etc., capazes de exercer um poder externo ao sistema literário propriamente dito, na forma de financiamentos seletivos, censura, publicidade, etc. “A *patronagem* normalmente está mais interessada na ideologia da literatura do que na poética, e pode-se dizer que o patrono ‘delega a autoridade’ ao profissional no que concerne à poética” (Lefevere, 1992, p. 15).

Fora do âmbito do sistema literário, é comum considerar a tradução de conteúdos técnicos, comerciais ou corporativos como fruto de relações objetivas e neutras, como se supõe serem as transações comerciais em geral. Um cliente solicita uma tradução, o profissional realiza o serviço, é remunerado pelo trabalho e a relação se encerra aí, até o estabelecimento de um novo contrato, que pode ou não ocorrer. Na tradução literária, o tradutor não apenas é nomeado, mas também permanece vinculado legalmente à tradução pelos direitos autorais. Seu nome fica permanentemente ligado ao da editora, o cliente, no caso. Como diz o próprio Lefevere:

O que o desenvolvimento dos estudos da tradução mostra é que a tradução, como todas as (re)escritas, jamais é inocente. Há sempre um contexto no qual a tradução acontece, sempre uma história da qual um texto emerge e para a qual um texto é transposto. A tradução abrange muito mais do que o simples envolvimento de um indivíduo com uma página impressa e um dicionário bilíngue. (Bassnett & Lefevere, 1995, p. 11)

Textos especializados não são inocentes. Aliás, creio que não existam textos inocentes de qualquer espécie. O elemento ideológico está sempre presente na produção de qualquer texto, seja uma obra literária, seja uma anotação num diário íntimo ou instruções de operação de uma máquina, ainda que possa ser mais facilmente identificado no primeiro caso.

O fenômeno que se observou do final da década de 1980 para cá, quando a tradução adquiriu o status de indústria, primeiramente devido ao mercado de localização de software para então alcançar diversas outras áreas, demonstra que não se pode tratar a questão com ingenuidade. Sem risco de exageros, podemos afirmar que toda a humanidade hoje depende da tecnologia traduzida para sobreviver, até mesmo culturas onde a globalização, supostamente, não chegou.

A situação dos povos indígenas não contatados da Amazônia ocidental, que vivem na região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, é um bom exemplo. Para que seus territórios sejam demarcados e protegidos, há um uso intenso de tecnologias de comunicação terrestre e via satélite, de geolocalização, de monitoramento militar, entre outras, compartilhadas entre falantes do português, espanhol, inglês e idiomas nativos, dezenas deles – ainda que os povos objeto desse trabalho sequer suspeitem de toda a atenção internacional que recebem. No centro dessa questão, há o debate se esses povos devem ter ou não acesso a essas tecnologias, sabendo-se que o contato acarretará mudanças radicais em todo o seu modo de vida. E, se esse contato vier a ocorrer, inevitavelmente a tradução terá um papel central, além do já desempenhado entre todas as atividades descritas acima.

O exemplo dos povos indígenas é extremo, mas serve para ilustrar o impacto sociocultural que a introdução de novas tecnologias, viabilizada por suas traduções, pode ter nas sociedades. Ao pensarmos em indústrias como a da telefonia celular, predominantemente baseadas em economias centrais, determinando e criando comportamentos e alterando a forma de as pessoas se relacionarem e da própria sociedade funcionar, podemos, e devemos, refletir sobre o papel dos tradutores como agentes culturais e partícipes de todo esse processo. Com seu machado de pedra, um índio pode levar semanas para derrubar a árvore com a qual vai construir sua casa, ou sua canoa. Com um machado de aço, o trabalho é reduzido para um dia, mas a aparente liberdade implica uma dependência inescapável da cultura estrangeira, uma vez que o índio não dispõe da tecnologia para produzir machados de aço.

Ao traduzirmos o manual de um software estamos viabilizando seu uso em nossa cultura, mas reforçando também a nossa dependência não apenas econômica, mas sociocultural das culturas centrais. Obviamente que existe a contrapartida, pois essas grandes indústrias dependem igualmente de nós, seus consumidores, mas a relação é desigual. Essas relações culturais se refletem também na maneira como

essas empresas se relacionam com a tradução, e é esse o ponto de aproximação com o conceito de patronagem conforme descrito por Lefevere para o funcionamento do sistema literário.

A hierarquia concebida por Lefevere para a análise das forças envolvidas na tradução literária faz bastante sentido quando se considera as relações presentes em traduções empresariais de diversas naturezas. A ingerência dos agentes de patronagem, no caso dessas traduções perpassa todos os níveis e, muitas vezes, chega à determinação do tipo de operação textual que o tradutor deve seguir. Entram em cena os três fatores da patronagem: ideológico, econômico e de *status*. Marcas de peso mundial usam esse peso para determinar soluções tradutórias em conformidade com seus padrões globais, cultura corporativa e cultura do país de origem; fazem uso do prestígio social de suas marcas para obter preços e condições nem sempre favoráveis ao tradutor, o qual, por sua vez, toma emprestado o prestígio dos produtos que traduz para promover sua própria marca pessoal.

Escreve Lefevere:

Em sistemas com patronagem indiferenciada, os esforços do patrono serão direcionados principalmente para preservar a estabilidade do sistema social como um todo, e a produção literária que é aceita e ativamente promovida dentro daquele sistema social terá que reforçar esse objetivo ou, no mínimo, não se opor “aos mitos primordiais de uma determinada formação cultural” que aqueles que estão no poder querem controlar, pois seu poder baseia-se neles. (Lefevere, 1992, p. 17)

Assim como outras teorias tradutórias fundamentais, a noção de reescrita de Lefevere é declaradamente voltada para o sistema literário. Transpô-la para o universo corporativo das marcas comerciais, por exemplo, implica algumas adaptações importantes. Empresas (e isso inclui editoras) são organizações socialmente complexas por si só, mas com uma presença e papéis fundamentais na sociedade como um todo.

Lefevere faz a ressalva de que, ao decidir trabalhar com o conceito de sistema, não se refere ao “Sistema (usualmente escrito com S maiúsculo) como ocorre com frequência cada vez maior no uso coloquial para se referir aos aspectos mais sinistros dos poderes estabelecidos, contra os quais não há qualquer recurso” (Lefevere, 1992, p. 12), mas sim à noção de sistema conforme concebida pelos formalistas russos, retomada por Even-Zohar. No entanto, ao passarmos do sistema literário para o sistema das grandes corporações, é preciso termos claro que

mudamos de ordem e precisamos tentar compreender o papel das traduções e dos tradutores dentro da lógica do sistema capitalista como um todo. Será o tradutor dentro desse universo um operário chapliniano a operar máquinas de traduzir repetidamente ou terá como compensar essa realidade alienante com o emprego de recursos materiais e intelectuais próprios? Pois, dentro da ordem capitalista, o tradutor é parte intrínseca do tal Sistema com S maiúsculo do “uso coloquial”, e uma parte de grande relevância se levarmos em conta a globalização como processo de renovação e sobrevivência do próprio Sistema capitalista.

2.4.2. As teorias funcionalistas e a sociologia

Por concentrar-se no papel dos diversos participantes no empreendimento tradutório (iniciador, contratante, produtores dos textos de partida e de chegada, usuário, receptor, etc.), com a finalidade de completar o escopo declarado, uma boa parte das abordagens funcionais podem ser vistas como sociologicamente motivadas, tendo deslocado o foco principal dos textos para os mediadores desses textos. (Wolf & Fukari, 2007, p. 10)

Conforme dito anteriormente, no caso de traduções produzidas a partir do ambiente corporativo, a própria cultura das organizações é também um fator de interferência na produção dos textos. Jargão, estilo, apresentação, são todos aspectos textuais que refletem a linguagem corporativa, que, por sua vez, reflete a cultura social na qual a organização está inserida. Essa expansão do universo social em que a tradução se dá, no entanto, não teria acontecido sem as abordagens sistêmicas e funcionais. Neste item, farei a apresentação das teorias funcionais que mais se aproximaram de uma abordagem sociológica da tradução e que permitirão considerar os conceitos de autoria, texto de partida, tradução e texto de chegada no contexto social das culturas globalizadas.

Nos estudos da tradução, o funcionalismo considera que a tradução é uma “atividade transcultural com um propósito e defende que a forma linguística do texto de chegada é determinada pelo propósito a ser cumprido” (Schäffner, 2009, p. 115). Num primeiro momento do funcionalismo em tradução, nos diz Schäffner, buscou-se o apoio das teorias linguísticas voltadas para as funções da linguagem de Karl Bühler (1934), Roman Jakobson (1960), e Michael Halliday (1973) (idem).

Hans Vermeer, com a teoria do escopo, Christiane Nord, com a introdução da ideia de lealdade bilateral ao autor e ao leitor, e Justa Holz Mänttari, com a teoria

da ação translatorial, orientaram a visão funcionalista noutra direção com a inclusão de diversos fatores extratextuais envolvidos na produção das traduções. Entre as qualidades apontadas dessas teorias está a possibilidade de inclusão de um espectro muito mais amplo de tipos de tradução do que as teorias vistas até aqui, uma vez que não foram desenvolvidas para um objeto específico, como foi o caso de Even-Zohar e a teoria dos polissistemas, direcionada para a formação da literatura hebraica. Entre as críticas está a ideia de que uma obra literária não tem uma função específica identificável e por isso não pode ser contemplada por essas teorias. Vermeer responde a essas objeções no texto “Skopos and Commission in Translational Action”, utilizado no item a seguir para a apresentação da teoria do escopo.

2.4.2.1. A teoria do escopo

Em seu texto, Hans Vermeer define *ato* como “uma ação cujo autor é, potencialmente, capaz de explicar por que age daquela maneira apesar de haver outras possibilidades” (Vermeer, 2012, p. 192). Por considerar que qualquer tradutor é, potencialmente, capaz de explicar a motivação de suas traduções é que ele inclui sua teoria do escopo como parte de uma teoria da ação translatorial.

Skopos, a palavra grega com a qual Vermeer batizou sua teoria, significa propósito, finalidade ou função. A tradução é considerada, portanto, uma ação proposital. O que está em jogo na teoria do escopo é a discussão sobre como esse propósito é estabelecido. Por não ser uma teoria de base exclusivamente linguística, a teoria do escopo não busca essa resposta apenas nas relações entre texto de partida e de chegada, mas inclui na equação as relações entre o solicitante — ou contratante — da tradução e o tradutor, ampliando assim a noção tradicional de equivalência para além do texto ao levá-la para o nível de seus agentes de produção. Vermeer inclui os textos de partida e de chegada como parte do processo de solicitação e realização da tradução, personalizados na figura de um solicitante e de um tradutor.

“O objetivo de qualquer ação translatorial, e o modo como será realizada, são negociados com o cliente que solicita a ação”, diz Vermeer. A ideia de negociação aqui introduzida nos dá a impressão de que o objetivo da tradução está sujeito à discussão, numa situação em que solicitante e tradutor podem ter opiniões de igual

peso. Por experiência, posso afirmar que a possibilidade de negociar funções e modos, assim como outros aspectos mais próximos ao nível textual, envolvidos numa tradução, é bastante relativa, e rara.

Vamos supor um espectro entre dois tipos diferentes de clientes: de um lado, aqueles que conhecem e entendem o que é traduzir, no outro, os que não têm ideia, ou têm apenas uma noção vaga ou baseada no senso comum, do que seja a nossa atividade. Clientes informados num extremo, clientes leigos no outro. No primeiro tipo, incluo as editoras de livros, as empresas de tradução e os cada vez mais raros departamentos específicos de tradução existentes em algumas organizações. No outro extremo, clientes para quem traduzir é, quando muito, “passar” um texto de uma língua para outra, sem aprofundar o que seja esse “passar”. Entre os dois extremos, há uma imensa variedade de pessoas com diferentes níveis de competência linguística, escolaridade, nível sociocultural, e, ocasionalmente, experiência prévia com tradução.

Embora sem uma relação direta, essa variedade de clientes/solicitantes de traduções implica igualmente diferentes níveis e tipos de negociação. No caso específico de discussões entre tradutor e cliente sobre o escopo da tradução, a conversa deveria incluir temas como registro, tipo de tradução – mais literal ou mais livre – especificidades terminológicas, estilo, enfim, inúmeros aspectos textuais que implicam notória competência de leitura e conhecimento linguístico. Nessas discussões prévias, o cliente deixaria claras as suas expectativas, quando considerasse necessário, e o tradutor avaliaria as possibilidades, ou propriedade, de cumpri-las.

Obviamente, quanto mais informado for o cliente, maiores são as possibilidades de negociação e discussão sobre a tradução, e de se chegar a um acordo entre as partes sobre os objetivos e sua viabilidade. Clientes editoriais, empresas ou departamentos de tradução podem contar com pessoal informado, em condições de apresentar o projeto de tradução, falar de suas especificidades e esclarecer o que esperam da tradução – e do tradutor.

Mas em geral, a maior preocupação do cliente é saber se o tradutor pode cumprir sua tarefa em determinado prazo e dentro do orçamento – assim como qualquer pessoa ao contratar um serviço que ela mesma não pode fazer, principalmente quando não tem qualquer conhecimento sobre o assunto. “O tradutor é ‘o’ *expert* na ação translatorial”, diz Vermeer (2012, p.192); sendo assim,

quanto menos informadas forem as demandas de um cliente, maior a responsabilidade do *expert* em esclarecer se o escopo proposto é viável.

“Normalmente, se pressupõe, muito razoavelmente, que tais pessoas ‘sabem o que estão fazendo’; são, portanto, consultadas e suas opiniões, ouvidas” (p. 192), diz Vermeer sobre os especialistas. Essa pressuposição é um dos aspectos mais complexos socialmente em nossa profissão. Entram aí questões ligadas à formação dos tradutores, ao credenciamento em entidades de classe, à regulamentação ou não da profissão, enfim, uma série de considerações sobre a legitimidade de alguém se apresentar e ser reconhecido socialmente como um especialista em tradução. Sabemos que, na realidade, uma grande parte das pessoas que traduzem, e que se apresentam como tradutores, entra na profissão com pouquíssimo preparo para exercê-la, e menos ainda para educar seus clientes sobre a natureza do trabalho. O que não as impede de se aprimorar à medida que ganham experiência.

Naturalmente que um tradutor sempre pode recusar uma solicitação com a qual não esteja de acordo ou para a qual não se sinta apto, e essa recusa não deixa de configurar um certo grau de negociação. Mas há também situações em que o tradutor, premido por necessidades pessoais, aceita condições desfavoráveis, com as quais pode até não concordar intimamente – o que também não deixa de configurar um acordo entre as partes. E outras ainda, em que o tradutor aceita uma tarefa e, por inexperiência, só percebe suas dificuldades após iniciá-la.

Vermeer usa o termo “comissionar” (*to commission*) para descrever a ação do cliente dentro de um processo de comissionamento, ou contratação, de uma tradução. Esse comissionamento é definido como a “instrução que alguém dá a si mesmo ou para outra pessoa, para realizar determinada ação – no caso, traduzir” (2012, p. 199). Após considerar as características ideais de um comissionamento, ele reconhece que boa parte dos requisitos por ele apresentado tem um certo grau de “anseio otimista”, mas que são algo pelo qual “vale a pena se empenhar” (p. 199). Idealmente:

A declaração do objetivo e das condições deve ser negociada explicitamente entre cliente (contratante) e tradutor, pois o cliente pode, eventualmente, ter um quadro impreciso ou mesmo falso sobre a maneira como um texto pode ser recebido pela cultura de chegada. Aqui, o tradutor deve ser capaz de fazer sugestões embasadas. Uma contratação só pode (e deve) ser efetivada de maneira conclusiva, e aceita como tal pelo tradutor, se as condições estiverem suficientemente claras. (p. 199)

As combinações entre os diferentes níveis de conhecimento sobre tradução por parte tanto dos tradutores, quanto dos clientes, são inúmeras. Todas elas refletem forças sociais diversas. Assim como o tradutor em seu trabalho promove o encontro entre culturas, negociando soluções tradutórias interculturais, a negociação entre ele e seu cliente representa o encontro entre duas, ou mais, instâncias sociais. São muitos os aspectos e consequências éticas implicados no termo “negociação”, principalmente se considerarmos a correlação de forças entre solicitantes/contratantes e tradutores. A dinâmica social, as características dos agentes, o tipo de capital em jogo (para além do financeiro) são aspectos melhor analisados pelas teorias sociológicas propriamente ditas, que serão abordadas no item mais à frente.

Um outro aspecto da teoria do escopo que é importante abordar em nosso contexto é a questão da independência do texto de chegada em relação à cultura e o texto de partida. Assim como Even-Zohar e Gideon Toury nas abordagens sistêmicas, Vermeer inclui em sua teoria funcionalista do escopo a ideia de que “um texto de partida normalmente é composto para uma situação da cultura de partida; por isso seu *status* de ‘texto de partida’, e por isso o papel do tradutor no processo de comunicação intercultural” (2012, p. 192). Essa condição, diz Vermeer, “continua verdadeira para um texto de partida concebido desde o princípio para a comunicação transcultural” (2012, p. 193).

Essa visão pode ser questionada, em certa medida, de maneira semelhante à já comentada em relação à ênfase no texto de chegada pelas teorias funcionalistas. Será que se pode falar num texto de chegada desvinculado do texto e da cultura de partida se considerarmos que os bens globalizados são, desde a concepção, desenvolvidos para uma cultura global cujos padrões são predominantemente estabelecidos pelas culturas dominantes?

A resposta para esse questionamento está no conceito de internacionalização, conforme desenvolvido pela indústria da localização. Produtos internacionalizados são aqueles cujo desenvolvimento inclui os recursos necessários para que os usuários possam utilizá-los no idioma de sua escolha e conforme seus padrões culturais. Para isso, devem ter suporte para alfabetos ocidentais e asiáticos, notação numérica de acordo, datas, moedas, direção da escrita e qualquer outro elemento que necessite adaptação às culturas específicas, mas mantendo a mesma identidade visual e funcionando de maneira idêntica em qualquer lugar do mundo. Os

comandos da interface do usuário, a linguagem dos manuais de operação de equipamentos e da ajuda *on-line* dos aplicativos de *software*, todos esses elementos são desenvolvidos de forma a favorecer a tradução e incorporação nas diferentes culturas da maneira mais transparente possível para os usuários.

Ao mesmo tempo, a necessidade de se traduzir um mesmo produto para dezenas de outros idiomas implica um alto nível de padronização dos procedimentos tradutórios, inclusive por questões de gerenciamento. Para isso, as empresas estabelecem regras gerais para a tradução de seus produtos, por vezes consolidadas em detalhados guias de estilo para cada uma das línguas a que os produtos se destinam. Embora propondo-se a respeitar as peculiaridades de cada cultura ao adaptar seus produtos ao local a que se destinam, os procedimentos de internacionalização e localização têm um papel importante na neutralização das diferenças culturais para que os produtos possam ser globalmente bem-sucedidos. A padronização dos procedimentos também permite que a tradução seja incluída na lógica industrial da produção em escala.

Considerando a atual ubiquidade da tecnologia da informação em todas as atividades humanas, é de se esperar a adoção de muitos de seus procedimentos e conceitos na produção de bens voltados para o mercado global em geral, inclusive os mais intangíveis e de maior penetração social. Isso significa que procedimentos similares à internacionalização estão hoje presentes não apenas na produção de bens tecnológicos ou de produção, mas também na produção cultural, mais nitidamente na indústria do entretenimento, como a do cinema, dos *games* e mesmo da literatura. Aliás, é curioso observar como essas três modalidades de bens culturais de consumo convergem cada vez mais para produtos integrados. O livro que vira filme que vira jogo, ou o jogo que vira filme que vira livro, ou o filme que vira jogo que vira livro, enfim, todas as combinações possíveis, mas com alta padronização da linguagem entre as três formas, e intenso uso de tradução — e concebidos, na origem, para um público global.

No capítulo cinco, na seção sobre autoria, falo do uso da tecnologia na geração de conteúdo voltado para o mercado global também como instrumento de padronização dos procedimentos tradutórios. Esse aspecto, em certa medida, recupera a visão do texto e da cultura de partida como determinantes do texto de chegada, mas não exclui as abordagens sistêmicas e funcionalistas centradas no papel específico das traduções nas culturas de chegada. Se pensarmos na lógica de

mercado que rege a globalização, não é difícil perceber que as demandas locais por bens traduzidos resultam igualmente de movimentos das culturas de partida, que precisam criar as demandas locais para se manterem globalmente. Como vimos, tais movimentos de criação de demanda se refletem diretamente na maneira como esses bens são desenvolvidos, produzidos e traduzidos, predominantemente, num movimento do centro para a periferia. O que nos remete às relações entre tradução e poder, a serem discutidas a seguir.

2.4.3. Tradução e poder

As forças culturais em jogo no processo de tradução, atuando sobre os tradutores assim como sobre a cultura para a qual as traduções se destinam, são o objeto dos artigos reunidos por Álvarez e Vidal em *Translation, Power, Subversion*, (Álvarez & Vidal, 1996). Os artigos foram escritos por Susan Bassnett, Theo Hermans, Javier Franco Aixelá, Ovidio Carbonell, Enrique Alcaraz, Edwin Gentzler e André Lefevere, e segundo os organizadores, têm em comum a “abordagem da tradução como um fator que molda a maneira como uma determinada sociedade recebe um trabalho, um autor, uma literatura ou uma cultura”, para concluir com Bassnett e Lefevere que a “tradução jamais é inocente”.

Em “Translating: A Political Act”, primeiro capítulo da coletânea, os autores procuram mostrar como as mudanças no Ocidente, de meados do século XX para cá, implicaram um envolvimento direto da tradução nas relações de poder entre as diferentes culturas. Concentrando-se especificamente na tradução de bens culturais, os autores apontam para a necessidade de um aprofundamento na pesquisa dos processos pelos quais a tradução interfere na “produção do conhecimento numa cultura determinada e sua transmissão, realocação e reinterpretação na cultura alvo” (p.2).

O princípio que valeu ao grupo a denominação por eles rejeitada de escola manipulativa é que a tradução necessariamente passa por um processo de ajuste/manipulação para ser aceita pela cultura a qual se destina. A adaptação ou a recriação de termos e conceitos da cultura de partida inexistentes na cultura de chegada, processos intrínsecos da tradução, ocorrem por escolhas do tradutor regidas por aspectos contextuais bem mais amplos do que a simples aderência ao

texto. O reconhecimento de que essas escolhas são regidas por contextos diversos dentro dos quais o tradutor está inserido foi decisivo para a modificação de ideias estabelecidas sobre tradução, principalmente a suposta neutralidade do tradutor diante do texto fonte e na produção do texto traduzido.

Os autores dos artigos seguem o caminho aberto pela teoria dos polissistemas, segundo a qual tradutor, tradução e cultura de chegada são abordados como um sistema em si, considerados num plano independente de autor, original e cultura de partida. Apesar de voltados para a “tradução cultural”, a visão de que “todos os usos da linguagem implicam manipulação” implica igualmente a necessidade de um posicionamento crítico do tradutor diante de seu trabalho. Cabe ao tradutor buscar uma percepção ampla do conceito de cultura, incluindo elementos econômicos e ideológicos razoavelmente objetivos, mas também é preciso atenção a aspectos menos claros, como os que moldam sua visão de mundo ao longo de sua vida e que de alguma forma interferem no resultado final de suas traduções.

Tal visão vai ao encontro da concepção de Lawrence Venuti, que vê a atividade como uma “prática político-cultural, que constrói ou critica identidades ideologicamente marcadas para culturas estrangeiras, afirmando ou transgredindo valores discursivos e limites institucionais na cultura de chegada” (Venuti 1995, p. 19 citado em Wolf & Fukari, 2007, p. 12). A citação, no entanto, é parcial. A frase completa de Venuti é:

São essas afiliações e efeitos — escritos na materialidade do texto traduzido, em sua estratégia discursiva e em seu alcance alusivo para o leitor da língua alvo, *mas também na própria escolha de traduzi-lo e na maneira como é publicado, revisado e ensinado* — todas essas condições permitem considerar a tradução como prática político-cultural, que constrói ou critica identidades ideologicamente marcadas para culturas estrangeiras, afirmando ou transgredindo valores discursivos e limites institucionais na cultura de chegada. (Venuti, 1995, grifo meu)

Por um lado, essa visão da tradução como instrumento de reforço ou crítica de determinado estado social ao nível textual reflete-se na ideia da maior visibilidade ou invisibilidade do tradutor em sua produção, levando assim as disputas de poder em jogo para o nível subjetivo da ação individual, e textual, do tradutor. Por outro, e daí o meu grifo na parte da citação omitida por Wolf e Fukari, existem inúmeros fatores anteriores e posteriores à atividade do tradutor que o enquadram num sistema social regido por normas que restringem seu campo de

ação. Venuti, no caso, refere-se às práticas editoriais para textos literários, técnico-científicos e didáticos para uso em sala de aula.

A começar pela seleção das obras a serem traduzidas e considerando apenas o mercado editorial brasileiro, no qual tenho alguma experiência como tradutor de livros de ficção e de não ficção, sabemos que são excepcionais os casos em que a escolha do que traduzir parte de sugestões do tradutor. Também sabemos que são excepcionais, ao menos no mercado brasileiro, as situações em que tradutores têm a palavra final sobre as alterações feitas pelos revisores de seu texto. Portanto, e para se ater à citação de Venuti, o texto traduzido decorrente de contratações por editoras, nas condições de mercados como o brasileiro, não pode ser considerado como fruto exclusivamente da agentividade dos tradutores, mas sim de uma cadeia de produção que tem início, muitas vezes, nas listas de mais vendidos de jornais estadunidenses ou europeus. O mérito da conceituação de Venuti da tradução como instrumento de poder está justamente no fato de abarcar toda a cadeia editorial. O que se pode discutir é o protagonismo do tradutor dentro dessa cadeia.

Quando se trata de traduções especializadas, principalmente em seus aspectos mais comerciais, o tradutor está sujeito a uma série de condições coercitivas. Entre muitas outras dessas condições, podemos mencionar o rigor terminológico próprio do texto especializado, as determinações do cliente, os resultados por vezes impositivos das memórias de tradução, as normas estilísticas mais rígidas do que as do texto literário e prazos em geral mais exíguos. Em se tratando de traduções de interfaces de software, acrescenta-se à lista as imposições de tamanho das *strings*, como são chamadas as linhas de texto de uma interface, e a exigência de uniformidade entre os textos de suporte ao usuário (UA, *user assistance*) e a interface do usuário (UI, *user interface*).

A noção de que um texto traduzido não resulta exclusivamente do trabalho individual de um tradutor começa a ganhar espaço com as teorias sistêmicas. Ao considerar que uma tradução resulta de uma demanda do sistema literário da cultura de chegada, Even-Zohar começa por introduzir um dado externo de grande peso sobre o trabalho do tradutor. As teorias funcionalistas aprofundam essa noção ao incluir elementos como o contratante ou iniciador da tradução, que determinam aspectos como o método e estratégias de tradução a serem adotadas pelo tradutor. Lefevere amplia ainda mais essa ideia ao formular o conceito de patronagem, que vai além da ideia de um iniciador como determinante da tradução e inclui

instituições como o Estado, editoras, escolas, universidades, empresas, indivíduos em situação de poder, como agentes a condicionar as traduções.

Todas essas linhas teóricas, que resultaram em inúmeros desdobramentos dentro dos estudos da tradução, tornaram-se relevantes por ampliar o conceito de tradução para além de uma atividade linguística e incluir sua dimensão como atividade social. Foi também devido a essa ampliação conceitual que os estudos da tradução se aproximaram da sociologia. No item a seguir, examino de que forma abordagens oriundas de teorias sociológicas vêm sendo adotadas para a compreensão da tradução como fenômeno social.

2.4.4. Contribuições da sociologia

Até aqui, seguindo os passos de Michaela Wolf em seu texto introdutório ao livro *Constructing a Sociology of Translation*, explorei as teorias da tradução que incluem algum tipo de viés social em seus princípios. Na seção “The methodological framing of a sociology of translation”, Wolf faz o caminho inverso e explora abordagens cuja metodologia é oriunda de teorias sociológicas e que podem ser adotadas pelos estudos da tradução.

As contribuições da sociologia para os estudos da tradução vieram, principalmente, dos princípios metodológicos do sociólogo Pierre Bourdieu. Wolf identifica Jean-Marc Gouanvic como um dos precursores da sociologia da tradução oriunda de Bourdieu. Para Gouanvic,

Uma das vantagens de uma sociologia da tradução fundada nas ideias sociais de Pierre Bourdieu parece residir no fato de que uma sociologia bourdieusiana da tradução baseia-se numa teoria social de bens culturais, e, com isso, essa teoria não reduz os objetos literários a simples bens de consumo. (Gouanvic, 2010, p. 121)

A pressuposição de Gouanvic é problemática para a finalidade desta pesquisa por dois aspectos. O primeiro é considerar como vantajoso uma sociologia bourdieusiana da tradução ser baseada numa “teoria social de bens culturais”, e com isso, e este é o segundo problema, não “reduzir os objetos literários a simples bens de consumo”. Meu propósito aqui é trabalhar com uma área da tradução tradicionalmente excluída da categoria de “bens culturais” por não pertencer ao sistema literário, no caso, as traduções especializadas em seu viés mais técnico — que inclui, entre outras, as traduções vinculadas a bens de consumo de elevado

impacto sociocultural, como os eletroeletrônicos. Bens de consumo podem ser desconsiderados por inúmeros aspectos, mas simplicidade não é um deles.

Um outro aspecto problemático da sociologia de Bourdieu para esta pesquisa é o fato, destacado por Gouanvic, de Bourdieu não considerar a tradução como objeto de pesquisa. Gouanvic justifica essa opção citando o próprio Bourdieu numa nota de rodapé de seu texto “Outline of a Sociology of Translation Informed by the Ideas of Pierre Bourdieu”:

O fato de os textos circularem sem o seu contexto, e de – para usar meus termos – não carregarem consigo o campo de produção do qual são produtos, e de os receptores, eles mesmos num diferente campo de produção, reinterpretem os textos de acordo com a estrutura do campo de recepção, geram alguns mal-entendidos formidáveis... (Bourdieu, 1999⁷ citado em Gouanvic, 2010, p.121)

No entanto, a ideia de que textos traduzidos não carregam seus “campos de produção” é inconsistente com o que vimos no item anterior, em que são apresentadas linhas teóricas em que os fatores envolvidos na produção da tradução são altamente relevantes. O campo de produção de produtos globalizados, por sua vez, pressupõe que esses produtos, embora venham a ser localizados, traduzidos e consumidos noutras culturas, sejam concebidos dentro de uma visão de padronização global do consumo, e de cultura. Exemplos óbvios dessa situação são os telefones celulares e os incontáveis produtos de software desenvolvidos para o mercado global, que terão a mesma identidade visual e funcionarão da mesma maneira em qualquer lugar do mundo, apesar de suas interfaces terem sido localizadas para as respectivas línguas de seus usuários. Essa característica da globalização, por sinal, é também um complicador para a aplicação do funcionalismo sistêmico de Toury, que segue princípio semelhante ao declarado por Bourdieu de desconsiderar as condições de produção do texto de partida e levar em conta principalmente os aspectos relativos à literatura traduzida no contexto da cultura de chegada.

Esse princípio do isolamento entre as condições de produção do texto literário de partida e o texto de chegada deve-se ao conceito bourdieusiano de campo. Gouanvic cita Bourdieu ao definir o campo literário:

⁷Bourdieu, Pierre. “Outline of a Sociology of Translation Informed by the Ideas of Pierre Bourdieu”. In: Shusterman, R. (Org.). **Bourdieu: A critical reader**, Oxford, Malden (Mass.): Blackwell, 1999.

o campo literário é um campo de força assim como um campo de disputas com o propósito de transformar ou manter a relação de forças estabelecida: cada um dos agentes emprega a força (o capital) que adquiriu em disputas anteriores em estratégias que dependem de sua posição no embate de forças para sua orientação geral, ou seja, de seu capital específico. (Bourdieu, 1990a, p. 143 citado em Gouanvic, 2010, p. 124)

Já Moira Inghilleri descreve os campos de Bourdieu como

microcosmos relativamente autônomos que constituem uma rede de relações objetivas entre posições objetivamente definidas de forças dentro do espaço social. Cada campo é definido por participantes e interessados determinados, que operam tanto em relação a outros campos, como dentro do próprio campo. (Inghilleri, 2009, p. 280)

Para os sistemas literários talvez seja mais fácil demarcar os campos de produção dos diferentes estilos e gêneros, incluindo os campos ligados à literatura traduzida. Literatura é um universo maduro, com uma longa história, extensivamente estudado e classificado, com seus processos de produção e recepção bem conhecidos. Não existe, no entanto, uma tradição equivalente para os textos especializados, em especial para os conteúdos especializados — a própria definição de texto especializado precisa de uma discussão e justificação, como já se viu na introdução e se aprofundará no capítulo cinco. Na tradução especializada, não há classificações estabelecidas de gêneros textuais, embora existam áreas de atividades delimitáveis em que textos e conteúdos diversos são produzidos, e que implicam, igualmente, áreas de especialização dentro da prática tradutória, tais como tradução de textos sobre petróleo e gás, tradução de informática, tradução de manuais de equipamentos eletroeletrônicos, mecânicos, traduções na área de saúde, jurídicas, etc.

Essa situação se vê agravada com o surgimento da computação pessoal na década de 1990, que deu início à produção de uma quantidade e variedade de textos tão grande que o único paralelo possível na história é com o surgimento da imprensa. Os desdobramentos da computação pessoal foram o surgimento da World Wide Web e, mais recentemente, da telefonia celular, viabilizando a comunicação individual em tempo real em todo o mundo, assim como a transmissão e disseminação dos mais variados conteúdos. Nesse contexto, a delimitação de campos independentes de produção e recepção torna-se bastante complexa, uma

vez que tais produtos são desenvolvidos desde o princípio dentro de uma visão de cultura global cada vez mais uniforme.

Dentro dos campos bourdieusianos específicos, os agentes ocupam posições hierárquicas diferentes, conforme seu capital simbólico, um outro conceito importante no ideário de Bourdieu. O capital simbólico é a síntese dos capitais econômico, social e cultural. Para tratar da atuação dos tradutores dentro de seus campos profissionais, eu gostaria de incluir o *capital tecnológico* como uma subcategoria diretamente vinculada às três categorias principais de capital simbólico. Por capital tecnológico refiro-me ao domínio da tecnologia de tradução, bem como à propriedade material de seus instrumentos, que se tornaram um fator essencial de posicionamento do tradutor na relação com seus pares e com os demais agentes envolvidos no processo tradutório.

A atividade dos agentes em seus campos deriva do conceito de *habitus*. Esse conceito é fundamental para uma “sociologia do indivíduo”, uma vez que trata do comportamento individual desenvolvido mediante o aprendizado inconsciente e do exercício de rotinas sociais que permitem ao agente sentir-se à vontade no campo no qual está inserido. É por meio da incorporação e exercício do *habitus* que o indivíduo se torna um ser social. No caso do tradutor, o exercício do *habitus* se dá também no nível da produção textual, nas estratégias e práticas estilísticas nem sempre conscientes adotadas durante a tradução.

O *habitus* bourdieusiano permite uma outra aproximação com o descritivismo de Toury, além do enfoque no texto e na cultura de chegada, pois assemelha-se ao conceito de normas. O resultado da internalização das normas, segundo Toury, pode ser uma maior espontaneidade na produção do texto traduzido, ou seja, esse “estar à vontade dentro de seu campo de ação”, nos termos de Bourdieu. Para Toury, a observação das variedades comportamentais dos tradutores segundo as normas pode, eventualmente, levar ao conhecimento não apenas das normas predominantes, mas até mesmo a aspectos universais de sua assimilação.

Junto ao *habitus*, Bourdieu introduz a ideia de *illusio* literária:

A *illusio* literária, aquela adesão original do jogo literário, que funda a crença na importância ou no interesse das ficções literárias, é a condição, quase sempre desapercibida, para o prazer estético que é sempre, por um lado, prazer de jogar, de participar da ficção, de estar em total acordo total com os pressupostos do jogo; e

também a condição de ilusão literária e do efeito de crença [...] que o texto pode produzir. (Bourdieu 1992⁸, p. 455 citado em Gouanvic, 2007, p. 87)

Para Gouanvic, o conceito de *illusio* aplicado à tradução equivale a uma escotomização, termo oriundo da psicanálise para designar a supressão de uma parte da realidade e projeção subjetiva de uma ilusão em seu lugar. No caso da tradução, a parte suprimida da realidade é o texto de partida e seus determinantes. O tradutor, segundo Gouanvic, suprime o texto de partida de sua história original e o insere na história da cultura de chegada. A homologia entre texto de partida e texto de chegada é relativa devido a esse processo de escotomização realizado pela tradução. A homologia que se mantém é obtida através do trabalho dos tradutores dotados do *habitus* apropriado para a negociação hábil dos traços sócio-históricos da cultura de partida (Gouanvic, 2007).

Moira Inghilleri aponta que os objetos iniciais da sociologia da tradução eram voltados para temas ligados à formação de tradutores, à constituição de organizações profissionais e às trajetórias sociais e “biológicas” de tradutores e intérpretes. Além desses, ela inclui, como objetos recentes, a função da tradução na distribuição global e recepção de bens culturais, a influência das forças do mercado sobre as práticas da tradução, o papel da tradução e interpretação na articulação de manifestações dos estados nacionais, tradução e globalização, tradução e ativismo, e agentividade (Inghilleri, 2009).

Chamo a atenção mais uma vez para a expressão “bens culturais” por excluir a tradução ligada a outros tipos de bens, tais como material de suporte a bens de produção, ou de capital, ou bens de consumo, como boa parte das traduções de interfaces de produtos eletroeletrônicos. Esses outros tipos de tradução estão diretamente ligados à viabilização do comércio global de inúmeros tipos de bens e constituem a principal área de atuação da maioria dos tradutores em nível mundial. Sob esse ponto de vista, tópicos como “a influência das forças do mercado sobre as práticas da tradução” são de especial interesse. Além disso, é importante pensar sobre o papel da tradução na disseminação cultural implicada na produção dos demais tipos de bens, para além dos bens culturais — vamos considerar, por exemplo, o impacto social da tradução das interfaces das redes sociais, como Facebook ou Twitter. Considere-se, por exemplo, o que seria de movimentos como

⁸ Bourdieu, Pierre. *Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.

a Primavera Árabe se as redes sociais e sistemas operacionais de computadores e dispositivos móveis não oferecerem suporte a caracteres árabes e se restringissem a alfabetos ocidentais. Teriam ocorrido? Teriam alcançado a dimensão a que chegaram?

A análise sociológica dos agentes envolvidos nos processos de tradução atuais, em combinação com as transformações históricas pelas quais passaram esses agentes, oferece a possibilidade de se obter uma compreensão mais ampla dos novos espaços ocupados pela tradução em nossa história recente. Uma sociologia da tradução de fato deve ampliar seu foco para além dos sistemas literários, ou de traduções ligadas exclusivamente à indústria de bens culturais, para poder considerar a ação social das traduções ligadas a bens de consumo e outros.

Essa dialética entre as ações humanas e as condições sociais não pode ser vista apenas pela dimensão do tradutor individual, principalmente tendo em vista as dimensões e consequências sociais que a tradução alcançou nas últimas décadas. De acordo com a pesquisa anual *The language services market: 2015 (Mercado de serviços linguísticos: 2015)*, realizada pela empresa de pesquisa e consultoria Common Sense Advisory, o mercado de serviços linguísticos e tecnologia relacionada chegou ao valor de US\$ 40,27 bilhões em 2015 (Henderson, 2016). Trata-se de um número impressionante, se considerarmos que a tradução, enquanto indústria, só começou a existir de fato há trinta ou quarenta anos. E ainda mais impressionante se considerarmos que essa cifra reflete apenas uma parte do mercado, fundamentalmente a das empresas de tradução e serviços afins, ou LSPs (Language Services Providers), sem incluir áreas como mercado editorial, tradução para cinema, ou mesmo a fatia ocupada por tradutores e intérpretes individuais que trabalham para clientes diretos, ou os subcontratados por agências de tradução.

A estruturação da prática da tradução como indústria implicou o surgimento de uma demanda por mão de obra com características bem diferentes às do momento anterior, pré-globalização. Novas práticas sociais surgiram não apenas nesse relacionamento entre clientes e tradutores, mas entre os próprios profissionais. A profissão vive um processo crescente de auto-organização como categoria e, como tal, seus praticantes constituem-se num grupo social com comportamentos próprios, cada vez mais complexos. Nesse contexto, a pesquisa em estudos da tradução necessita de instrumentos de análise sociológica para

auxiliar na compreensão dessas novas dinâmicas, para além de seus aspectos exclusivamente históricos. Faz-se necessária uma história social da tradução.

2.5.Tradução: conceito ou palavra?

O recurso à história dos conceitos aplicada ao conceito de tradução

Considerando-se o objetivo deste trabalho, uma reconceituação de tradução a partir da revisão e ampliação de seus quatro subconceitos básicos, autoria e texto de partida, tradutor e texto de chegada, um primeiro passo é considerar se, ao falarmos de tradução, estamos de fato nos referindo a um conceito com relevância histórica ou se estamos presos ao seu significado exclusivamente lexical, dicionarizado. Reinhart Koselleck fundou e desenvolveu a disciplina da história dos conceitos a partir do pós-guerra, e seu propósito original era o de criticar a maneira como determinados conceitos eram usados de maneira equivocada pela historiografia tradicional de então. Para tal, estabeleceu a distinção entre conceito e significado lexical:

A especialização metodológica da história dos conceitos, os quais se expressam por palavras, requer um fundamento que possa diferenciar as expressões “conceito” e “palavra”. Ainda que o triângulo linguístico constituído por “significante” (designação), “significado” (conceito) e “coisa” seja usado em suas mais diferentes variantes, no campo das ciências históricas existe, do ponto de vista pragmático, uma diferença sutil: a terminologia social e política da língua que se examina conhece uma série de expressões que, por causa da exegese da crítica de fontes, podem ser caracterizadas como conceitos. Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda a palavra é um conceito social e político. (Koselleck, 2006, p. 108)

Como já se viu extensamente até aqui, tradução é uma das muitas práticas humanas baseadas na linguagem a acontecer no espaço social e dentro do tempo histórico. Para se trabalhar a tradução conceitualmente, portanto, é preciso contextualizá-la dentro desse espaço-tempo sócio-histórico. Sendo meu objetivo o estudo das transformações por que passaram os conceitos de autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada, subjacentes ao conceito geral de tradução, no período geralmente conhecido como o da globalização (anos 1990 em diante), uma abordagem sócio-historiográfica com foco nestes conceitos se apresenta como a mais adequada à tarefa.

Marcelo Jasmin e João Feres Júnior, no ensaio inicial do livro *História dos Conceitos — Debates e Perspectivas*, por eles organizado (Feres & Jasmin, 2006,

p. 24), aprofundam a diferença recorrendo também a Kosellek: “O conceito ligado a uma palavra é sempre mais que esta palavra: ‘uma palavra torna-se um conceito quando a plenitude de um contexto político-social de significado e experiência no e para o qual uma palavra é usada pode ser nela condensado’” (Koselleck, 1985, citado em Feres, 2006, p. 24)⁹. Para ser considerada como um conceito segundo os princípios da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), portanto, a palavra *tradução* precisa condensar “a plenitude de um contexto-político social de significado e experiência” no qual está inserida.

Em seu uso comum, a palavra *tradução* remete apenas à operação linguística; já quando tratada como conceito reveste-se de uma complexidade de significados que acumulam cerca de cinco mil anos de história social e política. É justamente esse histórico que justifica o apoio da historiografia e da sociologia da tradução a este trabalho.

Um dos pontos fundamentais da história dos conceitos de Kosellek é a ideia de que as mesmas palavras podem ser usadas de diferentes maneiras em diferentes momentos históricos. Para não correr o risco de anacronismos, ou seja, aplicar ao passado a presente significação de um determinado termo, é importante compreender o contexto histórico específico de cada momento, as correlações de força, os principais agentes, a organização social, enfim, coletar e analisar os principais dados que nos permitam compreender o uso e funcionamento de determinado conceito naquela sociedade.

Se pensarmos apenas no significado da palavra “tradução”, cairemos na definição dicionarizada, que apenas reelabora a opinião do senso comum de tradução como “passagem” de um texto de uma língua para outra e acabamos restritos ao debate tradicional sobre transferência e fidelidade. Se, por outro lado, em vez de definir “tradução”, tentarmos conceituá-la, abrimos o foco para sua dimensão social e histórica. A fundamentação teórica vista até aqui, portanto, lança as bases para o tratamento conceitual da tradução e seus elementos constitutivos.

Para lidar conceitualmente com a nova realidade industrial da tradução globalizada é preciso lançar mão de um arcabouço teórico que leve em conta as teorias sistêmicas e funcionais da tradução, uma historiografia de viés pragmático

⁹ Koselleck, Reinhart (1985): **Futures past. On the semantics of historical time**; translated by Keith Tribe. Cambridge, Mass., London: MIT Press (Studies in contemporary German social thought).

que não descarte a historiografia teórica nem o foco no tradutor, e que incorpore também as contribuições da sociologia.

Ao analisar as propostas teóricas e metodológicas desenvolvidas pelos estudos da tradução e pela sociologia bourdieusiana, procurei reforçar a ideia de tradução como conceito, e não apenas como uma atividade, como forma de aprofundar a pesquisa teórica.

No percurso teórico desenvolvido neste capítulo, para além do valioso instrumental de pesquisa, senti a necessidade de questionar dois aspectos. O primeiro deles é o domínio da tradução literária como a principal expressão cultural a ser considerada como objeto de pesquisa. O segundo, é o recurso metodológico, e conceitual, de se considerar a tradução como uma manifestação exclusiva das culturas de chegada, um traço comum presente na teoria dos polissistemas, na proposta dos Estudos Descritivos da Tradução, na teoria do escopo e também nas abordagens sociológicas.

A ênfase nos sistemas de literatura traduzida como a expressão cultural de principal interesse dos estudos da tradução remete a uma visão de cultura que não leva em consideração outras manifestações culturais, como os hábitos de consumo em geral da sociedade. Com isso, exclui-se uma ampla área da prática tradutória que convencionou-se chamar de tradução técnica, ou especializada, conforme a terminologia aqui adotada.

O segundo aspecto, de se considerar a tradução como expressão exclusiva da cultura de chegada, não dá conta da atual condição da tradução como indústria global. Produtos globais são desenvolvidos sem se considerar uma cultura de destino específica, mas padronizados de forma a poderem chegar ao maior número de mercados internacionais possível. A pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias são atividades concentradas nas economias centrais, mas não necessariamente para atender necessidades específicas de suas culturas, mas sim de criar, e atender, novas demandas em nível global. Sendo assim, a tradução surge de uma necessidade da cultura, ou economia, de partida de alcançar mercados, ou culturas, de chegada em nível mundial. A necessidade de consumo é da cultura de chegada, mas é criada, e direcionada, pela cultura de partida. A indústria dos telefones celulares é um dos exemplos mais claros desse processo. O próprio desenvolvimento da internet é também um reflexo desse movimento. Acredito que

esse argumento seja válido para todas as áreas atingidas pelo momento atual da globalização.

No capítulo três, considero alguns textos de autores de diferentes momentos históricos que trataram a tradução conceitualmente. A análise desses textos nos permite ver como o conceito de tradução oscilou historicamente, com o predomínio de visões normativas sobre a prática textual da tradução, e de que forma, ao longo da história, a tipificação textual e tradutória serviu para encobrir práticas que ainda hoje precisam ser devidamente nomeadas e conceituadas para ocuparem seu lugar devido no quadro geral da tradução. Dado o alcance e complexidade do fenômeno tradutório no mundo globalizado, faz-se necessário não apenas ressignificar a tradução e seus componentes, mas também, como visto, ampliar o próprio alcance das teorias vigentes nos estudos da tradução.

3

Os conceitos de tradução ao longo da história

No capítulo anterior, considerei aspectos da historiografia e da sociologia da tradução em busca de bases teóricas sobre as quais desenvolver minha própria pesquisa. Neste capítulo, dou seguimento à análise teórica, mas analisando como alguns autores de diferentes momentos históricos abordaram o tema “tradução”, em geral, a partir de suas próprias práticas tradutórias. Também trato de alguns aspectos contemporâneos, como as consequências conceituais que a introdução de tecnologia específica para tradução implicou para a atividade.

O principal ponto deste capítulo é destacar a maneira como traduções bíblicas, literárias e ensaísticas ganharam proeminência nas reflexões teóricas desde a Antiguidade, protagonizando o debate entre tradução palavra por palavra e tradução sentido por sentido, ou tradução literal *versus* tradução livre. Procuo mostrar como essa linha de reflexão perdurou em algumas visões modernas e contemporâneas sobre tradução e de que forma isso fez com que aspectos importantes da história da tradução especializada se perdessem.

Concluo defendendo a tese de que a tecnologia recente passou a funcionar como um dos traços de tipificação da tradução especializada. A visão da tecnologia como simples instrumento de automação de operações tradutórias repetitivas, na verdade, dificulta um entendimento mais amplo e profundo de seu papel no deslocamento da tradução de uma posição de coadjuvante para o centro da cena econômica da globalização, conforme se verá.

3.1.

Um conceito universal de tradução?

Em "What is (not) translation", capítulo cinco de *The Routledge Handbook of Translation Studies*, Theo Hermans recorre ao senso comum em busca de uma definição de tradução segundo o que ele acredita ser a “opinião das ruas”. Para Hermans, a resposta geral à pergunta “O que você acha que é tradução?” (“What would you say translation is?”) seria que tradução é algo como colocar o que foi

dito numa língua em outra; ou dizer a mesma coisa de novo em outra língua; ou ainda, passar o significado de uma língua para outra (Hermans, 2013, p. 75).

Hermans se propõe a aprofundar o conceito e questiona a noção atribuída ao senso comum de tradução como transferência de sentidos entre frases e palavras de línguas diferentes. Hermans investe na discussão, sem pretender chegar a uma definição fechada. Ele reconhece que “as definições são inevitavelmente formuladas de um certo ponto de vista, refletindo pressuposições teóricas particulares. As bases teóricas subjacentes irão realçar alguns aspectos ou dimensões da tradução e se manter indiferentes a outras” (idem).

Hermans observa que a definição popular não se configura como uma definição formal. Para tal, deveria ser “inclusiva e exclusiva”, ou seja, dizer o que pode e o que não pode ser incluído como significado junto ao significante *tradução*. O questionamento de Hermans remete à noção de valor linguístico de Saussure, segundo a qual o signo se define, tanto em sua parte conceitual, o significado, quanto em sua parte material, o significante, pelas “relações e diferenças” com os elementos próximos. O conceito, ou significado, “nada tem de inicial, não é senão um valor determinado por suas relações com outros valores semelhantes e, sem eles, a significação não existiria” (Saussure, 1977, p. 136). Portanto, para se conceituar tradução, seria necessário conceituar igualmente o que não é tradução, daí o título do artigo de Hermans, “What is (not) translation”.

O problema começa justamente nessa fronteira incerta entre o sim e o não, entre o que é e o que não é — o território nebuloso que os estudos da tradução procuram explorar. Aqui começam a ser empregados diferentes termos associados ao conceito geral de tradução, estabelecidos a partir de múltiplas visões e perspectivas teóricas. Transferência de significado, reescrita, transformação, adaptação, manipulação são alguns dos termos presentes nas tentativas de descrever e conceituar a operação tradutória. Em termos saussurianos, são signos cujos valores relacionam-se entre si por apresentarem algum tipo de proximidade semântica. Um conceito único e definitivo de tradução é algo impensável, indesejável até. A diversidade das abordagens teóricas ao conceito, seu percurso histórico, as diferentes maneiras como a palavra tradução é usada na sociedade, os inúmeros procedimentos e tipos de atividades a ela associada são as variáveis que tornam um conceito estável de tradução algo inviável. Aliás, como qualquer outro conceito com um trajeto histórico tão longo e complexo.

3.1.1. Protótipos, laços de família e conceitos “desocidentalizados” de tradução

Em seu texto, após considerar prós e contras de diversos métodos e critérios para definir tradução, Hermans chega à teoria dos protótipos. A ideia aqui é permitir que as diferentes concepções e critérios se organizem em termos de ideias mais centrais ou periféricas de forma a acomodar áreas cujos limites sejam identificáveis, mas não demarcados em termos absolutos.

A pressuposição básica da teoria dos protótipos é que, em geral, quem usa uma palavra como “tradução” compartilha um modelo cognitivo idealizado do conceito, contra o qual, no uso cotidiano, a ideia individual de cada pessoa possa ser testada. O conceito prototípico de “tradução” pode ser visto como constituído por uma série de obras aceitas como traduções, com várias noções e expectativas alinhadas com elas que são, novamente sem qualquer hesitação, associados à tradução. Para além desse núcleo, existe uma grande zona cinzenta na qual pode haver menos certeza e até mesmo uma grande dose de discordância sobre o que ainda pertence à tradução e o que fica fora dela. (Hermans, 2013, p. 81-82)

Basicamente, a teoria dos protótipos, conforme apresentada por Hermans, descreve a tradução como um campo semântico. O problema disso, segundo Hermans, é que uma noção prototípica baseada em aproximações semânticas nasce da significação da palavra “tradução” dentro da cultura em que ela surgiu, no caso, na nossa tradição ocidental latina. Embora a ideia de tradução como transferência venha sendo revista a partir do pós-estruturalismo, historicamente é em torno dela que a formação do campo semântico associado à palavra “tradução” se deu em nossa cultura. Assim, “como mapear conceitos isolados com aqueles de outras línguas numa disciplina global, inclusiva e transcultural dos estudos da tradução?”, pergunta Hermans (p. 83), levando em conta a diversidade semântica que pode haver para significantes em outras línguas e culturas em que o que chamamos de tradução recebe outros nomes não necessariamente afins com a ideia de transferência?

A despeito da escassez de pesquisas sobre as relações entre a ideia ocidental de tradução e suas contrapartidas em outras línguas e culturas, Hermans assinala que o que se fez até agora apresenta alguns pontos de convergência. Alguns aspectos fundamentais como autoridade, fidelidade, equivalência e primado do original são colocados em xeque diante de práticas e conceituações do que seria a

contrapartida à tradução em outras culturas. Maria Tymoczko levou essas ideias adiante em “Why Translators Should Want to Internationalize Translation Studies” (Tymoczko, 2009), em que defende que a internacionalização do conceito de tradução, incorporando práticas culturais diferentes das derivadas da visão ocidental de transferência, seria uma estratégia relevante para a atualização não apenas do conceito, mas da própria prática da tradução, diante do período de transformações globais que estamos vivendo.

Para promover a formulação desse conceito internacionalizado de tradução, Tymoczko defende a adoção da ideia de tradução como um conceito constituído por “aglomerados” (*cluster concept*), não definível pela lógica ou por estruturas prototípicas. Tymoczko desenvolve essa visão em *Enlarging Translation, Empowering Translators* (Tymoczko, 2007) a partir da ideia de jogos de linguagem de Wittgenstein. Em *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein desenvolve a ideia de que algumas características são distribuídas por determinados fenômenos como os traços de uma família entre seus membros. Tais características são os marcadores que permitem agrupar esses fenômenos sob um determinado conceito ou categoria, mesmo que nem todos compartilhem da totalidade dos traços, mas apenas de alguns conjuntos heterogêneos suficientes para estabelecer seu parentesco por semelhança e aproximação.

Graficamente, esse processo de identificação seria representado como uma rede de relações e não como conjuntos definidos agrupados segundo alguma hierarquia entre centro e periferia. Essa maneira de pensar a tradução permite estabelecer relações de semelhanças relativas entre as diferentes práticas e noções culturais que podemos associar ao que, no Ocidente, chamamos de tradução, mas que é descrito de outra forma noutras línguas e culturas. Em seu empenho em internacionalizar e “desocidentalizar” o conceito de tradução, Tymoczko apresenta alguns exemplos de termos de outras línguas e culturas cujo significado não remete à ideia de transferência, mas que seriam traduzidos como “tradução”, ou *translation*, para os nossos idiomas ocidentais.

Assim, na China, a palavra *fanyi* remete à ação de “virar” e “revelar”, como o reverso de um bordado que mostra os pontos da trama. *Tarjama*, do árabe, é uma palavra associada a conceitos como “biografia”, “definição” ou “análise profunda”. *Tapia e kowa*, do igbo, língua falada por cerca de 25 milhões de pessoas na Nigéria, remetem à ação de “quebrar e explicar”. Na Índia, são encontradas as palavras

anuvad, “seguir atrás”, *rupantar*, “alterar a forma”, e *chaya*, “sombra”. *Tersalin*, do malaio, remete a “permitir o nascimento”. *Pagsasalin*, do tagalog, a “verter algo líquido ou granular de um recipiente para outro”. O que chama a atenção em todos esses conceitos é a diferente perspectiva sobre a relação entre texto de partida e texto de chegada e o tipo de trabalho envolvido no processo de estabelecimento dessa relação (Tymoczko, 2007).

David Bellos, em *Is that a Fish in your Ear*, observa ainda que o japonês não inclui um termo geral para tradução, mas uma série de termos para diferentes tipos de traduções, ou para traduções em diferentes fases de produção, ou para diferentes tipos de relações entre textos de partida e de chegada. Ou seja, os japoneses não têm um hiperônimo para tradução, mas diversos hipônimos para fenômenos com alguma correlação. O termo ocidental tradução, por sua vez, é um hiperônimo para descrever diferentes fenômenos com correlações de semelhança, mas que, ao contrário do japonês, não contam com hipônimos específicos associados a eles (Bellos, 2012).

A comparação semântica do nosso termo “tradução” com os termos usados em outras línguas permitiu que Tymoczko fizesse uma leitura ideológica da etimologia do termo no Ocidente:

A visão da tradução como transferência pode ser compreendida em parte como uma tentativa de impor limites normativos sobre os métodos orais da tradução medieval, que são evidentes em diversos textos medievais. Nas culturas orais, uma considerável alteração textual é praticada com frequência, tolerada e até mesmo desejada nas traduções, como vimos. As palavras para tradução que se tornaram dominantes nas línguas europeias ocidentais no final da Idade Média implicitamente estabeleceram novas normas associadas à literalidade e sacralizaram a palavra escrita. Essas mudanças foram parcialmente motivadas pelo desejo de controlar o significado associado à preservação da ortodoxia nas traduções religiosas, mas sem dúvida que essas normas também eram atraentes para as burocracias seculares emergentes dos interesses comerciais e do Estado, que também se preocupavam com a fidelidade e o controle do significado. (Tymoczko, 2009, p. 412)

Essa visão da ideia de transferência como exercício de poder está associada à visão da soberania do original sobre qualquer texto dele derivado e vincula-se, é lógico, com as traduções da Bíblia. Também é o que está por trás de todo o discurso da fidelidade e da equivalência que rege a prática tradutória ocidental. Dentro dessa visão, a propriedade sobre o texto e sua significação jamais poderá ser do tradutor, visto apenas como intermediário ou mensageiro e, a princípio, não autorizado a

fazer qualquer desvio daquilo que o dono do original espera que seja feito. Essa leitura da palavra *tradução* por Maria Tymoczko realça uma significação do termo que vai muito além da ideia de transferência semântica e permite considerarmos a palavra *tradução* um conceito central na história do Ocidente, com repercussões que até hoje determinam como a atividade é exercida no mundo globalizado e, talvez ainda mais importante, como as traduções são lidas.

3.1.2. As oscilações do conceito de tradução

Durante a maior parte desses milênios, o que predominou foram discussões mais ou menos prescritivas sobre a melhor forma, ou a maneira “certa” de se traduzir. Tradução palavra por palavra ou sentido por sentido? Tradução literal ou tradução livre? Os debates oscilaram entre essas dicotomias, variando conforme os princípios estéticos e ideológicos de cada momento histórico.

É o caso do ensaio de Pierre-Daniel Huet, publicado em 1661, a que se refere Judith Woodsworth no verbete sobre história da tradução na edição de 2005 da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, “De optimo genere interpretandi” (“Do melhor modo de traduzir”) (Woodsworth, 2001, p. 100-105).

O texto de Huet é representativo dos debates que permearam as reflexões sobre tradução praticamente até o advento da linguística moderna. À primeira vista, a questão predominante era a maior ou menor adesão à estrutura léxica, gramatical e sintática do original — o dilema entre a tradução palavra por palavra ou sentido por sentido, a tradução literal ou a tradução livre, que remonta a Cícero. Huet não pretendia apenas justificar sua preferência pela literalidade, mas estabelecê-la como o padrão a ser seguido por todos, por constituir a “melhor teoria da tradução” (Huet, 2002, pos. 7810). Alguns outros aspectos chamam a atenção do leitor moderno, no entanto. Uma delas é o reconhecimento de Huet da existência de diversas possíveis técnicas de tradução, ainda que para descartá-las:

(...) poucas ou praticamente nenhuma regra foi articulada em relação à tradução uma vez que cada indivíduo segue sua própria inclinação, todos seguem em diferentes direções, de tal forma que existem quase tantos métodos de tradução quanto nomes de tradutores. (Huet, 2002, pos. 7756)

Um outro ponto é sua definição de tradução. Tendo escrito em latim, o termo usado para tradução por Huet foi *interpretatio* — assim como Cícero e Horácio —, que ele define como “Toda forma de discurso através do qual um assunto não compreendido é explicado” (Huet, 2002, pos. 7830). Ou seja, sua visão de tradução, ou de interpretação, não era a do senso comum, de transferência de significado, mas sim a de explicação do significado, ainda que se tratando da explicação mais literal a que se pudesse chegar.

As concepções descritas, e então questionadas, por Huet mantiveram-se subjacentes ao debate mais superficial sobre as prescrições de maior ou menor literalidade da tradução. Chamo especial atenção para o trecho em que ele afirma que existem tantas teorias da tradução quanto tradutores individuais. Descontado o tom hiperbólico da afirmativa, o que Huet está dizendo é que, individualmente, cada pessoa segue princípios próprios de tradução, o que resulta numa infinidade de possibilidades tradutórias. Seguindo preceitos que hoje seriam identificados como logocêntricos, segundo os quais as palavras têm significados fixos e permanentes, Huet se propõe a estabelecer a maneira certa de se definir e de fazer tradução, que, para ele, seria a tradução palavra por palavra, descartando todas as outras possibilidades. Sabemos que essa visão foi a predominante ao longo dos séculos, refletindo a visão platônica da existência de significados absolutos anteriores à linguagem, passíveis de serem transportados de um idioma para outro. Segundo essa concepção, para cada palavra em uma língua, haveria outra correspondente exata nas demais línguas, todas remetendo ao mesmo significado ideal e absoluto. A ideia de tradução “sentido por sentido”, embora possa sugerir uma maior liberdade em relação ao determinismo da tradução palavra por palavra, ainda assim se mantém presa ao ideal platônico de significados abstratos a determinar o funcionamento das línguas. Segundo essa visão de tradução, o sentido expressado numa determinada língua pode ser reproduzido fielmente noutra, uma vez que a significação existe de modo puro numa dimensão anterior à linguagem.

Na Antiguidade clássica romana, a tradução não era vista como um meio de comunicação transcultural, mas sim como de aprimoramento retórico ou poético. Em Cícero e Horácio, vemos a tradução considerada como um exercício para que o orador e o poeta desenvolvessem uma voz própria através da tradução livre. A tradução literal, para Cícero, era um exercício válido para a memorização dos discursos originais, mas não resultava em qualquer ganho pessoal, uma vez que o

restringia aos termos do outro e não lhe permitia usar os mais apropriados. A tradução livre, por sua vez, não apenas permitia o uso das melhores palavras, mas também a cunhagem de neologismos a partir do grego (Cicero, 2002). A tradução, portanto, era um recurso de aprimoramento não apenas do próprio discurso, mas também de enriquecimento do idioma. O método adotado variava conforme a finalidade a que o tradutor se propunha. Literal, se a finalidade era registrar o conteúdo do original; livre, se a finalidade fosse a sofisticação do próprio discurso.

Huet contrapõe-se à visão de Cicero e Horácio. Em sua defesa da tradução palavra por palavra, argumentava que a tradução livre, vista igualmente como tradução sentido por sentido, poderia resultar em seu reconhecimento como bom escritor, mas não como bom tradutor. Seu propósito ao traduzir era apresentar os autores originais aos seus leitores “sem que fossem diminuídos ou engrandecidos de forma alguma, mas inteiros e similares a si próprios em todos os aspectos” (Huet, 2002, pos. 7868).

Ao criticar a existência de diferentes práticas e teorias individuais da tradução, Huet quer alertar para os riscos que essa pluralidade acarreta para o que ele considera a única maneira certa de se traduzir. No entanto, sua defesa da unidade revela o outro lado da moeda, que é a possibilidade da prática individualizada, subjetiva e plural da tradução. Hoje, predomina nos estudos da tradução, e entre muitos tradutores, a ideia de que a tradução é a construção de um novo discurso, individual e marcado pela subjetividade do tradutor. Essa tese ganhou forma nas visões teóricas pós-estruturalistas, que consideram a tradução um ato de linguagem resultante da produção individual de um discurso. Segundo essa visão, a tradução não é a reprodução direta de um texto de um idioma para outro, mas sim uma reconstrução semântica, a criação de um novo discurso, uma reescrita feita a partir da leitura do texto de partida e produção ativa de um novo texto, o texto de chegada, resultante de um processo autoral do tradutor.

O debate entre tradução literal e tradução livre, no entanto, não se esgotou na atualidade das teorias pós-estruturalistas. Na pós-modernidade, essa discussão ainda está presente nos discursos não apenas de tradutores profissionais, mas também entre os teóricos dedicados aos estudos da tradução. A diferença entre o discurso atual e o da Antiguidade é a atribuição dos diferentes métodos e técnicas de tradução a diferentes tipos de textos. É comum encontrarmos afirmações de que textos especializados devem ser traduzidos mais literalmente, enquanto que textos

literários podem ser traduzidos com maior liberdade. Muitas vezes, tais afirmações vêm acompanhadas de juízos de valor sobre a maior complexidade e riqueza dos textos literários sobre os técnicos, da tradução livre sobre a tradução literal. Tal visão é explicitada, por exemplo, pelo professor, tradutor e poeta Paulo Henriques Britto, quando em seu *A tradução literária*, diz:

Sem dúvida, a tradução de certos textos pré-formatados, puramente informativos, é bem menos complexa [do que a tradução de obras de literatura, filosofia e campos afins]. Por exemplo, pensemos em manuais de operação de máquinas, em que os verbos aparecem sempre no imperativo (“aperte o botão C”, “acione a chave D”) e em que o vocabulário é estritamente limitado (“chave”, “aberto” e “acionar” ocorrem, mas certamente não “fascínio”, “insidiosa” nem “insuflara-os”). (Britto, 2012, p. 13)

Afirmações desse tipo acarretam questionamentos diversos, a começar pelo estabelecimento dos limites entre os gêneros textuais. O que nos interessa aqui, no entanto, é observar de que forma o próprio conceito de tradução adquire nuances ao longo da história em função do tipo de texto a ser traduzido, e de que forma as técnicas e princípios foram sendo concebidos *pari passu* à crescente diversificação dos gêneros textuais e ao crescente volume e variedade de materiais sendo traduzidos globalmente.

Bem antes de Huet, São Jerônimo também retomou a polêmica da dicotomia clássica entre literalidade e liberdade. Na *Carta a Panáquio*, Jerônimo escreve sua defesa da tradução sentido por sentido, mas com uma ressalva importante: “Não apenas admito, mas anuncio abertamente, que, ao traduzir do grego — a não ser, é claro, no caso das Sagradas Escrituras, em que até mesmo a sintaxe contém um mistério — não o faço palavra por palavra, mas sentido por sentido” (Jerome, 2002, pos. 1571).

A ressalva de Jerônimo quanto à diferença entre traduzir as Sagradas Escrituras e outros tipos de texto sinaliza que a tipificação textual e a necessidade de métodos diferenciados de tradução são igualmente antigas e coincidentes com o debate sobre literalidade. Em seu caso, a sacralidade das palavras divinas do texto bíblico não era passível de sofrer as modificações implicadas pela tradução sentido por sentido, as quais poderiam ser adotadas em se tratando de documentos seculares. Ressalva feita, Jerônimo dedica-se a discorrer longamente sobre erros de tradução por acréscimos ou má compreensão cometidos pelos tradutores da

Septuaginta, sugerindo a impossibilidade da tradução palavra por palavra, até mesmo no caso bíblico. Na conclusão da carta, diz:

Adiarei qualquer solução para esse delicado problema de citação equivocada e de paráfrase, de forma que meus críticos possam ter tempo para comparar os textos e as fontes, e perceberem que *ao se lidar com a Bíblia, é preciso considerar a substância e não as palavras literais*. (Jerome, 2002, pos. 1733, grifo meus)

Friedrich Schleiermacher, no século XIX, foi um dos primeiros autores a se dedicar mais profundamente à análise dos tipos de textos e os métodos de tradução mais adequados para cada um. Em seu texto “Sobre os diferentes métodos de tradução” (Schleiermacher, 2010) — objeto da terceira das treze palestras que fez na Academia de Ciências de Berlim, entre 1811 e 1830 —, Schleiermacher traça um amplo painel sobre tipos de textos e as formas de traduzi-los, incluindo reflexões que seriam aprofundadas bem mais tarde, em autores como Saussure e Jakobson, e também pelas diferentes correntes teóricas dos estudos da tradução.

Schleiermacher começa por mencionar a ubiquidade da tradução, vista de maneira mais ampla como explicação de significados entre códigos linguísticos diferentes. “O fato que um discurso em uma língua seja traduzido em uma outra apresenta-se a nós sob as mais variadas formas por toda a parte” (Schleiermacher, 2010, p. 39), diz o autor na primeira frase de sua palestra. Uma observação absolutamente atual e muito parecida com a abertura do livro *Found in Translation*, de 2012: “Tradução. Ela está em todos os lugares para onde olhamos, mas raramente é vista” (Kelly & Zetzsche, 2012, pág. XIII). Também presente no parágrafo inicial de Schleiermacher está uma primeira visão de tradução intralinguística, que antecipa as visões mais amplas de tradução estabelecidas por Jakobson:

Pois não apenas os dialetos dos diferentes ramos de um povo e os diferentes desenvolvimentos de uma mesma língua ou dialeto ao longo dos séculos são já diferentes linguagens em um sentido estrito e, não raro, necessitam de uma completa interpretação entre si, mas também [indivíduos] contemporâneos não separados pelo dialeto, mas de diferentes classes sociais, pouco unidos pelas relações, distanciam-se em sua formação e, frequentemente, só podem se compreender através de mediação semelhante. (Schleiermacher, 2010, p. 39)

Após essa apresentação de uma visão muito ampla do que seja a tradução e sua função social, Schleiermacher começa a delimitar sua conceituação, começando

por diferenciar tipos e gêneros de tradução conforme o material traduzido. A primeira diferenciação que faz é entre “interpretação” e “tradução propriamente dita”, uma comparação com a qual a visão de Britto acima mencionada coincide de maneira curiosa. “O intérprete efetivamente exerce o seu ofício no domínio da vida comercial, o tradutor genuíno preferencialmente no domínio da ciência e da arte” (idem, p. 41), diz Schleiermacher. Após assinalar que a interpretação normalmente se refere ao trabalho com “textos orais”, Schleiermacher avança em suas concepções de uma coisa e outra:

A escrita é própria dos domínios da arte e da ciência, através da qual suas obras tornam-se duradouras; e a interpretação de boca a boca das produções científicas ou artísticas seria tão inútil quanto parece ser impossível. Para o comércio, ao contrário, a escrita é apenas um meio mecânico; as transações orais são aqui o primário, e toda interpretação escrita propriamente apenas pode ser vista como registro de uma oral. (Schleiermacher, 2010, p. 41)

Observe-se a similaridade do pensamento de Schleiermacher e Britto quanto à natureza e dificuldade da tradução dos diferentes tipos de texto. O que Schleiermacher chama de “domínio da vida comercial” é o que hoje Britto, seguindo as convenções do nosso tempo, inclui no amplo espectro dos chamados comumente de “textos técnicos”, ou seja, não acadêmicos ou artísticos. Para ambos os autores, tais materiais são formal e conteudisticamente mais simples e restritos lexicalmente. Trata-se de textos “pré-formatados”, para Britto, ou “apenas um meio mecânico”, para Schleiermacher. Por outro lado, ao mencionar a afirmação de George Steiner de que “a tradução é uma das atividades mais complexas de que a mente é capaz” (Britto, 2012, p. 13), Britto completa dizendo que Steiner “sem dúvida tinha em mente a tradução de obras de literatura, filosofia e campos afins” (idem), reproduzindo, de certa forma, a opinião de Schleiermacher de que a “tradução propriamente dita” é a que trabalha com textos acadêmicos e artísticos.

Temos assim caracterizada uma linha de pensamento praticamente contínua de uma visão dualista que começa pela separação ciceroniana de tradução palavra por palavra e sentido por sentido e que chega aos dias de hoje na forma da contraposição entre tradução especializada, um conceito mais abrangente do que tradução técnica, como será visto em breve, e tradução literária.

No contexto deste longo e histórico debate, a tecnologia aparece hoje como o elemento instrumental que vai diferenciar materialmente essa visão dualista da

tradução. É corrente a opinião de que as ferramentas de auxílio à tradução são úteis apenas para traduções especializadas, em especial as de material técnico, por, supostamente, serem mais passíveis de submissão a processos automatizados, enquanto que as traduções literárias, por seus princípios estéticos, são inatingíveis para as máquinas. Até o seu advento, porém, os instrumentos de produção para uma e para outra eram os mesmos: os instrumentos de leitura e escrita de cada época. O desenvolvimento das ferramentas específicas para tradução, portanto, além de atender às demandas crescentes do mercado, também reflete essa antiga conceituação que hoje divide a tradução entre especializada e literária, mas que já serviu para diferenciar textos sagrados de textos seculares, ou textos cultos de textos comerciais. Entre algumas consequências dessa visão dualista da tradução, está o fato de que os comentaristas e historiógrafos da tradução, por séculos, abandonaram os tipos não consagrados de textos traduzidos num limbo histórico. Somente em tempos recentes esses textos começam a sair do ostracismo e a ocupar um lugar de maior visibilidade entre os pesquisadores e os próprios tradutores.

3.2. Conceito de qual tradução?

É curioso observar que não há controvérsias sobre o termo *tradução literária*, facilmente identificado como a tradução de obras literárias – a dificuldade pode estar na conceituação de literatura, mas esta é uma questão fora do escopo deste trabalho. No entanto, não há consenso sobre que adjetivo atribuir à tradução quando não se trata de obra literária. Nas últimas décadas, o termo *tradução técnica* tem sido o mais usado e *tradução especializada* — que adotei — ainda está mais restrito ao âmbito acadêmico dos estudos da tradução, como uma simples busca no Google pode demonstrar.

Jody Byrne define a tradução técnica a partir de sua relação com a tecnologia e textos de natureza tecnológica, e a diferencia de textos especializados de outras áreas específicas. Para ele, a terminologia especializada não pode ser critério para se caracterizar um texto como técnico, uma vez que textos religiosos, econômicos, financeiros ou legais, por exemplo, apesar de serem identificados por seu jargão próprio, não necessariamente têm características associadas à tecnologia. (Byrne, 2006)

Raciocínio semelhante é empregado pelo autor para caracterizar a tradução científica e dissociá-la da tradução técnica. Muitas vezes, ambos os termos são combinados numa categoria só, tradução técnico-científica, mas Byrne prefere demarcar os dois campos por suas referências mais imediatas: tradução técnica é a de textos em que a tecnologia predomina e tradução científica é a de textos em que o predomínio é da ciência (Byrne, 2006).

Colocada assim, a questão se resolve de maneira bastante objetiva e pragmática. Claro que há sempre o risco de cairmos na armadilha derridiana da *différance* ao tentarmos circunscrever o significado dessa forma, pois podemos enveredar por cadeias sem fim de signos na tentativa de definir o que é técnica e tecnologia, ou o que é ciência. O risco é o mesmo se formos tentar definir tradução literária a partir da tentativa de se definir o que é literatura. Em todos esses casos, estamos lidando com conceitos historicamente voláteis, com grande carga ideológica. A visão do que é ciência, tecnologia ou literatura hoje é diferente da visão positivista do século XIX e de parte do XX, que, por sua vez, difere das visões da Antiguidade, da Idade Média ou da Renascença. O mesmo ocorre com o conceito de tradução, como já visto.

Margaret Rogers adota o termo tradução especializada em seu livro *Specialised Translation – Shedding the ‘Non-Literary’ tag* e defende a ideia de que a terminologia pode ser sim a marca para tipificar determinado gênero de tradução. Rogers recorre à longa tradição dos estudos terminológicos aplicados à linguagem para fins específicos (*LSP, Language for Special Purposes*) como base para a disciplina de terminologia aplicada à tradução. A caracterização da tradução especializada pela terminologia, segundo ela, não se restringe apenas ao uso de termos específicos de cada área, mas abrange também fenômenos linguísticos como a nominalização, marcadamente no inglês, em que sintagmas nominais e substantivos ganham maior visibilidade textual do que outras classes de palavras ou estruturas linguísticas (Rogers, 2015).

Um outro aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção é que o recurso à terminologia como marca tipológica oferece uma saída para o adiamento conceitual que a noção de *différance* acarreta por circunscrever o conceito não a outro conceito, mas à presença de signos específicos convencionalmente associados a determinadas áreas de conhecimento e especialização. A linguagem circunscreve-

se assim dentro da própria linguagem, sem a necessidade de recorrer a definições para além das marcas semiológicas que caracterizam os textos especializados.

O critério é reforçado se não considerarmos tradução especializada como uma alternativa ao que Byrne chamou de tradução técnica ou tradução científica. O uso do adjetivo *especializada* permite uma abrangência maior, uma vez que pode incluir os tipos de tradução que Byrne excluiu das categorias técnica ou científica. Tradução jurídica, tradução religiosa, tradução filosófica, tradução psicanalítica, enfim, a diversidade de modalidades tradutórias pode ser tão vasta quanto a diversificação das áreas do conhecimento e suas especializações. Diante disso, a tradução técnica ou a tradução científica podem ser consideradas gêneros específicos de tradução especializada, assim como tantos outros.

Mas por que então não incluir a tradução literária também como uma forma de tradução especializada? Sem dúvida que existem tradutores especializados em traduzir literatura, mas as demandas do texto literário são diferentes daquelas dos textos especializados de áreas específicas, e uma das marcas visíveis dessa diferenciação é justamente a terminologia controlada. Uma maneira de constatar essa situação é pensarmos que um dicionário de metalurgia contém os termos usados do chão da fábrica e nas pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos, enquanto que um dicionário de literatura só faz sentido se incluir a terminologia dos estudos literários, mas não termos usados nas obras literárias.

Esta linha de pensamento nos leva a aceitar assim a nomenclatura de tradução especializada e tradução literária como as duas grandes áreas abrangidas pela tradução escrita.

A discussão sobre essas diferentes áreas da tradução e da atuação do tradutor muitas vezes assume um tom de disputa entre o que é mais ou menos complexo, desafiador ou importante. O resultado histórico desse tipo de discussão, como visto acima, foi a ênfase na maior relevância das traduções literárias, ensaísticas ou bíblicas, em que a autoria do original também é vista como mais importante, em detrimento da tradução de tratados científicos, textos de contratos ou manuais de equipamentos ou de software. Margaret Rogers, na introdução de *Specialized Translation*, refere-se ao oportuno comentário de Miriam Salama-Carr acerca das duas macroáreas da tradução:

A implicação sutil de que a tradução literária é ainda, de alguma forma, mais aberta à crítica e superior na agentividade do tradutor também mascara a história da tradução e as indicações de que a tradução bem mais antiga já se preocupava com o que agora chamamos de “linguagens especiais” nos campos da medicina, matemática e astronomia, conforme relatado, por exemplo, sobre as traduções de textos gregos para o árabe nos séculos IX e X, em Bagdá. (Salama-Carr 2009, p. 45 citada por Rogers, 2015, p. 10)¹⁰

A conclusão de Rogers reforça minha linha de raciocínio no item anterior de que muito se perdeu na história da tradução devido à percepção da existência de algo que era considerado “tradução propriamente dita” e outra atividade que era vista como mera substituição terminológica em frases cuja pobreza da sintaxe não implicava trabalho real, ou “agentividade”, por parte dos tradutores. Com o já mencionado crescimento exponencial de volumes e tipos de tradução, e o papel central que a atividade passou a desempenhar em nossa sociedade globalizada, essas outras formas de tradução conseqüentemente ganharam maior visibilidade. O desenvolvimento de ferramentas específicas para o exercício da tradução é apenas um sintoma desse novo lugar social, e econômico, da tradução de textos especializados.

3.2.1. A tecnologia tipifica a tradução

Inviáveis numa era analógica, baseada no papel, as ferramentas são um produto direto da era digital. Deste ponto de vista, faz mais sentido associar as ferramentas de auxílio ao tradutor à adoção do suporte eletrônico para os conteúdos de partida e de chegada, e menos à tipificação textual. Afinal, o surgimento da dimensão industrial da tradução se deu no contexto da revolução digital, que também acarretou grandes transformações na indústria editorial. No entanto, o fato de terem sido desenvolvidas no âmbito da tradução especializada — mais especificamente, na florescente indústria de desenvolvimento e localização de software — marcou negativamente a percepção do potencial do uso dessas tecnologias para a tradução de livros.

¹⁰ SALAMA-CARR, M. 'Translation and Knowledge'. In: AHRENS, B. et al. (eds) **Translationswissenschaftliches Kolloquium I**. FTSK: Publikationen des Fachbereichs Translations, Sprach- und Kulturwissenschaft der Johannes Gutenberg-Universität Mainz in Gernersheim. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2009, p. 43-54.

Por ser o jargão típico o aspecto mais visível dos textos especializados, as ferramentas para gestão terminológica foram as primeiras a serem desenvolvidas. As baseadas na ideia da repetição não apenas de terminologia, mas de sintagmas, vieram algum tempo depois, com o desenvolvimento das memórias de tradução. Em ambos os casos, as ferramentas refletem a percepção de que textos técnicos são constituídos predominantemente por léxico e sintagmas repetitivos. Sem dúvida, essa percepção se justifica para uma ampla gama de material especializado, mas de forma alguma abarca toda a produção de textos incluídos nessa categoria.

A tipologia da tradução sempre existiu, como vimos em textos de Cícero, Jerônimo ou Huet, com maior ou menor prestígio desse ou daquele tipo. Independentemente do momento histórico, a tipologia textual sempre foi objeto de discussão. O que diferencia o presente momento dos anteriores é justamente a introdução de ferramentas específicas, diferenciadas, para a prática tradutória. Não se trata mais de tecnologia genérica de escrita ou de consulta terminológica, mas sim de ferramentas desenvolvidas exclusivamente para o trabalho dos tradutores, sem nenhum outro uso que não seja a tradução.

A chegada dessas ferramentas ao mercado foi um divisor de águas histórico. Pela primeira vez na história, as ferramentas especializadas proporcionaram um ambiente digital de trabalho projetado para a atividade, a começar pelo fim da separação física entre texto de partida e texto de chegada, agora combinados num mesmo documento de trabalho que podemos chamar de texto intermediário. Nesse ambiente, estão disponíveis todos os recursos específicos para o trabalho do tradutor, incluindo a combinação de tradução humana com tradução por máquina, filtros e controles terminológicos diversos, verificação de consonância com alguns critérios de qualidade, como uniformidade, e coerência de pontuação, entre inúmeros outros.

Como em toda revolução tecnológica, os objetivos básicos dessa nova organização do espaço de trabalho do tradutor e suas novas ferramentas foram a redução de custos e o aumento da produtividade, ou seja, os mesmos princípios que estiveram por trás da Revolução Industrial, resultantes estritamente da lógica capitalista e de suas leis de mercado. Basicamente, para atender o crescimento da demanda, foi necessário encontrar formas de aumentar a oferta. Ao mesmo tempo, isso provocou uma profissionalização da atividade tradutória inédita historicamente.

Partindo do princípio de que a língua é um sistema de repetição, as ferramentas de auxílio à tradução, tipicamente aquelas baseadas em memórias, acabam, em certa medida, por reproduzir o modelo fordista de produção em série, mesmo sendo fruto da era da informação. Esse é um dos traços definidores do estatuto industrial que a tradução assumiu nessas décadas. Em inúmeras situações tradutórias hoje, o tradutor reproduz o pesadelo chapliniano de *Tempos Modernos*, só que, em lugar de peças mecânicas usinadas, cabe ao tradutor inspecionar e aprovar frases pré-traduzidas, seja por máquina, seja por tradutores de versões anteriores do texto em questão.

Essa situação é tipificada pelas tabelas de preços diferenciados para traduções feitas a partir de memórias pré-existentes, em que os valores são definidos pelo percentual de repetição ou semelhança das frases, contabilizadas em palavras. Uma típica tabela baseada em *fuzzy matches* — ou seja, frases do texto de partida semelhantes ou repetidas a partir de textos anteriores — varia de 100%, ou o valor cheio por palavra “nova”, a 5%, ou mesmo 0% do valor cheio, para frases idênticas às que já constam na memória de tradução. O sistema é semelhante ao ajuste de um equipamento industrial programado para reproduzir a mesma peça segundo quantidades pré-definidas. Assim, quanto maior for o número de peças fabricadas, sejam porcas ou automóveis, menor será seu preço para o consumidor. Não por acaso, uma das frases comuns usadas por agências e desenvolvedores de ferramentas de auxílio à tradução é “Nunca mais traduza o mesmo texto duas vezes”. A óbvia mensagem para seus clientes é “não pague duas vezes pela mesma tradução”. Por ora, esse tipo de remuneração aplica-se exclusivamente a projetos de tradução especializada, predominantemente encaminhados aos tradutores via empresas de tradução, as agências. Ou seja, a tecnologia não apenas tipifica a tradução, mas também estabelece seu valor de mercado.

Danilo Nogueira e Ivone Benedetti publicaram artigos similares sobre tradução assistida por computador no volume XIV dos *Cadernos de Tradução*, publicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Embora se apresente como tradutor especializado em textos financeiros, em seu artigo, Nogueira enumera uma série de recursos disponíveis nas ferramentas de grande utilidade para os tradutores de literatura (Nogueira, 2004). Benedetti, por sua vez, fala da aplicação de recurso similares na tradução de textos de ciências humanas (Benedetti, 2004). Em linhas gerais, ambos mencionam as vantagens do uso das ferramentas de auxílio à tradução

para a elaboração de glossários, construção de corpora bilíngue, redução da digitação e ganhos de produtividade. Há ainda questões relacionadas à qualidade textual, como facilidade do cotejo entre o texto de partida e o de chegada ou a redução dos saltos.

Benedetti vai um pouco além em sua análise/depoimento ao apontar para uma questão sintomática e central para o objeto desta tese, que é a imposição mercadológica do uso das ferramentas pelas agências em oposição à liberdade de escolha do tradutor que atende editoras sobre o uso ou não dessas tecnologias.

As editoras não se interessam pela tradução assistida e não têm motivação para trabalhar como as agências de tradução, que transferem glossários entre tradutores, negociam *matches*, repetições e coisas do gênero. Em ciências humanas, esse tipo de trabalho, além de complexo (em virtude das razões acima expostas), produziria resultados pífios em termos de ganhos. Em vista disso, o eventual uso da tradução assistida por parte do tradutor de ciências humanas e de literatura é resultado apenas de decisão pessoal, e não de imposição do mercado. (Benedetti, 2004, p. 177)

Usar ou não os recursos de tradução assistida, portanto, é menos uma questão de opção do tradutor e mais uma questão mercadológica. Em certa medida, a questão recai sobre o leitor final da tradução, ou, em termos comerciais, do cliente/consumidor final. Se for um consumidor de produtos editoriais — livros, mais especificamente —, usar ou não ferramentas especializadas para tradução não terá qualquer reflexo sobre o preço final do produto, uma vez que o custo de tradução será o mesmo, independentemente do método de trabalho do tradutor. No caso da tradução especializada, em especial das veiculadas através das agências — que detêm o conhecimento sobre o uso da tecnologia de tradução, ao contrário dos chamados clientes diretos — o custo da tradução afeta o preço final do produto traduzido, e a maior ou menor coincidência de segmentos de texto entre a memória de tradução e o texto de partida tem impacto direto sobre esse custo.

Portanto, o uso ou não da tecnologia especializada não tipifica apenas a tradução como “literária” ou “técnica/especializada”. Também a caracteriza como elemento chave dos processos globais, no caso da tradução especializada, e como prática ainda sujeita aos conceitos artesanais e teorias tradicionais dos estudos da tradução no caso da tradução de livros para o mercado editorial. Não é por outro motivo que o *ranking* da indústria de serviços linguísticos da consultoria Common Sense Advisory, por exemplo, não considera os dados da tradução editorial em seus

resultados, pois o foco de seu banco de dados de 18.500 empresas é voltado para aquelas de tecnologia e serviços linguísticos (DePalma, 2016); editoras não contam entre seus clientes, ou público-alvo. Em termos simples, a indústria da tradução não inclui a tradução de livros uma vez que esta não inclui as práticas industriais de tradução, quer o tradutor editorial use ou não tecnologia específica para tradução.

3.2.2. Tradução analógica e tradução digital

Antes de avançar, é importante considerar algumas das implicações da passagem do formato analógico (papel) para o digital (eletrônico) para o fluxo de trabalho dos projetos de tradução, quer na tradução especializada, quer na tradução editorial. Afinal, toda a revolução digital, da qual a expansão e aceleração da economia global é uma das principais consequências, está baseada na mudança de suporte da informação, do papel para o meio eletrônico.

Conforme vimos no item anterior, a adoção do suporte eletrônico teve consequências diferentes para a tradução especializada e para a tradução editorial. Para a tradução especializada, a partir das ferramentas e novas mídias surgidas a partir da sofisticação tecnológica, houve uma complexificação dos procedimentos, com demandas crescentes de volume e variedade de conteúdos de partida. A consequência final desse processo foi a estruturação da indústria da tradução, tema a ser aprofundado no próximo capítulo.

Para o mercado editorial, os aspectos mais visíveis da revolução digital estão mais na área de produção gráfica do que no tratamento do texto. Apesar do suporte gráfico eletrônico, em arquivos de processadores de texto ou em PDF, a indústria do livro não se renovou em termos de conteúdo ou de produtos. Apesar de algumas modernizações, como *hiperlinks*, buscas e consultas a dicionários *online*, os modelos eletrônicos de livros ainda mantêm vários princípios do formato impresso, que, por sua vez, segue o modelo dos códices medievais de páginas sequenciais e texto distribuído linearmente. Esse formato é o que define toda a linha de produção dos livros, desde sua escrita original, em processadores de texto que reproduzem o modelo de páginas datilografadas, à impressão e encadernação. Entre um ponto e outro, está o processo familiar, artesanal, do trabalho textual, com suas sucessivas revisões e traduções.

Embora o livro digital seja ainda uma realidade incipiente, é cada vez mais comum os tradutores de livros receberem seus textos de partida em formato digital, predominantemente, no formato PDF. A tradução juramentada se baseia predominantemente em documentos impressos, ao menos segundo o modelo de tradução pública em vigor no Brasil de 2017. Ao receber um livro em formato PDF, ou mesmo impresso, cabe ao tradutor decidir se trabalhará da maneira tradicional, ou seja, com o texto de partida ao lado e a tradução em andamento diante de si, ou se fará as conversões necessárias para que o texto possa ser trabalhado com o uso de alguma ferramenta de tradução de sua escolha, como assinalou Ivone Benedetti. Portanto, em boa medida, ainda podemos falar em tradução analógica para o caso da tradução de livros, uma vez que a atividade, do ponto de vista prático, se mantém muito similar ao que era antes da introdução do meio digital.

Hoje, o consumo de produtos analógicos, como o livro, disputa a arena cultural com todo o universo digital, das redes sociais ao *streaming* de produtos audiovisuais. A tradução, e sua conceituação, está diretamente imbricada nessa concorrência, de um lado e de outro. As diferenças entre as práticas tradutórias, e seus conceitos, como procurei mostrar, vão bem além da natureza do conteúdo linguístico, seja literário, técnico, científico ou especializado. A maneira como o trabalho de tradução é feito e os instrumentos utilizados têm implicações fundamentais para o mundo globalizado e refletem as principais questões ideológicas da atualidade.

A tradução de livros e as traduções juramentadas ainda seguem princípios artesanais de produção. A natureza do texto literário e do documento público tem raízes históricas profundas e a prática de sua tradução reflete essa natureza e suas raízes. São textos que precisam ser reconhecidos como estáveis e documentáveis para que suas traduções sejam consideradas válidas. Seus tradutores, devidamente identificados por força da lei, são reconhecidos e socialmente legitimados. São formatos de texto que, provavelmente, ainda resistirão por um bom tempo às mudanças mais radicais da tecnologia, ainda que possam adotar alguns de seus aspectos, como no caso dos livros eletrônicos ou da adoção de certificação digital para a assinatura de traduções juramentadas. Vinculados a tradições milenares, permanecem como legado e registro histórico das práticas artesanais pré-digitais.

Até aqui, estabeleci as bases teóricas que tenho procurado seguir, em termos gerais, seguindo linhas historiográficas e sociológicas, com apoio predominantemente, das teorias dos polissistemas e do escopo, feitas algumas ressalvas. Buscando aprofundar a análise conceitual, dialoguei com alguns autores que abordaram o conceito geral de tradução em diferentes períodos, e mostrei de que forma as discussões sobre tradução mantiveram o foco predominantemente na tradução de obras literárias, acadêmicas e de textos bíblicos, deixando a tradução especializada em segundo plano. No próximo capítulo, procuro detalhar o processo histórico que levou a tradução de prática artesanal a prática industrial, procurando justificar porque é importante ampliar o interesse pela tradução especializada, dado seu papel central nos movimentos globalizantes da atualidade.

4

De artesanato a indústria: um panorama histórico da tradução globalizada

Nos capítulos anteriores, procurei analisar como a tradução vem sendo historicamente conceituada e problematizar esse processo de conceituação diante do quadro geral da globalização. As transformações pelas quais a tradução passou nas últimas décadas e, principalmente, o resultado dessas transformações na atualidade, são o assunto principal deste capítulo. Trata-se de um panorama histórico em que considero as causas dessas transformações, combinadas com um certo viés pessoal a partir de minha própria experiência não apenas como tradutor, mas como sócio de uma pequena agência de tradução e gerente de projetos ao longo desses anos. Começo por apontar algumas raízes históricas da globalização, em seguida apresento alguns dos reflexos desse processo sobre a tradução, sobre como passou a ser feita e sobre os próprios tradutores.

4.1.

O cenário histórico: a revolução da microinformática

Em seu *Translation and Globalization*, Michael Cronin considera que entre os fatores importantes que levaram ao início do atual processo de globalização econômica na década de 1980 está a reação às crises do petróleo dos anos 1970 (Cronin, 2003). Duas grandes crises, em 1973 e 1979, juntamente com índices elevados de desemprego e desequilíbrio das balanças comerciais dos países mais ricos favoreceram a migração de indústrias tradicionais, como a automobilística, para países periféricos, com destaque para os asiáticos.

O período marca a transformação do modelo fordista de produção em massa de bens duráveis (carros, eletrodomésticos, maquinário em geral) para um modelo econômico em que o diferencial é a produção e o consumo de informação. O que o teórico da globalização Manuel Castells, citado por Cronin, chamou de economia informacional¹¹.

¹¹ CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 1996.

Citando Castells, Cronin enumera as descobertas do século XX que levaram à revolução da tecnologia da informação: o transistor, em 1947; a adoção do silício na produção de semicondutores em 1954; o circuito integrado em 1957; e o microchip em 1971 (Cronin, 2003, p. 10). Esses foram os elementos materiais básicos para o desenvolvimento do computador pessoal, o aparelho que deflagrou a revolução que estamos vivendo desde o final do século XX. A transformação fundamental desse período foi a substituição da informação impressa, analógica, pela informação eletrônica, digital.

A revolução do microcomputador compara-se à ocorrida com o surgimento da imprensa de Gutemberg pela essência do que mudou: o suporte para o registro e transporte da informação. As facilidades de reprodução e distribuição da informação foram proporcionadas primeiro pela imprensa, no século XV, e agora, pela mídia eletrônica e pela informação digital. Então, como agora, a mudança do suporte material da informação ocorreu em meio a profundas transformações globais. Os séculos XV e XVI marcam o início das grandes navegações e das reformas religiosas, ambos movimentos em que a tradução teve grande protagonismo. As tecnologias de registro, armazenamento, reprodução e distribuição da informação foram fundamentais para as transformações sociais, culturais e econômicas ocorridas no passado, e em andamento no presente.

Economicamente, a introdução do computador pessoal teve um papel central na recuperação dos mercados ocidentais pós-crisis dos anos 1970. A indústria da informática concentrou-se inicialmente nos Estados Unidos, onde estavam os maiores fabricantes (IBM, Apple, HP, Compaq, etc.) e desenvolvedores de software, com destaque para a Microsoft e sua plataforma Windows.

A expansão da informática — ou tecnologia da informação — afetou todas as áreas da economia, favorecendo, inicialmente as economias centrais. Novas indústrias surgiram na esteira da microcomputação, como a dos *videogames*, outras foram completamente redefinidas, como a da fotografia e todas as formas de geração de imagens, com reflexos importantes para os diagnósticos de doenças por imagens, por exemplo. No centro dessas transformações, está a indústria das telecomunicações, onde a internet surgiu.

A vantagem tecnológica inicial permitiu que as economias centrais mantivessem suas posições e tirassem o melhor proveito de todos esses avanços. Concentraram-se na nova indústria da informação, pesquisando e desenvolvendo

novos sistemas e conceitos tecnológicos, empurrando os processos industriais de perfil fordista, como a fabricação de componentes eletrônicos, para as economias periféricas, onde os custos de mão de obra e de matéria-prima são menores. Portanto, em boa medida, as economias centrais geram a informação, o conteúdo, e as periféricas, os meios de suporte material para o consumo desta informação.

A natureza do comércio mudou, mas os princípios hegemônicos das relações econômicas, não. Um exemplo clássico é a empresa chinesa Foxconn, uma das maiores, se não a maior, fabricante de componentes eletrônicos para empresas como Apple, Microsoft, Nintendo e Dell. Com cerca de 1,5 milhão de trabalhadores espalhados por fábricas ao redor do mundo, a maioria delas em países periféricos, Brasil incluso. Embora modernas, essas fábricas continuam a usar linhas de produção de inspiração fordista, e a empresa já se viu envolvida em mais de uma crise por conta de questões trabalhistas, inclusive ondas de suicídio em suas instalações chinesas. Em alguns países, as condições de trabalho da revolução industrial persistem, ocorrendo simultaneamente às transformações resultantes da revolução da informação. Para a indústria da tradução, esse deslocamento entre centro e periferia implicou o surgimento de novos mercados, com um crescimento significativo no volume de tradução entre línguas asiáticas e ocidentais, principalmente, o inglês, como língua franca.

As tecnologias de tradução se desenvolveram concomitantemente a todos esses processos históricos, e sua própria história reflete os rumos da globalização ao longo dessas décadas, como veremos a seguir.

4.2. A tradução e sua tecnologia

O surgimento da interface gráfica e das novas tecnologias de comunicação global foram os dois fatores que trouxeram a tradução para o centro da globalização. A interface gráfica substituiu as linguagens de computador baseadas em linhas de comando, adotou elementos visuais e uma linguagem que tenta se aproximar da linguagem natural, e a internet criou os canais de comunicação para a circulação desses novos conteúdos. Inúmeras possibilidades se abriram para o trabalho dos tradutores.

Ao criar novas mídias, a tecnologia criou igualmente novas modalidades de tradução, começando pela localização de software e de *websites*, e avançando para a pós-edição de material traduzido por máquina, tradução simultânea de conversas por sistemas de mensagens instantâneas, tradução de diferentes tipos e formas de material audiovisual, tradução especializada de equipamentos de imagens médicas, toda a gama de material multimídia dos jogos eletrônicos, etc. Enfim, para onde olharmos hoje, e cada vez mais no futuro, encontraremos a tríade globalização, tecnologia e tradução. Esses produtos já estão chegando às roupas, na forma de dispositivos *wearable*, ou às cozinhas, com eletrodomésticos conectados à internet. A voz de todos eles é, e será, a tradução, ao lado de toda uma linguagem iconográfica cada vez mais variada.

A variedade de novas mídias e modos demanda ferramentas de software específicas para os diversos tipos de conteúdo a ser traduzido. Inicialmente desenvolvidas para a própria indústria de software, ao longo dos anos essas ferramentas foram sendo adotadas por outras áreas, mas sem jamais deixarem de ser vistas como específicas para documentação e conteúdos especializados. Essa visão consolidou-se de tal forma que podemos dizer que a relação entre tradução e tecnologia se inverteu. Ao invés de a tradução tipificar a tecnologia, é a tecnologia que tipifica a tradução. Tal inversão decorre da ideia de que quem usa tecnologia de tradução são os tradutores de material especializado, não literário, e isso os define em termos de habilidades e competências, conforme vimos no capítulo anterior.

Os primeiros aplicativos voltados especificamente para o auxílio à tradução começaram a ter um desenvolvimento mais expressivo exatamente na década de 1980, período de intensificação dos movimentos econômicos descritos no item anterior.

No início dos anos 1990, a IBM lançou o Translation Manager/2, um programa pioneiro baseado em memória de tradução desenvolvido especificamente para seu sistema operacional proprietário OS 2, uma tentativa malsucedida de competir com o sistema operacional Windows. Desenvolvido originalmente para a tradução de seu grande volume de documentos internos, o lançamento comercial do TM/2 foi um movimento da IBM para capitalizar uma de suas muitas ferramentas desenvolvidas para uso interno. É importante observar que esse movimento da IBM na direção do desenvolvimento e comercialização de software marca uma transição

global da empresa da fabricação e comercialização de máquinas para se transformar numa empresa de consultoria e prestação de serviços, tudo associado a seus equipamentos, sistemas e marcas, é claro.

Ao longo dos últimos anos, a IBM transformou completamente seu modelo de negócio. O tipo de trabalho que a empresa pode realizar hoje é muito diferente do trabalho de alguns anos atrás. A IBM se desfez de várias atividades que já tinham se transformado em *commodities*, como os segmentos de PCs e Impressoras, e ampliou os investimentos em áreas-chave de alto valor, como consultoria, Informação on Demand e Serviços. (IBM Corporation, 2006)

A reorientação de negócios da IBM, iniciada na década de 1990, é um sintoma claro da transição do modelo fordista, baseado na fabricação de bens materiais, para o modelo que Castells chamou de “economia informacional”, como visto acima. Além disso, o fato de a maior empresa de TI da época, até então voltada exclusivamente para a fabricação e venda de equipamentos, lançar sua ferramenta interna de tradução no mercado aponta para dois aspectos fundamentais de nossa história recente: a importância crescente da tradução na economia global e a percepção da própria atividade tradutória como um mercado globalmente atrativo. Esses são os dois aspectos básicos para a transição da tradução de atividade artesanal, individual, para sua atual dimensão industrial. Observe-se que também data dessa época a compra da Lotus pela IBM, em 1995. A Lotus era uma empresa desenvolvedora de software para escritórios e usuários individuais, concorrente direta da Microsoft.

O universo da tradução se divide em antes e depois de 1994. Esse foi o ano do lançamento do Translator’s Workbench pela empresa alemã Trados GmbH. O TW, que acabou ficando mais conhecido simplesmente como Trados, foi o primeiro desses programas a se popularizar entre os tradutores autônomos, e até hoje mantém a liderança entre dezenas de concorrentes. Foi o principal responsável pela transformação das formas de trabalho do tradutor individual.

A Trados foi fundada em 1984 por Jochem Hummel e Iko Knyphausen, tradutores e desenvolvedores de software na época, para atender a mesma IBM que vinha tentando introduzir seu sistema operacional OS 2 no mercado, assim como seu próprio software de tradução. Entre os diferenciais do TW sobre o TM da IBM estava o fato de funcionar na plataforma Windows, integrado ao processador de

texto Microsoft Word, o padrão da indústria e o mais usado entre os tradutores mundo afora até hoje.

A Trados passou por dois momentos decisivos em sua história: primeiro, em 1997, quando a própria Microsoft comprou uma participação acionária na empresa e adotou o Trados TW como ferramenta principal para a localização de seus produtos; o segundo, em 2005, quando a empresa foi adquirida pela SDL, outra importante desenvolvedora de ferramentas de auxílio à tradução. A fusão consolidou a liderança e presença global da linha de produtos SDL/Trados na maioria das grandes empresas de tradução/localização e também nos computadores de milhares de tradutores autônomos em todo o mundo.

A princípio, essas ferramentas tinham preços proibitivos para os tradutores individuais, chegando a alguns milhares de dólares. Os primeiros clientes da Trados foram as primeiras grandes empresas de tradução, que se tornaram conhecidas na indústria como *Language Service Providers*, LSPs (não confundir com o conceito linguístico de LSP para *Language for Special Purposes*). Em poucos anos, a concorrência ampliou-se e as ferramentas se tornaram mais acessíveis para os tradutores individuais, algumas até mesmo gratuitas, até se tornarem artigo obrigatório para qualquer tradutor profissional, principalmente os tradutores especializados.

4.3. O lugar da tradução

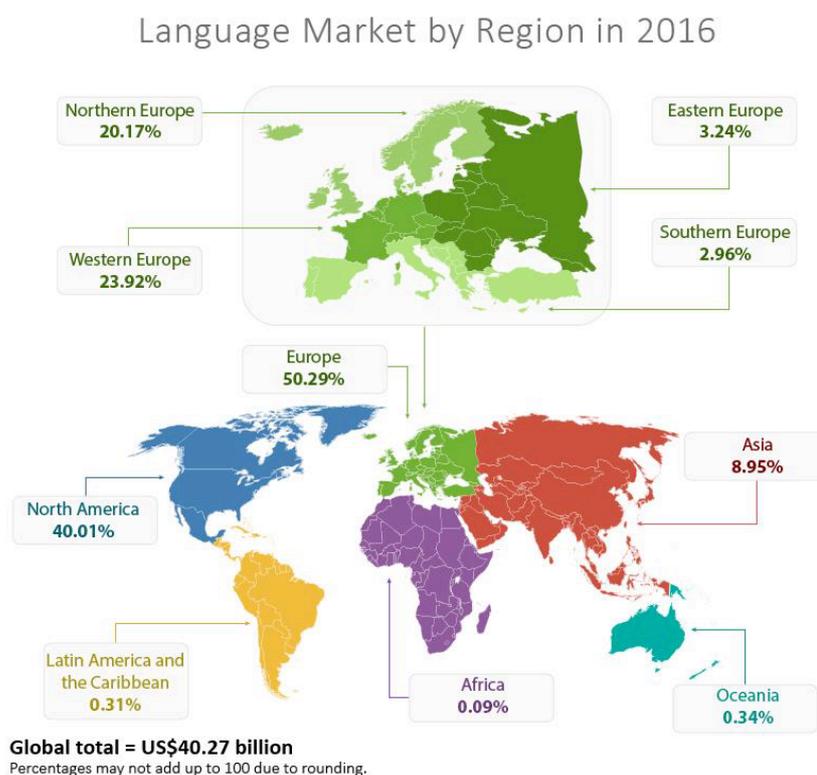
A tradução esteve presente em todo esse processo histórico de consolidação do comércio globalizado, viabilizando a comunicação entre as corporações e entre elas e seus clientes e consumidores. Desde o cinema e a música, aos onipresentes telefones celulares e seus inúmeros aplicativos, passando pelas interfaces gráficas de equipamentos médicos ou da indústria bélica, a língua e a linguagem usadas nesses produtos passaram por processos de tradução em uma ou mais fases de sua produção para poderem alcançar o mercado global.

Diante desse quadro histórico, geopolítico e econômico, considerar a tradução como a ponte que viabiliza relações globais equilibradas é uma percepção ingênua de seu lugar e papel na sociedade globalizada contemporânea. O que se tem visto na prática é a reprodução no mundo virtual dos processos de concentração de poder

econômico e domínio cultural já existentes, e a tradução, enquanto indústria fundamental para os processos socioeconômicos e culturais da globalização, reflete essa mesma realidade.

A consultoria Common Sense Advisory, CSA, acompanha a indústria de serviços linguísticos em pesquisas regulares desde 2009. Segundo os dados coletados pela CSA, o tamanho dessa indústria praticamente dobrou, de US\$ 23,5 bilhões em 2009 para US\$ 40,27 bilhões em 2016. São cifras impressionantes e um crescimento notável para uma atividade quase invisível até poucas décadas atrás.

A distribuição dessa riqueza e crescimento reflete os padrões desiguais das relações internacionais do comércio global, como mostra o gráfico da CSA sobre a distribuição geográfica do mercado de serviços linguísticos.



Source: "Language Services Market: 2016" © Common Sense Advisory, Inc.

O que esse mapa nos mostra é que as economias centrais, Estados Unidos e países europeus desenvolvidos, respondem por 90% das transações do mercado de serviços linguísticos. Esse número aponta para dois aspectos: a produção de informação em quantidades industriais desses países em detrimento dos conteúdos produzidos pelo resto do mundo, e o fato de que boa parte da informação produzida

pelas economias periféricas é processada e distribuída a partir de agências situadas nas economias centrais. Não por acaso, todas as 10 maiores empresas globais especializadas em serviços linguísticos estão situadas nos Estados Unidos e na Europa (DePalma, 2016). Esses 90% de participação no mercado englobam a indústria cultural, a indústria da informação e as indústrias de bens e serviços, e refletem a hegemonia dos padrões de consumo que esses países estabelecem para o resto do mundo.

Essa centralização histórica é o que mantém o inglês como a língua franca, de chegada e de partida, para praticamente todo e qualquer produto global. A tradução indireta via língua inglesa viabiliza, por exemplo, a chegada de produtos asiáticos manufaturados à América do Sul, ou de *commodities* latino-americanas pelo caminho inverso, com a maior parte da comunicação multilíngue dessas transações a cargo das empresas estabelecidas nos Estados Unidos e na Europa.

Essa intermediação também gera um fenômeno interessante que é o surgimento de “línguas” intermediárias, quase pidgins, como *Chinglish* ou *Spanglish*, resultante de ocasionais más traduções do chinês e do espanhol para o inglês, para a distribuição global desses conteúdos nas línguas de chegada. É de se imaginar que esse fenômeno, que representa um grande desafio para os tradutores, se repita mundo afora com inúmeros outros idiomas passando pelo inglês.

4.4. Qualidade e tecnologia

A qualidade dessas traduções torna-se uma preocupação contínua por toda a cadeia da indústria: desenvolvedores dos conteúdos, responsáveis pelas tecnologias de tradução, tradutores humanos, clientes finais. Com a proporção assumida pela indústria e o papel central que a tradução passou a ocupar, qualidade passa a ser um fator crítico, mas com aspectos bem mais complexos do que aquilo que chamamos de qualidade textual, pois o conceito de qualidade é percebido de maneira diferente pelos diferentes atores envolvidos na produção e no consumo das traduções. Em termos simples, para o desenvolvedor, uma tradução de qualidade é aquela que transmite a mesma mensagem que o texto de partida resultante de seu trabalho; para o tradutor, qualidade envolve a compreensão “correta” do texto de partida e um texto de chegada escrito segundo a norma estabelecida; para o consumidor, ou o

cliente final, a qualidade pode envolver variáveis como entrega no prazo e preço dentro de seu orçamento, eventualmente consideradas até mais importantes do que a qualidade textual.

Essa preocupação, portanto, vai além da tradução em si e chega a todas as fases anteriores de desenvolvimento e produção, e posteriores, de consumo e distribuição. Essas disparidades sobre o conceito de qualidade para cada parte envolvida no processo refletem assim as inúmeras relações de força em atuação na indústria da tradução.

Qualidade problemática de textos de partida não é novidade na história da tradução. Acredito, no entanto que casos como *Chinglish*, ou *Spanglish*, ou de qualquer variação linguística do inglês usado como língua franca no contexto das relações internacionais, sejam sintomáticos de comportamentos linguísticos que estão sendo acirrados pela globalização. Entre outros fatores para o surgimento dessas variações, o uso acrítico de ferramentas de tradução automáticas pode ser um exemplo. A despeito dos inegáveis avanços da tradução por máquina, a qualidade textual ainda depende de inúmeros agentes humanos, que incluem a preparação adequada dos textos de partida e a revisão e validação dos resultados por leitores hábeis.

A necessidade de novas habilidades para os tradutores lidarem com essas novas demandas causou a proliferação e diversificação dos mais diversos tipos de cursos de tradução nos últimos 30 anos. Desde diferentes tipos de graduação e pós-graduação, *lato e stricto sensu*, a cursos livres para ferramentas específicas, promovidos por agências ou por tradutores independentes, destinados à formação de mão de obra com as competências necessárias. Se por um lado a ênfase na tecnologia e no seu ensino capacita novos tradutores a entrar e se manter no mercado, por outro lado, temos visto um esvaziamento nas competências linguísticas. Produtividade e visões relativizantes de qualidade, como o conceito de *good enough*, acabam por reduzir as expectativas de qualidade linguística e estilística.

A Translation Automation User Society, TAUS, uma das principais entidades globais voltadas para o aprimoramento da tradução automática, define o que é uma tradução *good enough*:

“Good enough” is defined as comprehensible (i.e. you can understand the main content of the message), accurate (i.e. it communicates the same meaning as the source text), but as not being stylistically compelling. The text may sound like it was generated by a computer, syntax might be somewhat unusual, grammar may not be perfect but the message is accurate. (Taus, 2010)

Um rápido exercício comparativo entre as traduções do trecho acima permite demonstrar o conceito de *good enough*, na prática.

Minha tradução:

Define-se “Good enough”, ou “bom o suficiente”, como um texto compreensível (ou seja, do qual se pode entender o conteúdo principal da mensagem), preciso (ou seja, que comunica o mesmo significado do texto de partida), mas sem um estilo atraente. O texto pode soar como tendo sido gerado por computador, a sintaxe pode parecer um tanto irregular, a gramática pode não estar perfeita, mas a mensagem é transmitida com exatidão.

Tradução do Google Tradutor:

"Bom o suficiente" é definido como compreensível (isto é, você pode entender o conteúdo principal da mensagem), preciso (isto é, comunica o mesmo significado que o texto de origem), mas não sendo estilisticamente atraente. O texto pode soar como ele foi gerado por um computador, sintaxe pode ser um pouco incomum, gramática pode não ser perfeito, mas a mensagem é precisa.

A tradução automática baseada em sistema de redes neurais do Google Tradutor atende os parâmetros explícitos no próprio texto que define o conceito de *good enough*. É compreensível, transmite a mensagem do texto de partida, mas contém alguns erros e problemas estilísticos. Se por um lado esses problemas estilísticos não chegam a interferir na compreensão da mensagem, por outro, um texto com essas questões não pode ser usado como texto de partida para uma nova tradução. No entanto, o tipo de situação com a qual nos deparamos em textos escritos nessas novas formas de pidgin, como *Chinglish* ou *Spanglish*, sugerem que aquilo que deveria ser usado apenas como um recurso de apoio à compreensão rápida de um determinado texto também está sendo adotado como solução para a geração rápida e descuidada de novos textos de partida num inglês transformado. Para a tradução, isso tem o potencial não apenas de atrasar o processo tradutório, mas de ser a fonte de erros inescapáveis diante de um texto de partida do qual se pode depreender um conteúdo geral, mas no qual, na tarefa miúda da tradução frase a frase, sentidos menos explícitos podem se perder.

Entre as ideias atuais sobre o uso da tradução por máquina está a de que os textos resultantes se destinam ao que, em língua inglesa, se chama *gist*, uma leitura

rápida e superficial para se chegar ao significado geral. A demanda crescente por traduções rápidas, que permitam leituras igualmente rápidas, ou *gists*, de documentos diversos resulta de nossa exposição a um volume ingerenciável de informação, para o qual não temos tempo ou condições de aprofundar.

A falta de fôlego na vida cotidiana para o aprofundamento de ideias e conceitos parece ser uma das marcas da sociedade da informação. Como reflexo e resposta a essas demandas, a tradução globalizada também assume essas características. A incorporação de conceitos de qualidade como *good enough* aplicados à tradução acabam sendo sintomáticos da ideia de que, na era da informação, não se pode aprofundar a própria informação. A noção de que características estilísticas se prestam a tornar um texto atraente, em vez de mais claro e passível de aprofundamento, é um dos traços típicos que caracterizam essa nova informação industrializada.

4.5. A tradução é a mercadoria

A tradução passou a fazer parte intrínseca do mercado global no momento em que foi incorporada às interfaces de software e aos *sites* da *Web*. Como se viu, passou a depender de mão de obra especializada não apenas na atividade textual, mas também no uso de tecnologias específicas. São muitos os exemplos disponíveis sobre o papel decisivo da tradução para o mercado global, notadamente para a indústria de software.

Em 2012, a Microsoft anunciou a disponibilidade do Windows 10 em mais quatorze idiomas, totalizando 109 idiomas, e para venda em 192 países, quase a totalidade dos países do planeta. Esses números são similares para todos os demais produtos de maior consumo da empresa, com destaque para o pacote de aplicativos Microsoft Office, e são o que garante a liderança mundial da Microsoft.

No livro *Found in Translation: How Language Shapes Our Lives and Transforms the World*, lançado em 2012, os autores Jost Zetsche e Nataly Kelly trazem diversos depoimentos que exemplificam o poder da tradução sobre o mercado global. Nico Posner, do LinkedIn, por exemplo, afirma que “em todas as vezes que o LinkedIn foi lançado em um novo idioma, a taxa de inscrição de novos

membros pelo menos duplicou no país após o lançamento, algumas vezes, até mais do que duplicou” (Kelly & Zetzsche, 2012, p. 205).

O Facebook é outro caso exemplar. A empresa iniciou sua internacionalização em 2008. Ghassan Haddad, entrevistado por Kelly e Zetzsche, afirmou para os autores que a tradução foi o principal fator para o crescimento da rede social. Ele menciona o caso da Itália em que, após o lançamento do Facebook em italiano, o número de usuários saltou de 375 mil para 933 mil em apenas quatro meses. O mesmo se deu na França, que de 1,4 milhão foi para 2,4 milhões, três meses após o lançamento do sistema em francês.

Nesses três casos, fica claro que a incorporação da tradução à interface do usuário, ou seja, aquilo que vemos e com que interagimos em nossos computadores diariamente, foi o fator decisivo para que esses produtos se estabelecessem, hegemonicamente, em todo o globo, *falando a língua de seus usuários e criando novos hábitos socioculturais*. Dos anos 1990 para cá, vimos aumentar a presença de produtos e aplicativos para a Web desenvolvidos em países de economias, e culturas, centrais. Também vimos a concentração desses produtos e sistemas nas mãos de empresas mundiais, como Microsoft, Apple, Facebook, Google, Samsung. Por seu tamanho e recursos de distribuição, apenas empresas de grande porte estão em condições de contratar as grandes agências de tradução para que seus produtos sejam distribuídos mundialmente nas línguas locais. Para todas essas empresas, está muito claro que a tradução é a mercadoria.

4.6. Tradução sem tradutores?

Com a demanda crescente, a tradução deixou de ser ponte para, ela mesma, se tornar barreira — não apenas financeira, mas também para o tempo de chegada dos produtos ao mercado. A velocidade em que um tradutor humano remunerado pode entregar um serviço é insuficiente para a urgência das demandas, por mais produtiva e eficiente que a pessoa seja. Diante disso, o próprio mercado buscou soluções alternativas. Em linhas gerais, a indústria recorreu a dois recursos para acelerar e baratear a tradução: o aprimoramento da tradução por máquina, e a tradução feita pela própria comunidade de usuários, ou leitores, das traduções, a chamada *community translation*, uma das variações do *crowdsourcing*. Trata-se da

tradução sem tradutores, ou, ao menos, sem tradutores humanos remunerados e tradicionais.

O Facebook é um dos maiores casos de sucesso de tradução comunitária da rede. A peculiaridade do caso Facebook foi o fato de ter sido uma das primeiras empresas a desenvolver e adotar um sistema para que a tradução fosse feita pelos próprios usuários. O sistema começou a ser desenvolvido em 2007 e testado por falantes do espanhol neste mesmo ano. Os resultados positivos os levaram a logo oferecer o *site* em francês e alemão, e resultou no que foi chamado de “efeito bola de neve”, numa rápida sucessão de idiomas e países. (Kelly e Zetzsche, 2012, p. 210).

Atualmente, o “Face”, como é familiarmente chamado por seus usuários, fala quase 150 idiomas, inclusive guarani. A maioria deles, traduzidos pelos próprios usuários, sem intervenção de tradutores remunerados. Mas a empresa decidiu empregar tradutores especializados em alguns países, cerca de 30, inclusive no Brasil, por questões comerciais estratégicas, definidas principalmente pelo número de usuários. Nesses países, a tradução é feita paralelamente por usuários e por tradutores profissionais, mas integralmente revisada por tradutores experientes.

A brasileira Yasmin Fong é a atual *chief translator* da equipe brasileira de tradutores remunerados do Facebook. A equipe é formada por ela e mais dois tradutores brasileiros, todos contratados pela agência tcheca Moravia, que atende as demandas globais do Facebook. A distribuição da cadeia de produção das traduções do Facebook permite termos uma ideia do que seja a tradução globalizada. A sede do Facebook fica na Califórnia, a Morávia está na República Tcheca, Yasmin está em São Paulo, uma das tradutoras está na Índia e o outro tradutor, na França. Uma das dificuldades vividas por Yasmin, e por toda a equipe, é a conciliação dos horários para as ocasionais reuniões *on-line* (Estill, 2016).

Com 21 anos de experiência como tradutora de tecnologia, Yasmin relata que o Facebook é a empresa mais preocupada com a qualidade das traduções com a qual já trabalhou. Exatamente por esse motivo, diz ela, o Facebook não investe tanto na expansão da comunidade de tradutores voluntários, ao menos no Brasil, uma opção motivada por razões econômicas e que provavelmente se repete nas outras línguas majoritárias. No entanto, com a missão declarada de *conectar o mundo*, a estratégia da tradução comunitária é a que tem aberto as fronteiras globais para o Facebook.

A adoção de *crowdsourcing translation* pelas novas empresas de tecnologia é um dos principais sintomas das transformações pelas quais o universo da tradução está passando. Em inúmeras situações, a tradução se afasta das mãos dos tradutores remunerados para ser feita por pessoas de diferentes perfis, não necessariamente interessadas em serem identificadas como “tradutores”. A tradução globalizada nos faz deparar não apenas com novos tipos de tradução, mas também com tipos diferentes de tradutores, ou de não tradutores. E o fato é que nunca tanta gente traduziu tanto no mundo.

A demanda por tradução chegou a um ponto em que a mão de obra de tradutores remunerados disponível não é capaz de atender às necessidades crescentes de tradução dentro dos prazos necessários e da voracidade dos consumidores por bens culturais traduzidos. Como classe profissional, os tradutores remunerados passaram a ser mais uma das soluções de tradução possíveis e disponíveis, ao lado de outras mais rápidas e mais baratas. Cada uma dessas formas de tradução atende mercados e demandas específicos. Questões como qualidade são igualmente segmentadas e relativizadas, como vimos na discussão sobre o conceito de *good enough*. Mais uma vez, o Facebook serve de exemplo, uma vez que apenas o conteúdo mais visível da sua interface é submetido à tradução comunitária. Comunicados, textos jurídicos de licença de uso, e outros tipos de conteúdo mais sensíveis são encaminhados para Yasmin e sua equipe.

A comunicação por texto, via sistemas de mensagens instantâneas, correio eletrônico, redes sociais diversas, blogs, sistemas de comentários nas páginas dos jornais eletrônicos, chegou a uma dimensão que nenhuma outra tecnologia possibilitou para a escrita. Todas essas formas de interação individual escrita operam em plataformas de software complexas, dependentes da infraestrutura da internet — assim como todo o sistema bancário mundial, redes corporativas globais e qualquer outro sistema de comunicação ou transação de dados contemporâneo. Tais plataformas precisam falar a língua de seus usuários para serem totalmente incorporadas a seus hábitos culturais cotidianos, incluindo, principalmente, os de consumo. A tradução pela comunidade de usuários de um determinado produto promove a incorporação cultural de novas práticas sociais e de consumo que esse produto traz consigo de maneira mais profunda e permanente. E mais uma vez, aí está o Facebook que pode ser considerado o exemplo mais visível dessa realidade, que com suas ferramentas de acompanhamento dos usuários a partir de suas

postagens vem criando segmentações de público e moldando comportamentos por todo o planeta.

As empresas que adotam a tradução comunitária podem eliminar uma boa parte do custo dos tradutores, mas não da tradução, pois precisam desenvolver plataformas específicas para que essa tradução ocorra. A parcela do público insatisfeita com esse processo foi, naturalmente, uma boa parte dos tradutores remunerados, que se sentiu ameaçada pela perda de mercado para a mão de obra gratuita, além de questionar a qualidade dos possíveis resultados desse método.

A polêmica sobre as novas modalidades de tradução parece bem longe de ser encerrada entre os tradutores humanos remunerados, mas essas novas modalidades são uma realidade instalada e incorporada pela indústria global, e a tendência é que essas práticas se sofisticuem e se expandam. No momento, a tendência aponta para sistemas mistos, que podem usar as traduções feitas voluntariamente pela comunidade de usuários, tradução por máquina e por tradutores remunerados, que acumulam a função de revisores e validadores das traduções voluntárias e por máquina.

O *crowdsourcing* aplicado à tradução suscita diversas discussões. Do ponto de vista teórico, há que se pensar em quem é esse novo tradutor voluntário cujo trabalho é decisivo para o sucesso de produtos traduzidos gratuitamente para empresas que valem milhões de dólares. Empresas como o Facebook justificam o trabalho voluntário em seus *sites* por oferecerem seus serviços sem custo financeiro. Uma das formas de remuneração invisível do Facebook é a incrível quantidade de tempo gasto por seus usuários na rede social, períodos em que estão expostos não apenas à publicidade paga, mas também a pesquisas invisíveis de comportamentos e tendências.

Um aspecto interessante dessa nova relação é o sentimento de propriedade e autoridade dos usuários sobre o processo e qualidade da tradução, conforme se pode observar no grupo Translator Community for Portuguese, a comunidade de tradutores voluntários do Facebook brasileiro. Esse sentimento leva a ações como a ocorrida em 25 de junho de 2015, quando as traduções de alguns elementos da interface do Facebook foram vandalizadas por um grupo de usuários insatisfeitos pela retirada do ar de uma página de humor, da qual eram admiradores. A ação foi revertida pela rápida reação da comunidade de tradutores, que corrigiu os textos alterados indevidamente (Olhar Digital, 2015). Esse tipo de ação combina-se com

indicações de erros de tradução, reclamações pela demora em corrigir esses erros e, por fim, um sentimento de propriedade que autoriza manifestações de desapeço pelo próprio sistema de tradução e sua gestão.

Qual a natureza da relação desses tradutores com o texto de partida, assim como qual é a natureza desse texto de partida? Questões como fidelidade, localização e adaptação voltam ao centro da discussão, uma vez que toda a lógica tradutória é afetada quando o tradutor deixa de ser um intermediário no processo de comunicação e passa a ser o próprio consumidor desta tradução.

4.7.

Somos todos tradutores

Para a maioria dos tradutores, pelo menos até boa parte do século XX, a tradução era, predominantemente, uma atividade complementar, nem sempre remunerada, de restrito reconhecimento como atividade profissional. No *boom* tradutório que acompanhou a globalização, paralelamente à crescente profissionalização dos tradutores, observou-se também o aumento do exercício da atividade por amadores. Hoje, há uma grande quantidade de pessoas dedicando-se amadorística e espontaneamente a traduções diversas, de livros e filmes a software gratuito ou artigos da Wikipédia. A voracidade do consumo imediato resulta na organização de grupos, muitas vezes clandestinos, para traduzir livros de sucesso imediato, como os da série Harry Potter, ou legendar cópias ilegais de filmes antes de serem lançados nos mercados nacionais.

Serão esses novos tradutores inocentes úteis a serviço de uma lógica capitalista perversa, ou agentes subversivos que confrontam o sistema com seu trabalho clandestino, ou serão agentes para a disseminação de informações relevantes para o desenvolvimento humano? E como fica o tradutor remunerado neste processo? O que dizer de sua formação? Em artigo de 2011, Pym leva o questionamento ao extremo:

A tecnologia, desta forma, pode estar nos levando a um mundo de diversão amadorística. Seria um mundo no qual a tradução não será mais uma tarefa especial a cargo de pessoas especiais — a tradução torna-se uma das habilidades básicas da linguagem: a pessoa fala, ouve, escreve, lê e traduz. Todos poderiam e, provavelmente, deveriam se tornar proficientes nas cinco habilidades básicas. (Pym, 2011, p. 6)

Especulações à parte, são questionamentos válidos, ainda que se possa argumentar que a popularização da “tradução baseada no usuário”, nos termos de Pym, em contraste ao termo *crowdsourced translation*, esbarra em algumas fronteiras naturais de caráter igualmente comercial: documentos estratégicos, sigilosos, ou cuja complexidade não possa dispensar o trabalho profissional e especializado.

A localização de software é um exemplo bastante típico desse tipo de situação. O desenvolvimento e a localização de software ocorrem de maneira simultânea, de forma que o produto seja lançado mundialmente na mesma data, ou em datas muito próximas. Em alguns casos, as traduções da interface para diversos idiomas vêm incluídas já no pacote de instalação do produto, e o usuário seleciona o idioma de sua preferência. Outra opção são os pacotes de idiomas *on-line*, disponíveis para *download* e incorporação ao software no momento da instalação, ou posteriormente, caso o usuário decida trocar o idioma após a instalação. A dimensão estratégica desses produtos para suas empresas e a complexidade do processo de localização de produtos que chegam a milhões de palavras a serem traduzidas em diferentes meios implicam o uso de mão de obra altamente treinada não apenas em tradução, mas também no uso das ferramentas, diversas e complexas, como vimos anteriormente.

O resultado desse trabalho especializado são experiências que se tornaram comuns na vida dos usuários de equipamentos eletrônicos hoje. Ao ligarmos um computador ou celular novo pela primeira vez nos deparamos com a possibilidade de escolher o idioma através do qual vamos interagir com esses dispositivos. Esse é um dos aspectos mais visíveis da maneira como a tradução atua como instrumento fundamental na introdução dos produtos que movem a globalização, e que atuam na criação de padrões e comportamentos globais de consumo.

Esses processos também ocorrem fora do mundo da tecnologia da informação. Hoje, a literatura de consumo lida com problemas muito semelhantes, com a necessidade de sucessos globais rápidos de obras literárias escritas já visando a adaptação cinematográfica e a satisfação de leitores das mais diversas culturas. Bons exemplos para isso são a série *Harry Potter* ou os livros globais de Dan Brown. Ambas as obras chamaram a atenção devido a questões envolvendo a tradução.

A série *Harry Potter* foi objeto constante de ações via redes sociais para que os livros recém-lançados em inglês pudessem ser lidos em português rapidamente, antes do lançamento da tradução oficial. Leitores entusiastas da série traduziam coletivamente em uma semana o que um tradutor literário especializado levaria até três ou mais meses para concluir. Considerações sobre qualidade não são relevantes para esses leitores/tradutores ávidos pelo consumo imediato dos livros.

No caso do autor Dan Brown, receando problemas semelhantes, a editora italiana Mondadori isolou onze tradutores em seu porão para traduzir o livro *Inferno* do inglês para os onze respectivos idiomas, num trabalho intensivo para o lançamento do livro em inglês simultâneo ao de suas traduções. Os tradutores ficaram incomunicáveis por dois meses. Em 2012, quando a operação foi montada, os livros de Brown já haviam vendido mais de 200 milhões de cópias e Tom Hanks havia estrelado dois filmes de sucesso baseados na série (The Independent, 2013).

A estratégia da editora de Dan Brown e as questões jurídicas suscitadas pelas traduções piratas da série *Harry Potter* refletem uma realidade já transformada em diversas áreas, mas que ainda assusta indústrias em que a tradução continua a ser tratada como na era pré-globalização. Para as editoras, um mundo em que todos podem traduzir é uma ameaça.

No momento em que escrevo este parágrafo, em meados de 2017, a indústria prossegue em suas pesquisas e desenvolvimentos. A tradução por máquina baseada em redes neurais foi implementada há alguns meses pelo Google e promete resultados superiores aos sistemas baseados em estatísticas. Sistemas adaptativos e interativos baseados em memória de tradução já são capazes de aprender com o tradutor humano e antecipar suas próximas traduções, num processo cada vez mais integrado de tradução humana e tradução por máquina. É o caso do Lilt, uma ferramenta *on-line*, com opção gratuita cuja missão declarada é: “Transcend barriers to information access by making translation faster and more accessible” (Transcender as barreiras do acesso à informação tornando a tradução mais rápida e acessível).

Uma leitura historiográfica de base conceitual dessa missão nos permite sugerir que a barreira à informação a ser superada pela tecnologia não é mais apenas a diferença entre as línguas. Embora imprescindível, em tempos de globalização a tradução humana tornou-se cara e lenta, uma barreira adicional àquela imposta pelas

línguas e pelas culturas, a ser superada pela tecnologia, que pode tornar a tradução mais rápida e mais acessível, leia-se, mais barata. E colaborativa.

4.8. Tradução é colaboração

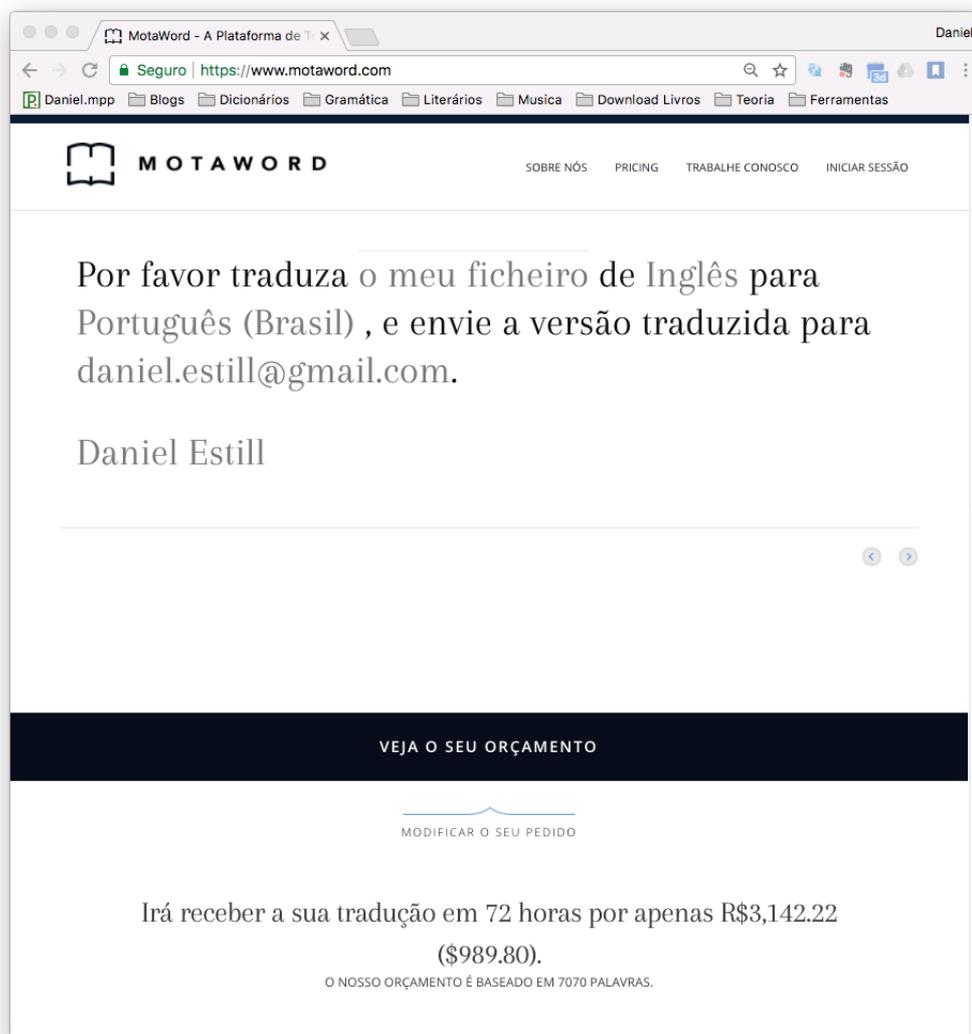
A tecnologia fez da tradução uma atividade essencialmente colaborativa. Mesmo o tradutor que trabalha com uma memória de tradução criada e alimentada somente por si mesmo é auxiliado por suas traduções anteriores, que podem ser reaproveitadas ou revisadas. A tradução por máquina baseada em estatísticas incorpora traduções humanas disponíveis em *sites* e documentos públicos; a tradução por máquina baseada em redes neurais é um aprimoramento desse método e é o estado da arte da tradução por máquina. Seja na forma de colaboração com outras pessoas, seja via tradução auxiliada por máquinas, como praticamente todas as atividades baseadas na tecnologia atual, a tradução opera em redes de relacionamentos. É alimentada pela mente do tradutor, pela memória de traduções humanas armazenadas em bancos de dados e pelo processamento cada vez mais sofisticado de linguagem natural. O resultado é tradução mais rápida, mais barata e tecnologicamente cada vez mais acessível para tradutores humanos que trabalham comunitariamente, seja de forma voluntária, remunerada, profissional ou amadorística.

O cardápio de serviços de tradução *on-line* é bastante variado, com opções para todos os tipos de clientes e prestadores de serviços. A Motaword.com, por exemplo, apresenta-se como a “plataforma de tradução humana colaborativa baseada na cloud, de baixo custo mais rápida do mundo” (*sic*). Ao abrir o *site*, devidamente “localizado” para o idioma local, reconhecível pelo IP de seu computador, além das informações institucionais, o potencial cliente encontra o texto:

Por favor traduza o meu documento de este idioma para estes idiomas, e envie a versão traduzida para este email.

Me.

Os trechos sublinhados equivalem a lacunas a serem preenchidas. Ao clicar em Me, aparece um campo para o solicitante preencher com nome e sobrenome. Segundos após enviar seu documento, é apresentado um orçamento, que inclui preço e prazo. Após a aprovação, o texto é convertido para poder ser distribuído para os tradutores que preenchem o perfil compatível com a solicitação. Um texto em inglês com 7.070 palavras pode ser traduzido em 72 horas ao preço de R\$ 3.142,22 ou US\$ 989,80, conforme mostra a tela abaixo:



Assim, o preço por palavra para o cliente é de US\$ 0,14/R\$ 0,45. A Motaword paga US\$ 0,05 a um tradutor recém-cadastrado em seu sistema. São preços compatíveis com o mercado, conforme praticados em meados de 2017. A seleção dos tradutores se dá mediante envio de currículo,

participação num *webinar* introdutório ao sistema, resposta a um *quiz* sobre o conteúdo do *webinar* e entrevista.

A peculiaridade do serviço é que os tradutores não recebem arquivos ou documentos inteiros para tradução. Um documento de partida é oferecido simultaneamente para todos os tradutores que atendem ao perfil do trabalho. Ao abrir a interface de tradução pelo seu navegador, cada tradutor poderá trabalhar em uma frase, ou segmento de texto de cada vez, enquanto os demais vão trabalhando no restante do texto. Ou seja, um texto é traduzido simultaneamente por diversos tradutores. O controle da qualidade é feito pelos próprios tradutores, que podem comentar traduções alheias enquanto trabalham em suas próprias traduções, ou atuar diretamente na fase de revisão da tradução. O princípio é que a colaboração é o melhor sistema de controle da qualidade. É o que rege a qualidade do conteúdo da Wikipedia, ou a das traduções comunitárias do Facebook.

A tradução é toda feita por pessoas, não há interação com tradução por máquina, o que pode obrigá-los a uma reformulação do sistema dentro de algum tempo, uma vez que já existem sistemas similares que integram as duas modalidades, como o Lilt.com, e que podem vir a serem considerados vantajosos. O sistema aceita arquivos de partida nos mais diversos formatos, texto, planilhas, apresentações, programação. É de se supor que retorne os arquivos de chegada aos seus clientes nos mesmos formatos em que recebeu os de partida.

Por trás da Motaword, segundo o texto de apresentação, está uma “agência líder de tradução, com 17 anos de experiência, desenvolvedores experientes e designers apaixonados”. Estão sediados em Nova York.

Motaword é apenas um exemplo dentre dezenas de outros que começaram a explorar o admirável mundo novo do mercado de tradução colaborativa baseada em nuvem. Uma das tendências mais recentes de uma indústria cujo futuro só pode ser especulado em obras de ficção científica.

5

Autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada: elementos fixos de um conceito móvel

Conforme dito na introdução, a escolha do tema desta pesquisa tendo por base autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada, se deu pelo fato de esses quatro elementos serem os aspectos mais estáveis para a tentativa de formulação de qualquer conceito geral de tradução. Em todos os debates e propostas teóricas, os quatro estiveram presentes, recebendo maior ou menor atenção conforme a visão de tradução de cada um.

Nesta seção, veremos como o fluxo de trabalho de uma tradução pode ser didaticamente segmentado em autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada de forma a podermos lançar foco em cada um deles e entender o tipo de impacto que receberam devido ao surgimento da indústria da tradução. Para essa finalidade, busco o apoio da ideia de tradução presumida de Toury e o suporte da disciplina gerenciamento de projetos a fim de tratar a tradução como projeto e sequenciar suas etapas.

A noção de tradução presumida de Toury nos proporciona os argumentos que confirmam a noção de que o conceito de tradução, ainda que flutuante em diversos aspectos, tem como fator de permanência e universalidade a presença das noções de autoria, texto de partida, tradutor e texto de chegada. Por outro lado, segundo o conceito de projeto, estabelecido pelo Project Management Institute (PMI), a autoridade mundial reguladora da disciplina gerenciamento de projetos, esses quatro elementos podem ser ordenados sequencialmente em fases de um fluxo de trabalho para fins operacionais. Antes de destacarmos algumas características de cada uma dessas fases, é importante entender melhor a concepção de tradução como projeto e o que exatamente caracteriza o fluxo de trabalho de um projeto de tradução. É aqui que a tradução presumida de Toury e o conceito de projeto do PMI se encontram.

5.1. Gideon Toury, gerente de projetos de tradução

Se desvincularmos os postulados de Toury da noção de tradução presumida e aplicá-los ao fluxo completo da produção das traduções — da autoria do texto de partida ao receptor do texto de chegada — encontramos os elementos centrais do processo tradutório — autor, texto de partida, tradutor e texto de chegada. Esses quatro elementos, vistos sequencialmente de maneira concatenada, nos permitem tratar a atividade tradutória em geral segundo as noções de *projeto* e de *processo*, definidas em *A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK)*, a publicação oficial do PMI que normatiza os conceitos e as atividades de gerenciamento de projetos (PMI, 2008).

Para o PMI, um projeto é “um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo” (PMI, 2008, pos. 1064), enquanto que um processo é “um conjunto de ações e atividades interrelacionadas realizadas para obter um conjunto especificado de produtos, resultados ou serviços” (PMI, 2008, pos. 1535). Os projetos são únicos, enquanto que os processos são diversos e repetitivos. Um projeto é constituído de vários processos que, por sua vez, são constituídos por tarefas específicas e recorrentes. O projeto de tradução de um livro, por exemplo, resulta num único texto de chegada. Os processos deste projeto são constituídos pelas inúmeras tarefas necessárias para sua produção, que, por sua vez, ocorrem segundo processos pré-estabelecidos e conhecidos, necessários para a realização de cada uma das tarefas implicadas.

Retomando os postulados de Toury e suas pressuposições, podemos dizer que eles, em certa medida, se acomodam dentro do conceito de projeto do PMI. Segundo Toury, para que um texto seja considerado uma tradução na cultura de chegada, seus leitores precisam percebê-lo como resultado material final de algum processo de autoria, cujo resultado material é um texto de partida. Por sua vez, este texto de partida é submetido a um processo de tradução e o resultado material é o texto de chegada, que será levado aos leitores por via de processos de entrega/distribuição específicos conforme o meio material, ou mídia, utilizado. Portanto, reais ou fictícios, autor e texto de partida são entidades presentes dentro da noção de tradução presumida de Gideon Toury.

A pressuposição da existência de um texto de partida estável e fixo implicaria a pressuposição da existência de um autor igualmente individualizado e identificável. Com o uso crescente de ferramentas colaborativas, entre outros elementos geradores de conteúdo, a pressuposição de autoria perde qualquer possibilidade de definição de contornos fixos, o que se reflete diretamente na composição e apresentação material do texto de partida.

O segundo postulado de Toury, da transferência, descreve a ação de traduzir, propriamente dita, e que, como visto, é uma dentre diversas outras tarefas que constituem os processos e os projetos, como um todo. Sem entrar no mérito da complexa e recorrente discussão sobre a noção de transferência (Afinal, o que faz o tradutor? Transfere, passa, reescreve, reproduz, recria, adapta, transforma?), estamos diante de um aspecto fundamental para esta tese, que é o modo de trabalho do tradutor dentro da sociedade globalizada. Fundamental por ser o aspecto que mais claramente representa as mudanças nos processamentos e no próprio conceito da tradução. Qual é o aspecto material, visível, dessa “transferência” de que fala Toury? Esse é o domínio dos instrumentos e das tecnologias voltadas para a operação tradutória. A ação de “transferir” também pressupõe um sujeito tradutor, mas que, assim como no conceito de autoria, hoje pode assumir aspectos impensáveis há poucas décadas, incluindo trabalho colaborativo, condições específicas de anonimato, automações de diferentes tipos e formas inusitadas de interação homem/máquina.

O terceiro postulado, o da relação, refere-se, a princípio, às relações semânticas e linguísticas entre texto de partida e de chegada, surgidas a partir do processo de transferência implicado no segundo pressuposto. O texto de chegada, portanto, resulta de um processo de transferência realizado por um tradutor, a partir de um texto de partida resultante de um processo de autoria. Consolida-se assim a ideia de que qualquer tradução, real ou presumida, resulta da interação processual, em termos do PMI, entre esses quatro elementos e só existirá se os quatro estiverem presentes. Toury, sem o saber, lançou as bases teóricas para a noção de tradução como um projeto resultante de uma série de processos, conforme os princípios de gerenciamento de projetos do PMI — uma significativa convergência entre uma visão teórica e uma visão prática, empírica, do que seja tradução.

Hoje, os pressupostos da transferência e da relação entre texto de partida e texto de chegada, postulados por Toury, não mais se limitam a operações mentais e

processos de reescrita, mas se estendem, concretamente, às relações materiais dos processos tecnológicos envolvidos nos projetos de tradução. Os conteúdos de partida são desenvolvidos para funcionar em uma determinada plataforma tecnológica. Para que o texto de chegada funcione igualmente nesta mesma plataforma dentro da cultura de chegada, são necessários uma série de procedimentos viabilizados pela tecnologia, que funciona como o elemento de ligação entre cada uma dessas etapas e representa o vínculo material entre texto de chegada e de partida.

Um exemplo simples e básico dessa situação é o trabalho material com arquivos em formato PDF, a sigla para Portable Document Format, ou Formato de Documento Portável. Portabilidade é um princípio chave na era da informação globalizada, significa a possibilidade de exibir conteúdo criado num dado formato para Windows ou para Mac, por exemplo, em sistemas diferentes daqueles onde foram criados. Criado em 1992 pela Adobe Systems, o formato PDF foi estabelecido como padrão de portabilidade de documentos digitais pela International Organization for Standardization em 2008 (ISO, 2008), conforme a norma ISO 32000, e tornou-se o epítome da informação digital globalizada.

Para a tradução, na prática, o formato PDF implica uma etapa a mais no fluxo de trabalho: a conversão de arquivos. A criação digital de um arquivo PDF equivale à impressão em papel da era analógica. Imprime-se um documento em papel para registrar, circular e armazenar informações. O PDF tem função semelhante na era digital, mas com todas essas funções tecnologicamente ampliadas.

Para que um documento em PDF seja traduzido digitalmente, ou seja, com as ferramentas criadas especificamente para a tradução digital, é necessário que passe por uma sequência de procedimentos de conversão de formatos. Após ser criado num programa de criação de publicações, como o Adobe InDesign, por exemplo, o documento é convertido para o formato PDF e está pronto para a distribuição. Quando este PDF chega às mãos do tradutor, é necessário submetê-lo a uma outra conversão, para que possa ser importado para a ferramenta de tradução de escolha (SDL Studio, memoQ, Wordfast, etc). Após a tradução, o aplicativo de tradução converte o texto traduzido para um formato que possa ser novamente convertido para o aplicativo de criação de publicação, onde serão feitos os acertos necessários e, após a finalização, mais uma conversão do texto de chegada para o formato PDF, que será o documento de chegada a ser distribuído no novo idioma.

Em certa medida, e por analogia, a conversão de formatos de arquivo pode ser vista como a contrapartida material da própria tradução. Assim como na tradução, a conversão entre formatos de arquivos diferentes é consequência de um processo de leitura, pela máquina, de um documento escrito num determinado código e sua reescrita num outro código. Tanto na tradução, quanto na conversão, o que ocorre não chega a ser, exatamente, uma transferência de conteúdo, uma vez que texto e arquivos de partida são mantidos intactos com seus conteúdos iniciais. Nos dois casos, os processos levam à criação de uma outra versão desses conteúdos escrita em códigos diferentes daqueles usados nos conteúdos de partida.

A conversão de arquivos é um processo material que se dá pelo processamento de dados, que é o que computadores fazem, que não apenas possibilita que o tradutor trabalhe, mas determina a própria maneira como esse trabalho deve ser feito, em termos tecnológicos. Ambos os procedimentos pressupõem a existência de uma autoria, de um conteúdo de partida, de um tradutor (ou conversor), para a produção de um conteúdo de chegada. Ambos os procedimentos pressupõem processos de transferência e a existência de relações entre texto de partida e de chegada. Na seção a seguir, dou continuidade a essa analogia, levando-a ao nível dos quatro elementos em questão.

5.2. Elementos fixos de conceitos em movimento

Muitas das variações históricas do conceito de tradução ocorreram conforme as variações do peso atribuído a cada um desses subconceitos. Quando o autor tinha um caráter divino, como no caso dos textos bíblicos, autoria confundia-se com autoridade. O texto de partida também já foi visto como o parâmetro absoluto para o estabelecimento da significação e determinante de como a tradução deveria ser. Conforme vimos no capítulo três, a tipificação do texto de partida influenciou, e ainda influencia, não apenas como o tradutor deve trabalhar (“ferramentas são para textos técnicos”), mas também se a atividade é “tradução propriamente dita”, ou algum outro tipo de atividade “mecânica”. O maior peso atribuído assim aos dois elementos vinculados à cultura de partida, principalmente no Ocidente, foi determinante para a ideia de que tradutores e traduções deveriam ser fiéis à letra do texto de partida e às “intenções” do autor.

A revisão conceitual se deu a partir do pós-estruturalismo, em que se reconheceu a dimensão criativa e autoral do próprio tradutor na interpretação do texto de partida e sua reescrita do texto de chegada. Os estudos culturais, por sua vez, enfatizaram o papel da recepção pela cultura de chegada na seleção dos textos de partida a serem traduzidos, e na maneira como os textos de chegada resultantes eram lidos.

Nesta seção, procuro consolidar o que foi dito sobre cada um desses quatro elementos fixos do conceito de tradução para, na sequência, encerrar o trabalho com algumas considerações finais.

5.2.1. Autoria

O conceito de autoria talvez seja um dos que mais variou ao longo da história da tradução. Partimos da autoria absoluta, divina, dos textos religiosos à dissolução quase que total da existência de um autor identificável na produção de conteúdos globais. Dada a complexidade da concepção e distribuição de produtos globais, não se pode mais falar num autor, seja da interface de um aplicativo, seja de um manual de algum eletroeletrônico.

Uma rápida pesquisa terminológica na *Web* mostra que, na língua inglesa, cunhou-se o termo *authoring* para a criação de conteúdo digital multimídia, uma vez que o conceito tradicional de “autor” já não cobria as múltiplas possibilidades de criação de conteúdo hoje disponíveis. “Autoria”, em português, corresponderia melhor ao inglês *authorship*, um termo mais associado aos processos tradicionais de criação, inclusive à legislação de direitos autorais, cujo princípio é a nominalização do autor, ou autores, de uma determinada obra. Em muitas das áreas abrangidas pela tradução especializada, tais como TI e traduções empresariais em geral, é comum que seja até mesmo impossível identificar os autores de diversos dos conteúdos de partida. O mesmo se dá com suas traduções. Na era da informação, essa tendência se intensifica e torna-se cada vez mais difícil rastrear o autor e, por isso, temos que lidar com a autoria, no sentido de *authoring*.

Uma das razões disso é o crescente trabalho coletivo e colaborativo necessário para a criação de conteúdo cada vez mais rico e complexo. Todo tipo de material, técnico (aqueles vinculados à tecnologia, segundo Byrne, 2006), didático,

publicitário, comercial, *software*, *games*, *websites*, etc., tem sido desenvolvido em formatos que combinam imagens, texto, vídeos, ilustrações, animações, muitas vezes usando plataformas colaborativas e interações com os usuários, podendo ser combinados na forma de conteúdo acessível em diferentes suportes. Esse tipo de material foge do conceito clássico de autoria, ainda que possa incorporar até mesmo textos impressos com remissões a conteúdo multimídia complementar externo.

No caso de produtos globais *mainstream*, a complexidade desse tipo de material, como já visto, exige a adoção de procedimentos padronizados para que seus modelos de desenvolvimento possam ser replicados ao redor do mundo na produção de bens localizados. Assim como as multinacionais automotivas instalam montadoras nos mercados locais, reproduzindo padrões globais, muitas *LSPs* (Language Services Providers) abrem filiais em países ou regiões em que replicam os modelos de desenvolvimento de conteúdo de partida para sua recriação como conteúdo de chegada, devidamente “localizado” para o mercado em questão.

5.2.2. Texto de partida

Texto ou conteúdo? Usei a expressão “conteúdo de partida e de chegada” diversas vezes ao longo deste estudo. Esse é mais um termo usado para falar de tradução nos tempos atuais, quando a palavra autoria é insuficiente para traduzir *authoring*, ou quando traduzir vira localizar, como o uso que Microsoft faz da palavra em seu guia de estilo. Recorrendo a Kosseleck e sua história dos conceitos, vimos que a palavra “tradução” refere-se ao que o senso comum define como a passagem de um texto de uma língua para outra, mas que o conceito de “tradução” implica atualizações e interpretações conforme o seu tempo histórico. Desta forma, conteúdo de partida é o resultado material da autoria entendida como *authoring*, uma nova atualização para o superado conceito de “original” em um novo momento histórico.

Um bom exemplo da autoria em tempos de *Web* é o que se chama de “conteúdo fixo” e “conteúdo dinâmico” de um *website*. *Sites* corporativos, por exemplo, podem incluir informações institucionais fixas, como a história da empresa, e informações que precisam ser atualizadas periodicamente, como lançamentos de novos produtos. *Sites* jornalísticos contêm as informações estáveis sobre as empresas, mas o conteúdo noticioso é atualizado continuamente. Com a

crecente internacionalização do jornalismo, isso implica uma intensa atividade tradutória diária e global.

Ao longo deste trabalho, procurei reforçar a ideia de que, no contexto da globalização, é importante que a pesquisa inclua em seu foco os processos de autoria e as características dos conteúdos de partida. Procurei mostrar que, para a globalização dos produtos, as demandas por tradução surgem a partir das culturas de partida hegemônicas, que precisam moldar os hábitos de consumo das culturas de chegada e assim se mantêm como culturas, e economias, centrais. Naturalmente, como visto, a tradução tem um papel fundamental no estabelecimento dessas relações.

Cada modalidade de geração de conteúdos de partida implica em contrapartidas tecnológicas para a geração dos conteúdos de chegada. A tradução de conteúdos tecnologicamente complexos exige níveis variados de domínio tecnológico por parte do tradutor e de toda a cadeia de produção dos conteúdos de chegada, conforme veremos a seguir.

5.2.3. Tradutor

O domínio da tradução hoje não mais pertence àquele tradutor clássico, visto como uma pessoa capaz de decodificar um determinado texto num idioma e recodificá-lo em outro. Muito menos podemos considerar o território da tradução como de domínio exclusivo do tradutor profissional remunerado. Para um conceito atualizado de tradutor precisamos incluir no conceito a tradução por máquina, a tradução comunitária, a tradução voluntária em suas mais variadas formas, e a tradução colaborativa.

Todas essas definições para “tradutor” não apenas abrem novos rumos de pesquisa para os estudos da tradução, como já vêm acontecendo, mas também expandem os campos de atuação do tradutor humano, o que igualmente já está ocorrendo. Ao contrário do que se previa, e temia, a evolução da tecnologia da tradução, inclusive suas diversas formas de automação, só levou ao aumento de pessoas traduzindo e à maior especialização profissional dos tradutores. Se entendermos a tradução como um campo de atuação, no sentido bourdieusiano, historicamente tradicional dos tradutores humanos, podemos introduzir as

tecnologias da tradução como novos atores nesse campo, a introduzir novas forças com as quais precisamos lidar.

O capital simbólico bourdieusiano, conforme vimos na seção sobre as contribuições da sociologia para os estudos da tradução, consiste na síntese dos capitais econômico, social e cultural. O capital simbólico de que o tradutor dispunha até antes da revolução da informação era, basicamente, o conhecimento linguístico de seus idiomas de trabalho, uma formação cultural voltada para áreas de prestígio intelectual e, eventualmente, conhecimento especializado sobre determinado assunto. Esse capital simbólico também pode incluir habilidades sociais de relacionamento para a obtenção de novos trabalhos, mas sabemos que nem sempre os tradutores têm muita facilidade para o acúmulo desse tipo de capital. O capital econômico inclui itens como saúde financeira e propriedade material dos meios de trabalho, e também a propriedade sobre seu próprio tempo.

Como dito anteriormente, o que estou chamando de capital tecnológico vincula-se diretamente aos três componentes do capital simbólico, econômico, cultural e social. Para um profissional da era da informação, como são os tradutores humanos remunerados hoje, seu capital econômico precisa incluir *hardware* e *software* especializados para sua atividade, e gastos diversos para sua formação especializada, tais como investimentos em cursos e na participação de congressos. Não se trata mais de manter apenas os instrumentos usuais de escrita, papel e máquina de escrever. Ter equipamentos e *software* de ponta, hoje em dia, é um diferencial em termos instrumentais, mas também de posicionamento social ao sugerir uma condição de sucesso material pelo exercício da profissão.

O capital social também inclui a circulação pela *Web*, usando redes sociais, e-mail e toda forma de comunicação global disponível. O advento da era da informação revelou uma categoria profissional bastante diferente do estereótipo do tradutor isolado e tímido. Tradutores comparecem maciçamente a eventos da categoria e interagem freneticamente com seus pares pelas redes sociais. Destacar-se nessas interações muitas vezes é uma forma de conquistar espaços sociais que possibilitam ganhos de capital nas outras áreas também. Mostrar-se à vontade em assuntos de tecnologia em geral, e da tradução em especial, tem se mostrado um suporte eficaz para o reconhecimento social e profissional entre os tradutores.

Em certa medida, o que chamamos de capital cultural, ou seja, o conjunto de conhecimentos e comportamentos advindos da formação do indivíduo em termos

de acesso à educação e informação ampla é uma das áreas mais afetadas pela introdução do que estou chamando de capital tecnológico. Faz parte do capital cultural hoje o conhecimento tecnológico, chegando a se sobrepor, em alguns contextos, a formas tradicionais de conhecimento, como a cultura literária, por exemplo. O acesso rápido à informação via meios tecnológicos permite ao tradutor, e aos indivíduos da sociedade da informação em geral, compensar deficiências de cultura geral, ou de conhecimento especializado, com o domínio das técnicas de pesquisa *on-line*. Mais importante do que o conhecimento acumulado é saber reconhecer o momento de ir em busca da informação armazenada exteriormente e a capacidade de reconhecer e utilizar a resposta certa em meio à infinidade de resultados que as buscas podem trazer. Surge assim o tradutor especializado em tradução e em seus instrumentos tecnológicos, e não apenas nos aspectos linguísticos de uma área de conhecimento determinada.

Por outro lado, e contrapondo-se à visão do tradutor como um profissional especialista, conforme descrito por Lefevere, quando menciona os atores que operam dentro do sistema literário, e por Vermeer em sua teoria do escopo, nos deparamos com a realidade atual de milhares de pessoas mundo afora iniciando-se informalmente na atividade, graças a facilidades tecnológicas. Alguns formalizam-se como tradutores profissionais e seguem a carreira, podendo chegar a viver exclusivamente de suas remunerações como tradutores. Em 2015, a Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes fez uma pesquisa entre os participantes do congresso realizado naquele ano. Dos 919 respondentes, 58% viviam exclusivamente de tradução, 29% eram bacharéis em Tradução, 38% eram pós-graduados *lato sensu*. Chama a atenção o fato de os profissionais graduados aparecerem no topo da pirâmide de remuneração (Abrates, 2015).

Nunca tantos traduziram tanto de tantas formas diferentes, é uma frase que gosto de repetir. Como vimos, as demandas globalizantes e os meios tecnológicos desenvolvidos para atendê-las ajudaram a ampliar o universo tradutório como nunca antes. O fato de isso hoje permitir incluir “coisas que traduzem” dentro do conceito de “tradutor” na verdade só vem reforçando o papel do tradutor humano dentro desse universo.

5.2.4. Texto de chegada

Após a análise de todo esse percurso, é fácil concluir que o texto, ou conteúdo, de chegada, relacionado a produtos globais resulta de uma combinação de fatores que não se resumem a aspectos econômicos, tecnológicos ou linguísticos. Como muito bem observou Lefevere em relação às diversas formas de reescrita, não existe tradução inocente.

No caso de produtos comerciais, um texto de chegada não apenas chega, mas também retorna. O sucesso de um produto global está no retorno financeiro que proporciona aos responsáveis pelo conteúdo de partida, e falamos aqui dos grandes conglomerados corporativos, com seus milhares de empregados e demais partes envolvidas ao redor do mundo. E esse sucesso depende diretamente de sua inserção cultural. Quando um produto estrangeiro molda a cultura de chegada conforme suas necessidades, a tradução é um de seus principais instrumentos.

Essa situação fica bem exemplificada no caso dos sistemas por trás das redes sociais, Facebook, Google, etc. Mas a situação não é diferente para outros produtos que fazem uso dos serviços *on-line* para circular globalmente. Falo de pequenos desenvolvedores de *games*, ou fabricantes chineses, que usam plataformas de distribuição como iTunes, Google Play, ou a gigante chinesa Alibaba, que se apresenta, em seu *site* institucional, com a seguinte história:

O grupo Alibaba foi fundado em 1999 por Jack Ma, um ex-professor de inglês de Hangzhou, na China. Nossos fundadores abriram a empresa para representar os pequenos comerciantes, acreditando que a Internet poderia equilibrar o jogo e que possibilitariam às pequenas empresas se beneficiarem da inovação e da tecnologia para crescer e competir com mais sucesso nas economias locais e globais. (Alibaba, 2017)

O grupo privado chinês Alibaba está entre as maiores empresas de comércio eletrônico do mundo, superando a norte-americana eBay. Para chegar ao mercado global, precisou ocidentalizar sua linguagem, adotando o inglês para o seu site. Nascida em plena expansão da bolha ponto-com, manteve-se lastreada pelo imenso volume do comércio on-line interno da própria China. Em 2014, abriu seu capital na bolsa de Nova York. Uma visita à versão em português da loja virtual revela o amplo uso de tradução por máquina como forma de acelerar as transações comerciais.

Como se pode ver, o texto de chegada é o caminho de chegada para a economia global, um caminho pavimentado pela tecnologia e pela tradução.

6

Conclusão:

Tradução é um projeto de conceitos em movimento

Praticamente tão antiga quanto a escrita, vimos como a tradução passou por inúmeras concepções ao longo dos séculos, ora como atividade de reforço ao poder constituído, como no caso da *Vulgata*, ora como instrumento de subversão, como as traduções protestantes da Bíblia. Essa história se estende ao longo dos séculos, está presente nas fogueiras de livros do nazismo, assim como no percurso de obras como *Zero*, do brasileiro Ignácio de Loyola Brandão, aceito no Brasil somente após ser lançado primeiro na Itália, para depois ser proibido aqui pela ditadura.

Dentro da historiografia da tradução, vimos que existe uma linha de pensamento que valoriza determinados tipos de tradução em detrimento de outros. Historicamente, as traduções associadas à cultura erudita têm sido objeto de maior interesse em todos os recortes sociais perpassados pela atividade tradutória. Naturalmente, isso se deveu a situações históricas específicas bastante diferentes das circunstâncias atuais.

Como se sabe, o eixo do poder hoje está nos movimentos econômicos globalizantes, transnacionais, e a internet é um de seus principais canais de agenciamento cultural. Historicamente, a indústria cultural continua a ser fundamental para a manutenção global dos processos hegemônicos, e a tradução se mantém como um elemento central para essa manutenção. O que procurei justificar, ao longo deste trabalho, foi a visão de que a tradução de conteúdos especializados, sem incluir a de bens culturais, ocupa hoje um lugar de centralidade no processo histórico da globalização e do universo tradutório. Essa centralidade implicou, a meu ver, a necessidade da revisão conceitual da tradução diante de práticas que, apesar de virem se estabelecendo há cerca de quarenta anos, ainda podem ser consideradas novas em termos históricos, e historiográficos.

Acredito ter podido contribuir em alguma medida para essa revisão com a presente pesquisa, segundo o caminho percorrido até aqui, conforme resumo a seguir.

No capítulo dois, “Fundamentação teórica”, enfatizei a necessidade de se tratar a tradução como um fenômeno que vai além do nível textual e da relação direta entre duas culturas apenas. Para tal, percorri algumas propostas de abordagens para se estabelecer uma historiografia e uma sociologia da tradução, e também recorri a elementos da história dos conceitos de Koselleck para justificar por que tradução é um conceito, para além de seu significado lexical.

Ao longo da fundamentação teórica, verifiquei que as ideias de polissistemas de Even-Zohar, de tradução presumida, de Gideon Toury, e de escopo, de Vermeer, poderiam proporcionar alguns caminhos teóricos sobre os quais embasar minha pesquisa. Também recorri às ideias do sociólogo Pierre Bourdieu, conforme apresentadas por Jean-Marc Gouanvic. Esse embasamento teórico permitiu historicizar o conceito de tradução, conferir sua posição atual dentro da economia globalizada e considerar os impactos sociais de sua nova dimensão.

Para o objetivo geral de considerar o papel da tradução para a globalização, no entanto, foi necessário questionar alguns fundamentos das linhas teóricas adotadas. O primeiro, o fato de essas teorias serem voltadas não para a tradução em geral, mas predominantemente para a tradução literária. Essa observação, no entanto, pode ser relativizada para a teoria do escopo, que, segundo Vermeer, se pretende uma teoria geral da tradução. O segundo, a ideia de que tradução é definida pela cultura alvo, onde estão seus receptores e de onde pode ser estudada como fenômeno.

O primeiro questionamento se justifica pelo crescimento exponencial da tradução especializada nas últimas décadas, tendo em vista seu papel central para produção e comercialização de bens de consumo e de bens de capital no mundo globalizado. A tradução literária tem um importante papel na globalização, e em toda a historiografia das culturas, mas as novas condições em que a tradução especializada vem se desenvolvendo demandam uma reavaliação de seu lugar e de seu papel nas transformações culturais que estamos atravessando.

O segundo ponto de questionamento das teorias analisadas diz respeito à ênfase na cultura de chegada como o local de definição do que pode ser considerado tradução (Toury e sua tradução presumida), como o local de onde surge a demanda para que traduções sejam feitas (Even-Zohar e os polissistemas) e como ponto de observação dos pesquisadores. Tal visão também está presente na teoria do escopo de Vermeer ao considerar que a tradução cumpre sua função a partir do que é

esperado dela na cultura de chegada. E, segundo Gouanvic, faz parte também da concepção sociológica de tradução quando Bordieu afirma que a tradução não traz consigo seu “campo de produção”.

Essa visão é um complicador para que se compreenda a tradução como elemento central para a globalização da economia e da cultura. Conforme vimos, a economia globalizada surgiu de uma situação de crise das economias centrais, principalmente dos EUA. A partir daí, iniciou-se o desenvolvimento de tecnologias que viabilizaram a expansão do consumo em nível global, mas com a manutenção da hegemonia das economias centrais. Diante dessa realidade, conforme visto, devido à necessidade de que os produtos sejam consumidos mundialmente, é preciso que cheguem às culturas locais falando seus idiomas. Os bens resultantes das demandas globalizantes das economias centrais só cumprem sua função se forem desenvolvidos tendo a tradução incorporada aos seus DNAs.

Essa visão da tradução como uma demanda da cultura de partida, produtora dos bens globalizados, é o que nos permite entender por que a tradução alcançou a condição de indústria global ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos. Esse processo seria impossível se as demandas ficassem circunscritas às necessidades locais das culturas de chegada. Essa mudança de patamar na economia nos levou à necessidade de uma revisão conceitual da tradução e de seus componentes.

No capítulo três, abordei alguns textos chave de autores que refletiram sobre o conceito de tradução e as práticas tradutórias em diferentes séculos. A discussão nos leva a temas como a desocidentalização do conceito de tradução, por Maria Tymoczko, para quem o conceito ocidental de tradução baseado na ideia de transferência remonta à necessidade de controle da circulação de ideias não só pela Igreja, como também pelas burocracias seculares que começavam a surgir com a formação dos estados nacionais. Esse princípio de dominância do original pode ser visto nos textos de Jerônimo, Pierre-Daniel Huet e Friedrich Schleiermacher, mencionados naquele capítulo. Todos eles têm uma postura prescritiva sobre a maneira certa de se traduzir, sempre com o predomínio do texto de partida sobre o de chegada.

Mas o que considerei mais relevante nesses textos foi a tipificação textual subentendida entre textos mais notáveis e complexos — bíblicos, artísticos, ensaísticos — e os outros, comerciais e mundanos, cuja tradução, para alguns deles, sequer se configurava como tal. Um aspecto aparentemente pouco considerado pela

historiografia teórica da tradução, mas com implicações decisivas sobre as linhas de pesquisa posteriores, em que a tradução literária se manteve proeminente em detrimento de textos de outras áreas. Ainda no capítulo três, ainda considere como o conceito de tradução especializada passou a ser vinculado ao uso das tecnologias da tradução, a ponto de a relação conceitual se inverter e a tecnologia passar a ser vista como marca identificadora de determinados tipos de tradução.

Em minha proposta, considero que a tradução especializada hoje ganha maior relevância por conta de seu protagonismo nos processos da globalização e por isso vem recebendo atenção crescente dos estudos da tradução. Destaco também a centralidade da tecnologia na tradução de material especializado e de que forma essa tecnologia transformou todo o sistema tradutório. Essa transformação foi o objeto principal tratado no capítulo quatro, em que discorro sobre a dimensão industrial assumida pela tradução especializada a partir das demandas globalizantes. Neste capítulo, procurei mostrar de que forma o crescimento exponencial da tradução especializada ocorreu concomitantemente aos processos de globalização. Também procurei deixar claro que esse crescimento se deu do centro para a periferia, ou seja a partir de demandas surgidas nas economias dominantes.

Nesse percurso histórico, registrei a transformação da própria indústria da tecnologia da informação, em que os equipamentos passaram a ocupar um lugar instrumental, de certa forma, secundário, para ceder o lugar central dos interesses comerciais para o desenvolvimento e circulação da informação. Dentro desse contexto geral, aponte para transformações marcantes do universo geral da tradução, com novas formas de traduzir vindo a disputar espaço com a tradução tradicional. Diante dessa nova realidade, destaquei a estruturação do mercado de tradução especializada como uma área mercadologicamente hegemônica dentro da atividade geral da tradução, na qual, em diversas práticas, o diferencial pode ser o uso mandatório de tecnologia especializada, antes inexistente.

No capítulo final, procurei consolidar as ideias principais da reflexão geral conforme se revelam em nossos quatro elementos. Ao falar de autoria, chamei a atenção para a complexidade dos processos de criação de conteúdos de partida. Depois, para a necessidade de novos termos, como o próprio conteúdo de partida, diante das transformações daquilo que, num passado distante, chamou-se original. O conceito de tradutor foi ampliado para incluir o processamento de dados da

tradução automática e a atividade colaborativa, remunerada ou voluntária. Assinalei, por fim, o papel do texto, ou conteúdo de chegada, como a via de acesso para o mercado global.

Ao longo desta reflexão procurei atualizar o conceito de tradução e sua combinação com a tecnologia da informação como fundamentais, técnica e ideologicamente, para todo o atual processo de globalização. Com isso, acredito ter contribuído para desfazer uma certa visão de que a tecnologia e a tradução especializada são instrumentos neutros, mecânicos, de menor impacto cultural ou ideológico. Ao analisar o conceito de tradutor, também procurei mostrar que, em consequência da tecnologia, o campo da tradução aumentou, com a inclusão de novos atores, deixando de ser um domínio predominante do tradutor remunerado tradicional. Em tempos de globalização, mais do que em outras épocas, a tradução vem se tornando uma atividade social de crescente amplitude, e precisa ser estudada como tal.

Por fim, considero atingido o meu objetivo pessoal de usar o discurso acadêmico como meio de elaboração de um juízo crítico para minha própria atividade profissional, que, espero, possa ser aproveitado igualmente pelos colegas de academia e de mercado.

Referências bibliográficas

ABRATES: **O perfil profissional dos tradutores e intérpretes no Brasil** – Abrates. www.slideshare.net/Abrates/o-perfil-profissional-dos-tradutores-e-inteprtes-no-brasil-abrates-2015, consultado em 19/8/2017.

ALIBABA Group. <http://www.alibabagroup.com/en/about/overview>, consultado em 19/8/2017.

ALVAREZ, R.; VIDAL, M. C. A.: **Translation, power, subversion**. Clevedon: Multilingual Matters (Topics in translation, 8), (1996).

BAKER, M.; SALDANHA, Gabriela (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2. ed. London, New York: Routledge, 2009.

BARTHES, R. A morte do autor *in* **O Rumor da língua**, São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 65–70.

BASSNETT, S. **Translation**. New York: Routledge 2014.

BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. **Translation, history, and culture**. London [England], New York: Cassell, 1995.

_____; _____. **Constructing cultures: Essays on literary translation**. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.

BASTIN, G. L.; BANDIA, P. F. (Ed.). **Charting the future of translation history**. Ottawa [Ont.]: University of Ottawa Press, 2006.

BELLOS, D. **Is that a fish in your ear?** Translation and the meaning of everything. New York: Faber and Faber. 2012

BENEDETTI, I. C. O uso da tradução assistida em ciências humanas. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 14, 2004, p. 175-183

BOURDIEU, P. **Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Seuil, 1992.

_____. Outline of a Sociology of Translation Informed by the Ideas of Pierre Bourdieu. In: SHUSTERMAN, R. (Org.). **Bourdieu: A critical reader**, Oxford, Malden (Mass.): Blackwell, 1999.

BRITTO, P. H. **A tradução literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BYRNE, J.: **Technical translation. Usability strategies for translating technical documentation**. Dordrecht: Springer, 2006.

CICERO, M. T. Translating Greek Orations into Latin: from On the Orator (De oratore, 55 B. C. E.). In: Robinson, D. (Org.). **Western translation theory: From Herodotus to Nietzsche**. 2. ed., Manchester, UK, Northampton, MA: St. Jerome, 2002.

CRONIN, M. **Translation and globalization**. London: Routledge, 2003.

DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. **Translators through history**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2012.

DEPALMA, D. A., *et al.*: **The Language Services Market: 2016**. Common Sense Advisory. www.commonseadvisory.com/AbstractView/tabid/74/ArticleID/36540/Title/TheLanguageServicesMarket2016/Default.aspx, consultado em 28/4/2017.

D'HULST, L.: Translation history. In GAMBIER, Y.; VAN DOORSLAER, L. (Eds.): **Handbook of translation studies**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Pub. Co. (Handbook of translation studies, vol. 1), 2010. pp. 397–405.

DUMPER, M.; STANLEY, B. E. **Cities of the Middle East and North Africa: A historical encyclopedia**. Santa Barbara, Calif.: ABC-CLIO, 2007.

ESTILL, D. Tradução no Facebook. Entrevista com Yasmin Fong. Por Skype, 29/12/2016.

EVEN-ZOHAR, I. **Poetics today**. Durham: Duke University Press, 1990.

_____. The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem. In: VENUTI, L. (Org.). **The Translation studies reader**, London, New York: Routledge, 2000. p 192–197.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem Theory (Revised). **Papers in Culture Research**, Tel Aviv, Israel: Unit of Culture Research - Tel Aviv University, 2010 (Culture Contacts and the Making of Cultures: Papers in homage to Itamar Even-Zohar), p. 40–50.

FERES, J.; JASMIN, M. G. **História dos conceitos: Debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

IBM Corporation. IBM Brasil - História - A IBM no Brasil. www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.phtml. Acesso em 18/3/2016.

KELLY, N.; ZETZSCHE, J. O. **Found in translation**. How language shapes our lives and transforms the world. First edition. New York: Perigee, 2012.

GOUANVIC, J. M. Objectivation, réflexivité et traduction: Pour une re-lecture bourdisienne de la traduction. In: WOLF, M.; FUKARI, A. (Orgs.). **Constructing a sociology of translation**, Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins Pub. Co., 2007. p 79–92.

_____. Outline of a sociology of translation informed by the ideas of Pierre Bourdieu. **MonTi: Monografias de Traducción e Interpretación**, v. 2, p. 119–129, 2010.

GÜRÇAĞLAR, S. T. Translation history. In: MILLÁN, C.; BARTRINA, F. (Orgs.). **The Routledge handbook of translation studies**, Milton Park, Abingdon, NY: Routledge, 2013. p 131–143.

HEIDERMAN, W. (Ed.). **Antologia Bilingue - Clássicos da Teoria da Tradução**. 2. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

HENDERSON, S.: CSA Research Launches Annual Survey of Language Services and Technology Market. Common Sense Advisory. www.commonseadvisory.com/Default.aspx?Contenttype=ArticleDetAD&tabID=63&Aid=37903&moduleId=390, consultado em 28/4/2017.

HERMANS, T. What is (not) Translation. In Carmen M. e Francesca B. (Ed.): **The Routledge handbook of translation studies**. 1ª ed. EUA e Canadá: Routledge, 2013, pp. 75–83.

HOLMES, J. The Name and Nature of Translation Studies. In: VENUTI, L. (Org.). **The Translation studies reader**, London, New York: Routledge, 2000. p 172–185.

HUET, P. D. Concerning the Best Kind of Translation, From De optimo genere interpretandi. In: Robinson, D. (Org.). **Western translation theory: From Herodotus to Nietzsche**. 2ª ed., Manchester, UK, Northampton, MA: St. Jerome, 2002.

INGHILLERI, M. Sociological Approaches. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Orgs.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2. ed., London, New York: Routledge, 2009.

ISO 32000-1:2008 - Document management -- Portable document format -- Part 1: PDF 1.7. www.iso.org/standard/51502.html, consulta em 13/8/2017.

JEROME. The Best Kind of Translator: Letter to Pammachius, #57 (395 C.E.). In: Robinson, D. (Org.). **Western translation theory: From Herodotus to Nietzsche**. 2ª ed., Manchester, UK, Northampton, MA: St. Jerome, 2002.

KELLY, N.; ZETZSCHE, J. O. **Found in translation: How language shapes our lives and transforms the world**. New York: Perigee, 2012.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. 1. ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFEVERE, A. **Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame**. London, New York: Routledge, 1992.

_____. Translation: Its Genealogy in the West. In: BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. (Orgs.). **Translation, history, and culture**, London, New York: Pinter Publishers, 1990.p. 15–28.

MARCONDES, D. (2000): Desfazendo mitos sobre pragmática. In **Revista Alceu** 1, pp. 38–46. revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu, consultado em: 13/7/2017.

MICROSSOFT. **Spanish Style Guide**. Disponível para *download* em <https://www.microsoft.com/Language/pt-br/StyleGuides.aspx>. 2011

MUNDAY, J. (Ed.). **The Routledge companion to translation studies**. London, New York: Routledge, 2009.

NEWMARK, P. **Approaches to translation**. New-York, London, Toronto: Prentice-Hall International, 1988. 200 p. (Prentice Hall International English language teaching).

NOGUEIRA, D. A.; NOGUEIRA, V.: Porque usar programas de apoio à tradução? In: **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 14, 2004, pp. 17–35.

OLHAR DIGITAL, Redação: Facebook explica brecha que originou ataque de grupo brasileiro. olhardigital.uol.com.br/noticia/facebook-explica-brecha-que-originou-ataque-de-grupo-brasileiro/49433,2015, consultado em 1/3/2017.

PAGE, L. **G is for Google**. Disponível em: <https://abc.xyz/>. Acesso em: 3 jan. 2016, 12:00:00.

- PMI. **A guide to the project management body of knowledge (PMBOK Guide)**. 4^a ed. Newtown Square, Pa.: Project Management Institute, 2008.
- PYM, A. **Method in translation history**. Manchester: St. Jerome, 1998.
- _____. What technology does to translating. In: **The Translation & Interpreting**, 2011. P. 1–9. <http://trans-int.org/index.php/transint/article/view/121/81>. Consultado em: 15/11/2015.
- ROBINSON, D. **Western translation theory: From Herodotus to Nietzsche**. 2^a ed. Manchester, UK, Northampton, MA: St. Jerome, 2002.
- ROGERS, M. **Specialised translation: Shedding the 'non-literary' tag**: Palgrave, Surrey, 2015.
- SAUSSURE, F.; BALLY, C.; SECHEHAYE, A.; RIEDLINGER, A. **Curso de linguística geral**. 8^a ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- SCHAFNER, C.: Functionalist approaches. In Mona Baker, Gabriela Saldanha (Eds.): **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2^a ed. London, New York: Routledge, 2009. pp. 115–121.
- SCHLEIERMARCHER, F. Sobre os diferentes métodos de tradução. Traduzido por Celso R. Braidá. In: Heidermann, W. (Org.). **Antologia Bilingue - Clássicos da Teoria da Tradução**. 2^a ed., Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- SHUTTLEWORTH, M. Polysystem. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Org.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2. ed., London, New York: Routledge, 2009.
- SNELL-HORNBY, M. **The turns of translation studies: New paradigms or shifting viewpoints?** Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins, 2006.
- ST. ANDRÉ, J. History. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Org.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2. ed., London, New York: Routledge, 2009.
- TAUS: **MT Post-editing Guidelines**. www.taus.net/academy/best-practices/postedit-best-practices/machine-translation-post-editing-guidelines, 2010, consultado em 31/1/2017.
- THE INDEPENDENT. **Real Inferno for Dan Brown translators who toil in underground bunker**, 2013. www.independent.co.uk/arts-entertainment/books/news/real-inferno-for-dan-brown-translators-who-toil-in-underground-bunker-to-decode-his-latest-book-8604095.html. Consultado em 20/2/2017.
- TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- TYMOCZKO, M.; GENTZLER, E. **Translation and power**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2002.
- _____. **Enlarging translation, empowering translators**. Manchester, UK, Kinderhook, NY: St. Jerome Pub., 2007.
- _____. Why Translators Should Want to Internationalize Translation Studies. **The Translator**, v. 15, n. 2, p. 401–421, 2009
- VENUTI, L. **The translator's invisibility: A history of translation**. London: Routledge, 1995.

_____. (Ed.). **The translation studies reader**. 3. ed. London, New York: Routledge, 2012.

VERMEER, J. in: VENUTI, L. (Org.). **The translation studies reader**. 3. ed., London, New York: Routledge, 2012.

WOLF, M.; FUKARI, A. (Ed.). **Constructing a sociology of translation**. Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins, 2007.

WOODSWORTH, J. History of translation. In: BAKER, M. (Org.). **Routledge encyclopedia of translation studies**, London, New York: Routledge, 2001. p. 100–105.